UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

MARIA FERNANDA SILVA PINTO

**Terra e trabalho no Pacífico negro colombiano:
a expansão da extração madeireira entre 1950 e 1980 e as transformações na
forma do trabalho nativo**

São Paulo

2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

MARIA FERNANDA SILVA PINTO

**Terra e trabalho no Pacífico negro colombiano:
a expansão da extração madeireira entre 1950 e 1980 e as transformações na
forma do trabalho nativo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luís da Silva Grespan

São Paulo
2016

Nome: Maria Fernanda Silva Pinto

Título: Terra e trabalho no Pacífico negro colombiano: a expansão da extração madeireira entre 1950 e 1980 e as transformações na forma do trabalho nativo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luís da Silva Grespan

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Resumo

Esta pesquisa aborda um momento pouco investigado pelos estudos sobre o Pacífico negro colombiano. Território de população majoritariamente negra, cujo povoamento desdobrou-se da crise da instituição escravista, o Pacífico negro organizou-se sob um padrão de relativo isolamento frente às estruturas estatais de organização social, constituindo um modelo de subsistência autônomo, baseado em mecanismos locais de parentesco, trabalho e posse da terra. A pesquisa que aqui se apresenta trata de investigar como este modelo de subsistência foi desarticulado pela ação extrativista das indústrias madeireiras, a partir dos anos 1950, as quais se disseminaram na região estimuladas pela emergência de uma nova perspectiva estatal sobre as terras baixas, que as compreendia como baldios da nação que deveriam ser explorados técnica e racionalmente. Este processo gerou focos de proletarianização dos camponeses, sobretudo na porção sul da costa, mas também logrou absorver e transformar as dinâmicas locais de trabalho, produzindo uma nova forma de subordinação do trabalho, distinta do assalariamento tipicamente capitalista. Tais elementos levaram a pesquisadora a revisitar a teoria marxiana da acumulação primitiva e da subsunção formal e real do trabalho no capital, bem como as contribuições de Rosa Luxemburg sobre a acumulação do capital, para estabelecermos um patamar teórico seguro que nos permitisse compreender as transformações locais nas relações de trabalho e posse da terra dos camponeses negros, sem perder de vista que tal processo se insere em um movimento mais amplo de consolidação das relações de produção capitalistas no país.

Palavras-chave: Pacífico negro, Colômbia, acumulação primitiva, trabalho livre, extrativismo madeireiro.

Abstract

This research address a moment not much explored by the studies about the Pacific Lowlands of Colombia. A territory where the majority of its population is black and came from the slavery crisis. The Pacific lowlands put themselves in an isolated position according to the social organization, creating an autonomy surviving model based on the local mechanisms of kinship work and territory possession. The research presented draws upon the investigation of the existing model which was dismantled by the extractive actions from the lumber industry, starting in 1950's, which were disseminated in the region that urgently needed a new state perspective in the lowlands, and it was seen as a vacant state land and should be technically and rationally explored. This processes brought the proletarianization to the peasants, mostly to the South Coast, and they were also able to absorb the local work dynamics, creating a new way of subjection of labour, not as the proletariat form from the typical capitalism. These elements brought the researcher to revise the primitive accumulation and the capital's real and formal work subsumption from Marxist's theory. Also Rosa Luxemburg's contribution about the capital accumulation to establish theoretical level which allows us to comprehend the local transformations in the work relations and territory possession from the black peasant, keeping in mind that the process is a from a movement beyond the capitalism relations productions in the country.

Key Words: Black Lowlands, Colombia, primitive accumulation, free work, timber extraction.

Agradecimentos

Aos de sempre: dona Isaura, seu Orlando, Márcia, Tonho, Naná, Tetê, Leco, Rúbia, Marquinho, Marcinho e a criançada lá de casa. Sempre presentes, lado a lado, com carinho, sempre. Ao Paulo, por me ensinar cotidianamente a lealdade, a teimosia e a generosidade. À Dandara, por me ensinar a amar incondicionalmente (frase tão clichê quanto real). À Carol, por me lembrar mesmo na distância maluca dos dias que, apesar de tudo, é possível se mover. E é urgente. À Nádia, que me ensinou a por gente nesse mundão. Sem palavras! Ao Fe, querido amigo de quem guardo saudades. À corajosa Vivi, que me ensina pelo exemplo a encarar a vida com alguma calma. À Valzita, preta guerreira de muita marra. Aos novos amigos Fábio, Lilla, Gustavo (o famoso *Negro Ângela*), Pézão e Aline: arriba lxs que luchan! A contribuição de vocês é para a vida, não tem banca, nem nota, nem preço.

Ao Jorge Grespan por seu carinho e confiança. Ao professor Jaime Arocha por sua generosidade e humanismo. Valores que cada vez mais raramente se pode encontrar entre os corredores acadêmicos.

Aos cruspianos, aos pretos e às minas de luta dessa universidade. Não se esqueçam de onde vieram (os de cima também não esquecem). Muita força frente ao sistema de produção das desigualdades brasileiras. Aos guerreiros do Sintusp, que sempre seguraram a qualquer custo as nossas barras nos momentos de repressão política ao movimento estudantil.

Esta dissertação não está à altura de vocês, mas tenho minhas razões para isso. De fato, creio que abdiquei da luta por um lugar ao sol (ou à luz) nas instituições produtoras do saber. Luz que enreda os militantes, seduz, cega. Espero que eu tenha mais sucesso em torcer à prática aquilo que por aqui aprendi.

Sumário

INTRODUÇÃO. Os antecedentes históricos e econômicos da mobilização étnico territorial do Pacífico negro colombiano	01
CAPÍTULO 1. Produção e reprodução do capitalismo na periferia do sistema	05
1.1. A acumulação do capital	06
CAPÍTULO 2. A formação do padrão territorial na Colômbia: dos primeiros anos da República a meados do século XX	33
2.1. O processo de privatização das terras no país	38
CAPÍTULO 3. Terra, povoamento e trabalho: a geografia histórica das terras baixas do Pacífico colombiano	59
3.1. O ordenamento tradicional negro e a atividade mercantil nas terras baixas	76
CAPÍTULO 4. A expansão da extração madeireira entre 1950 e 1980 e as transformações na forma do trabalho nativo	89
4.1. Trabalho livre, terra cativa: descrição do processo real de trabalho	94
4.1.1. Os sentidos do trabalho livre	107
4.1.2. Desde o Sinmadera, greve geral e ocupação	111
4.1.3. A greve dos corteiros da Codemaco	115
4.1.4. A crise do modelo autônomo de subsistência fluvial	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130

Índice de gráficos e mapas

GRÁFICO 1: Quantidade acumulada de terras distribuídas em adjudicações de baldios, 1827-1931	45
MAPA 1: Localização das terras baldias na Colômbia, 1921	54
MAPA 2: Serras e principais rios da Colômbia	60
MAPA 3: Área cultural das terras baixas do Pacífico	64
MAPA 4: Migrações negras procedentes das zonas mineiras coloniais, 1850-1920	80
MAPA 5: Migrações negras recentes (1920 – 1950)	81
MAPA 6: Distribuição da população, 1950	92

Introdução

Os antecedentes históricos e econômicos da mobilização étnico territorial do Pacífico negro colombiano

Esta dissertação fala sobre um tema marginal nos estudos históricos colombianos. Região de fronteira, as terras baixas do Pacífico figuram com centralidade nos estudos coloniais do país, uma vez que a presença de ouro direcionou para aquela região as relações de exploração baseadas na instituição colonial da escravidão negra. Mas para além dos estudos coloniais, a região só voltaria a ocupar um lugar de destaque na produção acadêmica a partir dos anos 1990, quando tem início o processo de demarcações territoriais de matriz étnica, o qual determinaria a consolidação de um novo campo de estudos, centrado em torno da emergência de uma nova forma de conceber as gentes negras da floresta, um campo a partir de então denominado estudos afro colombianos.

Porção de terra situada entre a cordilheira dos Andes e o oceano Pacífico, as terras baixas converteram-se em um território de população majoritariamente negra, a qual se dispersou pela costa após o fim da escravidão, desenvolvendo um padrão de assentamento caracterizado por dinâmicas de mobilidade regional, em profunda conexão com os rios que cortam toda a costa. Camponeses organizados sob um relativo isolamento frente às estruturas estatais nacionais, os ribeirinhos da costa lograram construir regulamentos locais de posse da terra, de parentesco e de organização do trabalho, os quais permitiram a conformação de um modelo autônomo de subsistência que, em boa medida, estruturou suas formas de vida até a década de 1940. Foram estas construções e adaptações sociais, baseadas em relações de trabalho, parentesco e pertencimento territorial conectadas aos rios, que sustentaram a formação de uma nova prática discursiva no país. Vocalizada desde a academia e também desde as Pastorais católicas, esta prática foi produtora e produto de um movimento gestado por um novo agente político nacional, que surgiria a partir da

década de 1980, as *comunidades negras* do Pacífico, as quais lograriam conquistar as demarcações étnicas de boa parte do território da costa, a partir da reforma constitucional de 1991.

Entretanto, apesar da força política que atingiu, o processo das demarcações converteu-se, ao longo dos anos 2000, em intensos momentos de deslocamento forçado desta população, uma vez que as terras baixas haviam se convertido em um território de interesse não só para as guerrilhas e, conseqüentemente, para os grupos paramilitares, mas também para o capital agroindustrial. Imensas porções de terra foram convertidas em latifúndios (seja de palma africana, seja de plantações de coca¹), revertendo os ganhos da luta política dos camponeses negros através da ampliação de expedientes violentos, que só encontram paralelo nos horrores da instituição escravista.

Frente a este quadro realmente dramático, esta dissertação optou por estudar, através dos mecanismos da história econômica, o momento imediatamente anterior à formação do Processo das Comunidades Negras (Zambrano, 2012), buscando iluminar a presença e a atividade econômica do primeiro agente econômico que logrou abalar as bases do modelo autônomo de subsistência das gentes negras do Pacífico, as indústrias de exploração madeireira. Como veremos, a intensificação do extrativismo madeireiro, apoiada pelo Estado colombiano, inaugurou um processo de dependência e assalariamento dos camponeses da costa ao desarticular as relações autônomas de posse da terra, ocasionando, por fim, um processo migratório que deslocaria boa parte dos ribeirinhos para as regiões periféricas das cidades de médio porte da região.

Este processo de deslocamento, contudo, foi em boa parte revertido pela luta das *comunidades negras*, a partir de meados dos anos 1980. Mas entender este momento imediatamente anterior pode nos fornecer chaves interpretativas alternativas importantes para analisar os desafios e potências dos processos de reforma agrária baseados em critérios étnicos. Entender a funcionalidade que esta região foi assumindo no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo nacional nos permitiu acompanhar como o desenvolvimento e a reatualização dos mecanismos extrativistas logrou submeter as formas

¹ Para esta interpretação, não faz diferença se o latifúndio monocultor produz palma africana ou folhas de coca. Os expedientes violentos não são, historicamente, uma característica exclusiva das estruturas de produção de mercadorias ilegais.

autóctones de organização do trabalho ribeirinho convertendo-as em favor da atividade industrial, mesmo quando, aparentemente, o processo real de trabalho mantinha-se alheio aos mecanismos diretos de proletarização. Permitiu acompanhar também algumas das primeiras articulações trabalhistas da região, as quais desembocaram em greves e até em ocupações de fábricas, as quais podem ser lidas como uma antessala da luta multiétnica dos anos 1980. Em um dos exemplos que veremos, a luta trabalhista realizada pelos corteiros, apesar de não articular diretamente elementos étnico identitários, logrou mobilizar as estruturas de parentesco dos ribeirinhos em seu processo de auto-organização. Não há dúvidas de que a associação das gentes negras com as organizações indígenas e com a Pastoral católica foram fundamentais para a constituição deste novo agente político denominado *comunidades negras* (Agier e Hoffmann, 1999; Villa, 2000; Almario, 2003), mas apesar de não pautarem-se em dinâmicas identitárias para sua configuração política, as lutas trabalhistas criaram um repertório de resistência e auto-organização que não pode ser desprezado. Fica aqui um rastro interessante para futuras investigações.

Ciente dos limites deste ensaio interpretativo, posto que a pesquisa documental encontrou sérios entraves devido à intensificação dos conflitos paramilitares na região, durante os últimos anos, buscamos, de alguma maneira, contribuir com algumas reflexões que podem servir de aporte para a necessária problematização dos entraves históricos que se apresentaram para um dos mais importantes processos de demarcação étnico territorial da América Latina.

Pensar a antecâmara histórica e econômica da mobilização étnico territorial do Pacífico negro colombiano trouxe a necessidade de revisitarmos a teoria marxista da chamada acumulação primitiva, com o intuito de compreendermos a validade deste arcabouço conceitual para se pensar um processo recente de expansão e consolidação das relações capitalistas de produção no país. É isso que discutimos no primeiro capítulo desta dissertação, conformando, assim, um solo teórico para analisarmos as transformações ocorridas nas formas de vida e subsistência das gentes negras do Pacífico, a partir dos anos 1950.

No capítulo 2, trazemos uma periodização histórica do processo de consolidação da propriedade privada da terra no país, dos primeiros anos do período republicano até

meados do século XX, de maneira a compreendermos, através das principais investigações históricas produzidas, como se montou a base legal que sustenta o padrão territorial que se tornou dominante na Colômbia. Este capítulo nos concede as bases para começarmos a analisar as continuidades e peculiaridades, no que tange ao acesso e ao direito à terra, entre a porção andina do país e a região da costa pacífica. Assim, no capítulo 3, adentramos os estudos sobre as terras baixas do Pacífico colombiano, buscando entender o processo de montagem da geografia histórica que conforma a região, articulando, fundamentalmente, como o processo de povoamento da costa logrou produzir mecanismos locais de posse da terra que marcaram as dinâmicas de subsistência mobilizadas pelos negros ribeirinhos, até a segunda metade do século XX.

Por fim, no capítulo 4, estudaremos como os anos 1950 inauguram um processo intenso de desarticulação do modelo de subsistência do campesinato negro, organizado desde o Estado colombiano, o qual estimulou a ampliação do extrativismo madeireiro na região, através da defesa de uma perspectiva política funcional das terras baixas como baldios da nação que deveriam ser explorados técnica e racionalmente. Desta maneira, o Estado colombiano, apoiado na ação das indústrias de extração madeireira, logrou intensificar o processo de submissão econômica e política das gentes dos rios, ocasionando um movimento migratório das zonas rurais rumo às regiões periféricas das cidades de médio porte da região, formando as condições sobre as quais se imporia, em um futuro próximo, a luta pelas demarcações étnico territoriais no país.

Ao que podemos ver, o atual processo de intensificação da violência que vem sofrendo as comunidades do Pacífico negro responde, de certa maneira, à vitória por elas conquistada no processo das demarcações. Na prática, a violência *sans phrase* é a forma mais rápida e eficiente de reverter o processo de coletivização destas terras (que tiveram, aliás, seu valor reatualizado no mercado internacional de insumos), fazendo do desterro uma das mais fortes marcas históricas desta população.

Capítulo 1

Produção e reprodução do capitalismo na periferia do sistema

Fronteira é o nome convencionalmente dado a uma região limite, de litígio e ambiguidades, onde coexistem práticas culturais, disputas territoriais e formas de exploração do trabalho diversas em tensão. Trata-se de um território *em conquista*, uma frente de expansão da sociedade nacional e também das formas capitalistas de exploração – as quais nem sempre correspondem à forma da reprodução ampliada, mas nem por isso deixam de pertencer à expansão extensiva e intensiva do capitalismo.

Analisar as relações entre terra e trabalho em uma região marcadamente de fronteira como são as terras baixas do Pacífico colombiano, um território inscrito historicamente e de maneira determinante pela escravidão negra e pelo extrativismo, em uma busca por compreender como a particularidade sócio cultural do trabalho dos negros ribeirinhos mantém-se em relação com dinâmicas globais de exploração capitalista impôs à pesquisadora o desafio de revisitar os debates acerca da *acumulação primitiva do capital*, o conceito de *modo de produção* e das formas assumidas pelo *imperialismo* capitalista nas regiões e países que habitam a periferia econômica de produção e reprodução do sistema. Um lugar formalmente periférico, mas nada desimportante para os processos de acumulação do capital.

Esta dissertação trata de reconhecer, ao lado das especificidades dos arranjos locais de dominação, exploração e resistência presentes no Pacífico negro colombiano, aqueles liames que imergem em dada região forjados por mecanismos produtivos globais, sem os quais torna-se impossível compreender tanto o regime de escravidão quanto o extrativismo que moldaram e ainda moldam aquela localidade em particular.

Foi nesse bojo que o debate sobre a chamada acumulação primitiva se impôs. Este capítulo trata de fornecer corpo determinado aos debates teórico-metodológicos centrados

nos conceitos de acumulação do capital, modo de produção, trabalho livre e capitalismo periférico, sistematizando um solo comum que nos permita apontar determinadas perspectivas sobre a história econômica do Pacífico negro colombiano, sobre alguns aspectos da exploração extrativista local e sobre as dinâmicas racializadas que se interpõem às relações de trabalho e propriedade.

A acumulação do capital

“O Capital”, diz o Quarterly Review, “foge do tumulto e da contenda, sendo tímido por natureza. Isso é certo, entretanto não é toda verdade. O capital tem horror à ausência do lucro ou ao lucro muito pequeno, assim como a Natureza ao vácuo. Com o lucro adequado, o capital torna-se audaz. 10% certos, e se pode aplicá-lo em qualquer parte; com 20%, torna-se vivaz; 50%, positivamente temerário; por 100%, tritura sob seus pés todas as leis humanas; 300%, e não há crime que não arrisque, mesmo sob o perigo do cadafalso. Se tumulto e contenda trazem lucro, ele encorajará a ambos. Prova: contrabando e comércio de escravos.”²

(Dunning, T. J.)

Em *O Capital*³, Marx define a acumulação capitalista como um movimento fundamental de reprodução crescente do capital, como “o aumento paulatino do capital pela reprodução que passa da forma circular para a espiral” (Marx, 1985: 198). Este movimento geraria duas ordens de transformações sociais: uma mudança qualitativa na composição do capital social, que levaria ao decréscimo de sua parte variável em relação a sua parte constante; e a multiplicação do proletariado, gerada pelo próprio movimento de expansão da forma social do sistema. Vejamos como o autor expõe tais transformações.

Em primeiro lugar, Marx define o duplo caráter da composição do capital. Pela perspectiva do valor, tal composição se subdivide entre o capital constante (ou o valor dos

² Dunning, T. J. *apud* Marx, K. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Volume I, Livro Primeiro, Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 292, nota de rodapé n. 250.

³ Marx, K. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Volume I, Livro Primeiro, Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Daqui em diante, todas as indicações desta obra no corpo do texto terão como base esta edição.

meios de produção) e o capital variável (ou o valor da força de trabalho). Pela perspectiva de sua materialidade, ou seja, de como o capital funciona no processo produtivo, ele se subdivide entre a massa dos meios de produção utilizados e a quantidade de trabalho exigida para o emprego desta massa. A partir desta diferenciação, Marx demonstra como se dá, pelo movimento da acumulação do capital, o processo de redução relativa da necessidade de força de trabalho, quando comparada ao montante dos meios de produção em transformação no processo produtivo. Ou dito de outra forma, como a produtividade do trabalho social, incrementada pelo desenvolvimento tecnológico, “se torna a mais poderosa alavanca da acumulação” (Marx, 1985: 194). Mas como se dão tais alterações?

Pela perspectiva da composição técnica do capital, com o desenvolvimento do processo produtivo, amplia-se a massa de matérias-primas e materiais auxiliares que ingressam no processo de trabalho. De maneira equivalente, a massa de maquinaria, instrumentos de trabalho e meios de transporte utilizados são também aumentadas, uma vez que tais elementos formam a condição mesma da crescente produtividade do trabalho. O crescimento desta última expressa o “*decrécimo da grandeza do fator subjetivo do processo de trabalho, em comparação com seus fatores objetivos*” (Marx, 1985: 194), ou dito de outra forma, uma menor quantidade de força de trabalho passa a ser necessária para a transformação de dada quantidade de meios de produção. Esta alteração na composição técnica do capital se reflete, em escala menos intensa, em sua composição orgânica, ampliando a fração do capital constante em relação ao seu componente variável. Note-se que a diminuição da grandeza relativa do componente variável do capital não significa o decréscimo ou estagnação de sua grandeza absoluta. O capitalismo opera sua reprodução ampliada amplificando a *tendência geral* à consolidação da relação capital-trabalho como *forma social dominante*, e é no bojo deste movimento que cria o chamado exército industrial de reserva – o qual funciona também para permitir que a fração de trabalho não-pago possa ser convenientemente ampliada. Nesse sentido, Marx conclui: “uma vez dados os fundamentos gerais do sistema capitalista, no transcurso da acumulação surge sempre um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação” (Marx, 1985: 194).

Como sabemos, uma vez posto sobre seus próprios pés, o capitalismo opera para a

valorização do valor, extraindo para isso uma parcela de trabalho não-pago que se realiza em seu favor através da venda de mercadorias. Em seu próprio movimento de acumulação, o sistema capitalista se reproduz de maneira crescente, espalhando-se extensiva e intensivamente, multiplicando com o capital a massa de trabalhadores desprovidos de outros meios de subsistência que não a venda de sua força de trabalho. Esse processo, interno ao próprio movimento da acumulação do capital “*multiplica, com o capital, a massa (...) dos assalariados, que transformam sua força de trabalho em crescente força de valorização do capital crescente*” (Marx, 1985: 189).

Ao mesmo tempo, as transformações tecnológicas, como a divisão do trabalho e o desenvolvimento de maquinário, ampliam a capacidade produtiva do trabalho, fazendo com que menos capital variável seja necessário para mobilizar um mesmo capital constante. Isso significa dizer que o desenvolvimento tecnológico funciona de maneira a habilitar que um mesmo dispêndio de força de trabalho possa vivificar uma massa maior de meios de produção durante um tempo dado, deslocando favoravelmente a produtividade social do trabalho. Tal ampliação da produtividade do trabalho opera para pressionar e ampliar o máximo possível a fatia de trabalho não-pago arrancada no processo produtivo e se expressa pelo volume crescente dos meios de produção em relação com a força de trabalho neles incorporada. Marx demonstra aqui como o capitalismo é um sistema fundamentalmente dependente da exploração do trabalho em seu processo de autovalorização e como, ao mesmo tempo, busca autonomizar-se dele o máximo possível. Há um duplo movimento de dependência e autonomização que caracteriza fundamentalmente a relação capital-trabalho e o processo de acumulação do capital intensifica essa tendência geral⁴.

A contínua retransformação de mais-valia em capital apresenta-se como grandeza crescente do capital que entra no processo de produção. Este se torna, por sua vez, fundamento para uma escala ampliada de produção, dos métodos que o acompanham para a elevação da força produtiva do

⁴ Este duplo movimento de dependência e autonomização também pode ser visto na relação entre a subsunção formal e real do trabalho no capital, desenvolvida por Marx no chamado Capítulo VI Inédito de O Capital. Neste texto, tal movimento aparece pela perspectiva do trabalhador, que se torna livre para submeter-se às condições de compra e venda de sua força de trabalho. Ver: Marx, K. *Capítulo VI Inédito de O Capital. Resultados do Processo de Produção Imediata*. São Paulo: Editora Moraes LTDA, s/d.

trabalho e produção acelerada de mais-valia. Se, portanto, certo grau de acumulação do capital aparece como condição do modo de produção especificamente capitalista, este último ocasiona em reação uma acumulação acelerada do capital. Com a acumulação do capital desenvolve-se, portanto, o modo de produção especificamente capitalista e, com o modo de produção especificamente capitalista, a acumulação do capital. Esses dois fatores econômicos criam, de acordo com a relação conjugada dos impulsos que eles se dão mutuamente, a mudança na composição técnica do capital pela qual a componente variável se torna cada vez menor comparada à constante. (Marx, 1985: 195-6)

O processo de acumulação do capital aqui descrito por Marx é constitutivamente processo de produção de mais-valia e de sua retransformação em capital. E mais do que isso, expressa o processo mesmo de consolidação do *modo de produção especificamente capitalista*. Daí o acento das transformações sociais estarem sobre as alterações na composição do capital e sobre o processo de transformação dos trabalhadores em geral em assalariados – sendo que parte deles tornam-se uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária ao sistema. Ambos aspectos tornam-se alavancas da acumulação capitalista e, inclusive, condições de existência do modo de produção capitalista. A formação do exército industrial de reserva explicita o caráter antagônico da acumulação capitalista que, por seu próprio movimento, acumula riqueza em um polo do sistema e, ao mesmo tempo, acumula “*miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância brutalização e degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital*” (Marx, 1985: 210).

A acumulação do capital aqui descrita diz respeito diretamente ao próprio movimento sistemicamente crescente de *reprodução ampliada* do capitalismo – que envolve sua expansão social em extensão, seja pela conquista de novos espaços sociais de produção (mercados) e de novos territórios; e em intensidade, pela implementação de transformações profundas no processo produtivo, como a concentração da produção nas unidades fabris, a divisão do trabalho, o desenvolvimento de maquinário, do sistema de transportes, do sistema de crédito etc. Este movimento contínuo de produção aumentada de mais-valia e de sua retransformação em capital, que volta a entrar no processo de produção, eleva este processo a uma escala ampliada da força produtiva do trabalho e,

assim, a uma aceleração da produção de mais-valia. Tal movimento consolida e expande o modo de produção capitalista e, com ele, a própria acumulação do capital.

Mas ao mesmo tempo Marx introduz uma segunda ideia sobre a acumulação. Haveria um tipo de acumulação de capital nas mãos de produtores de mercadorias que constituiria uma *condição*, um *pressuposto* do modo de produção capitalista. Um tipo de acumulação que não seria um resultado, mas um fundamento histórico do capitalismo.

Baseando-se na *previous accumulation* de Adam Smith, Marx define esta segunda ideia como uma *acumulação primitiva* (Ursprünglichen Akkumulation), a qual corresponderia ao processo histórico de constituição das condições fundamentais para o modo de produção capitalista. Sabe-se que meios de produção e de subsistência, enquanto propriedades do produtor direto, não são capital. Tais elementos somente se convertem em capital sob condições em que sirvam, ao mesmo tempo, como meios de exploração e dominação dos trabalhadores. Portanto, para que dinheiro e mercadoria possam se tornar capital é preciso que o *trabalho livre* se constitua como *forma social dominante*, e seja *livre* em um duplo sentido: porque a força de trabalho não pertence diretamente aos meios de produção (como é o caso da escravidão e da servidão) e, igualmente, porque os meios de produção não pertencem ao trabalhador, que é socialmente *obrigado* a *se tornar livre* vendedor de sua força de trabalho. Desta maneira, a acumulação primitiva representaria o processo histórico que culmina na separação fundamental entre os produtores e suas condições de subsistência e produção, ou seja, entre a força de trabalho e os meios de produção.

A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe

corresponde. (Marx, 1985: 262)

E neste processo, a expropriação da base fundiária figura com grande centralidade. A adequação da terra à lógica da propriedade privada, a consequente usurpação direta de terras, a conversão de lavouras em rebanhos de gado e a criação de leis contra a vadiagem são alguns dos exemplos históricos deste movimento de separação fundamental. Mas, ao menos neste texto, onde o autor define de maneira mais direta o conceito de acumulação primitiva, Marx o faz elegendo como paradigma histórico o processo de constituição do capitalismo na Inglaterra. Ao optar por esta visada, Marx elabora um conceito atravessado, em seu desenvolvimento histórico e lógico, por um momento específico da *gênese* do modo de produção capitalista, que envolve também a gênese da classe trabalhadora, dos arrendatários capitalistas e, finalmente, do capitalista industrial, os quais se dariam por meio da expropriação territorial, da consequente constituição de um mercado interno e da colonização – parteira do novo mercado mundial.

A ideia de uma pré-história do capital e dos modos de produção que lhe correspondem alude a um processo histórico específico de gênese do capitalismo e se qualifica, ao longo do texto, pela descrição de que, neste momento, a classe dos trabalhadores assalariados constituía apenas uma parte mínima da população, a separação social entre mestres e trabalhadores era ainda pouco relevante, o elemento variável do capital predominava fortemente sobre o constante, a demanda por força de trabalho crescia mais rapidamente do que a sua oferta, grande parte do produto nacional operava como fundo de consumo do trabalhador e não ainda como fundo de acumulação do capital, etc (Marx, 1985: 277). De maneira equivalente, no plano internacional, a supremacia comercial orientava o processo industrial – incluso aí o comércio de escravos: “*de maneira geral, a escravidão encoberta dos trabalhadores assalariados na Europa precisava, como pedestal, da escravidão sans phrase, do Novo Mundo*” (Marx, 1985: 291).

O sistema de dívida pública operava como uma das mais enérgicas alavancas da acumulação primitiva, permitindo, através da bancocracia em formação, a consolidação de um sistema internacional de créditos, que frequentemente ocultava o lastro violento daquele capital. No mesmo sentido, com relação à forma e intensidade da violência

aplicada pelo capital no processo de exploração, Marx situa a violência *sans phrase* do assassinio e da escravidão como uma tendência mais afinada ao momento da acumulação primitiva (ou momento da pré-história do capital), cuja existência seria apenas excepcional no capitalismo avançado:

Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes (...). Violência extra-econômica direta é ainda empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, o trabalhador pode ser confiado às “leis naturais da produção”, isto é, à sua dependência do capital que se origina das próprias condições de produção, e por elas é garantida e perpetuada. Outro era o caso durante a gênese histórica da produção capitalista. (Marx, 1985: 277)

(...) essa terrível e difícil expropriação da massa do povo constitui a pré-história do capital. Ela compreende uma série de métodos violentos, dos quais passamos em revista apenas aqueles que fizeram época como métodos de acumulação primitiva do capital. (Marx, 1985: 293)

A partir das descrições históricas que compõem o capítulo sobre a assim chamada acumulação primitiva, podemos reconstruir uma sociedade que, em sua formação geral, ainda não se organiza pelo modo de produção capitalista, mas caminha por uma forma de acumulação (primitiva) que apontaria para o capitalismo como sua forma social futura. Contudo, esta possibilidade de interpretação do conceito de acumulação primitiva comporta elementos de anterioridade e exterioridade em relação ao capitalismo que o tornam uma forma histórica determinada, difícil de ser encontrada a não ser no próprio exemplo da gênese do capitalismo inglês. Há, portanto, uma interpretação possível destes escritos de Marx que situa a acumulação primitiva como uma fase identificável apenas no processo mesmo de constituição do capitalismo e que, a partir de então, desapareceria, sendo substituída pela lógica da acumulação propriamente capitalista. Mas Marx continua:

Na Europa ocidental, a terra natal da Economia Política, o processo da acumulação primitiva está mais ou menos completado. O regime capitalista aqui ou submeteu diretamente toda a produção nacional ou,

onde as condições estão menos desenvolvidas, controla pelo menos indiretamente aquelas camadas sociais decadentes que pertencem ao modo de produção arcaico *que continua existindo a seu lado*. (Marx, 1985: 295)

Neste excerto, Marx adiciona um outro elemento ao debate sobre a acumulação do capital. Ele afirma que as formas sociais afinadas à acumulação primitiva podem coexistir no interior de um modo de produção especificamente capitalista. A partir desta ideia, buscaremos evidenciar aqui a interpretação de que há uma *tendência* do capital a substituir todo processo de trabalho e todo processo produtivo pela forma especificamente capitalista. Contudo, isto não significa que o capitalismo realize necessariamente esta tendência e, inclusive, não significa que o capital não possa recolocar a lógica da acumulação primitiva em funcionamento: “*se tumulto e contenda trazem lucro, ele encorajará a ambos*” (Dunning *apud* Marx, 1985: 292).

Ao deslocarmos o foco da leitura para a ideia de *tendência histórica*⁵, poderemos diminuir o peso da exemplificação genética do capitalismo inglês que acompanha todo o capítulo sobre a acumulação primitiva e resgatar o desenvolvimento lógico do conceito em questão. Este desenvolvimento lógico foi atualizado pelo momento histórico imediatamente posterior do capitalismo, convencionalmente denominado *imperialismo*. Rosa Luxemburg⁶ figura entre as primeiras intelectuais da tradição marxista a identificar a importância global do debate acerca do imperialismo, a situá-lo enquanto um processo de desenvolvimento da acumulação do capital, abordando em sua análise não só as transformações econômico-sociais dos países que ocupavam posições de centralidade para o capitalismo de então, mas identificando a mesma coexistência de modos de produção já enunciada por Marx em *O Capital*: “*na realidade, não existe, nem existiu jamais, nenhuma*

⁵ A parte final do capítulo sobre a acumulação primitiva também pode ser interpretada a partir deste mesmo raciocínio. Marx situa aqui a transição para o socialismo como um processo histórico utilizando uma visada argumentativa que evidencia mais os elementos de continuidade, desdobráveis do próprio desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, do que o processo de ruptura revolucionária. A noção de *tendência histórica* também aqui se mostra interessante como chave interpretativa – sobretudo porque podemos ver o quanto ela não comporta nenhum conteúdo de *necessidade histórica*. De toda forma, nosso interesse não é encontrar em Marx uma obra sem limites, uma espécie de bíblia anticapitalista, mas desdobrar de suas análises aqueles pontos que nos favorecem a reflexão crítica.

⁶ Luxemburg, Rosa. *A Acumulação do Capital. Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo*. Vols. I e II. São Paulo: Nova Cultural, 1988. A edição original é de 1913.

sociedade capitalista que estivesse submetida ao domínio exclusivo da produção capitalista”⁷ (Luxemburg, 1988, II: 17).

Ao dar ênfase a esta coexistência de modos de produção, Rosa buscou conceder coerência sistêmica à manutenção histórica de formas de exploração e dominação que não condizem com o modo de produção especificamente capitalista, abordado com centralidade por Marx.

Ademais, o que torna o trabalho crítico de Rosa bastante importante para nós é que ele abandona a possibilidade de leitura de uma separação estanque entre acumulação primitiva e reprodução ampliada, reinscrevendo tais processos sob o conceito de *acumulação do capital*. Este movimento conceitual tem como efeito a dissolução da separação temporal entre o modo de produção capitalista e outros modos de produção subordinados. Desta maneira, com relação ao debate sobre as formas da acumulação do capital, Rosa fornece uma atualização da leitura marxiana que favorece o entendimento da manutenção histórica de formas de exploração que não condizem imediatamente com a forma da relação capital-trabalho, sem que por isso neguem o movimento de acumulação global do capital. Vejamos como se dá este movimento conceitual.

Rosa inicia sua análise pela exposição do problema da reprodução do capital social total. Para isso, a autora também situa o conceito de reprodução como algo mais do que a simples repetição, reiteração, renovação do processo produtivo. Tal conceito já pressupõe determinado grau de domínio da Natureza pela sociedade, melhor dizendo, determinado grau de produtividade do trabalho, que envolve configurações técnicas e sociais específicas. No que diz respeito à sociedade capitalista, entretanto, há uma condição fundamental para que a reprodução do capital aconteça, pois esta última não se determina apenas pelas condições técnicas e sociais de produção ou por existirem exigências sociais de consumo insatisfeitas. O processo de reprodução capitalista tem como meta e fator determinante a realização certa das mercadorias produzidas, e mais, que sua realização se dê com lucros de magnitudes socialmente satisfatórias.

⁷ Segundo Rosa, de maneira equivalente à reprodução simples, a pressuposição de uma sociedade exclusivamente organizada pelo modo de produção especificamente capitalista seria uma ficção teórica utilizada por Marx para fins explicativos, não encontrando apoio na concretude histórica do sistema (Luxemburg, vol. II, cap. XXVI).

O objetivo e mola propulsora da produção capitalista não é simplesmente a mais-valia, em qualquer quantidade, em uma única apropriação, mas a obtenção ilimitada de mais-valia, em um crescimento incessante, em quantidades sempre maiores (...). É a produção de mais-valia na sociedade capitalista que faz da reprodução das necessidades vitais um moto-perpétuo. (Luxemburg, 1988, I: 13)

A reprodução capitalista é marcada por uma tendência que (deixando-se de lado as oscilações periódicas referentes às crises conjunturais) caminha para uma ampliação incessante e se expressa como crescimento do capital por meio da capitalização progressiva de mais-valia, ou, na expressão de Marx, como acumulação de capital (Luxemburg, 1988, I: 15). Segundo a autora, sob as bases capitalistas, a reprodução ampliada tem que se apresentar como acumulação do capital, a qual é ao mesmo tempo sua forma específica e condição de existência (Luxemburg, 1988, I: 59). Neste ponto do texto, Rosa parece apenas retomar a discussão marxiana sobre o processo de acumulação presente em *O Capital*, sobretudo no capítulo XXIII abordado anteriormente – inclusive aí a sobreposição aparente entre os conceitos de reprodução ampliada e de acumulação do capital. Contudo, ao buscar compreender de que maneira o sistema capitalista lograria realizar sua tendência incessante à reprodução ampliada e, portanto, como o sistema realizaria uma quantidade cada vez maior de produtos no mercado de consumo, Rosa passa a apontar para a necessidade sistêmica do capital de conquistar um mercado cada vez mais amplo.

O entendimento exposto por Marx, e que constitui um dos pilares de sua teoria, de que o desenvolvimento progressivo da produtividade do trabalho (que caracteriza o modo de produção capitalista e seu processo de acumulação) implica na alteração da composição do capital, fazendo com que o capital constante cresça em proporção maior do que o capital variável, assim como ocorre a ampliação relativa da taxa de mais-valia, é abordado por Rosa como elemento lógico fundamental que deve balizar o problema acerca das possibilidades de realização continuada dos produtos na esfera da circulação. O *problema da reprodução* que se apresenta para a autora toma com centralidade a esfera da circulação e, por conseguinte, o aspecto da ampliação da demanda real e solvente das mercadorias, as

quais não podem ser realizadas apenas pelo consumo dos capitalistas e do conjunto da classe operária⁸. É o questionamento sobre onde estariam os compradores desses valores adicionais, os quais precisariam ser realizados para que a própria acumulação do capital seja possível, que leva Rosa Luxemburg a expor a necessidade de um mercado crescente situado fora da esfera do capitalismo (Luxemburg, 1988, I: 81). A autora reafirma, com base em Marx, que

As condições da exploração direta e as de sua realização não são idênticas. Elas não coincidem espacial e temporalmente, nem conceitualmente. Umas são limitadas apenas pela força produtiva da sociedade outras pela proporcionalidade dos vários ramos de produção e pela capacidade de consumo da sociedade. Esta última (...) [é determinada] pela capacidade de consumo que existe com base em condições antagônicas de distribuição, as quais reduzem o consumo da grande massa social a um mínimo entre limites de variação mais ou menos restritos. Ela é, além disso, limitada pela tendência de aderir à acumulação, pelo impulso que leva a aumentar o capital e a produzir mais-valia em escala mais ampla (...). A contradição interna procura equacionar-se mediante a ampliação do campo externo da produção. Mas quanto mais se desenvolve a força produtiva, mais ela entra em contradição com a estreita base sobre a qual repousam as relações de consumo. (Marx *apud* Luxemburg, 1988, II: 14)

Desta maneira, Rosa mobiliza Marx para afirmar que a própria lei da produção capitalista engendra a necessidade de que o mercado seja continuamente ampliado. E mais, que esta ampliação se dê para além dos espaços produtivos já organizados pelo modo de produção capitalista, uma vez que este seria incapaz de realizar por si só o resultado de sua produção. É este o ponto que sustenta a teoria luxemburguista do subconsumo como problema fundamental da acumulação do capital. Segundo Rosa, o sistema capitalista

⁸ A realização do mais-produto tampouco pode ser explicada pelo consumo das chamadas “terceiras pessoas”. Sobre este ponto, Rosa cita a rejeição de Marx a este tipo de explicação: “Todos os membros da sociedade que não figuram na produção, exercendo trabalho ou não, só podem receber sua parte no produto anual em mercadorias – seus meios de consumo – das mãos das classes as quais o produto se destina em primeira mão, ou seja, dos operários produtivos, dos capitalistas industriais e dos proprietários fundiários. Nesse sentido, seus rendimentos derivam *materialmente* do salário (do operário produtivo), do lucro e da renda fundiária (...). Por outro lado, no entanto, os destinatários desses rendimentos (...) percebem os mesmos por intermédio de suas funções sociais de rei, padre, catedrático, prostituta, soldado, mercenário etc (...). Marx *apud* Luxemburg, vol I: 79.

geraria, por seu próprio movimento, a contradição entre uma produção sempre aumentada e uma falta geral de demanda efetiva para absorver esta mesma produção. Desta maneira, o capitalismo recolocaria a necessidade do comércio com formações sociais não-capitalistas como única forma de estabilizar o sistema. E este movimento do capital *para fora de si* seria o cerne do imperialismo.

Cabe ressaltar que não se trata de explorar aqui o debate acerca da validade econômica da teoria do subconsumo para o entendimento das crises no capitalismo. O que esta pesquisa busca nos textos da tradição crítica é um suporte teórico que nos permita pensar a manutenção histórica de formações sociais, ou de determinados espaços no interior de países capitalistas, cuja produção opera sob lógicas que não se encaixam imediatamente no conceito de reprodução ampliada do capital, sem que por isso tais espaços se convertam em regiões que negam ou se opõem à acumulação global do capital. O texto de Rosa apresenta uma leitura original sobre esta relação. A ideia de que o capitalismo necessitaria de algo *fora de si* para se realizar é bastante sedutora por apontar para um movimento dialético necessário entre um *dentro* e um *fora* do sistema capitalista. Mas como a autora constrói essa relação do capitalismo com um seu *fora de si*?

Segundo Rosa, a produção capitalista produziria, por seu próprio movimento de reprodução, um excesso de meios de consumo e de meios de produção, os quais, pela lógica inerente ao sistema, não poderiam ser realizados nem pelos operários, nem pelos capitalistas – únicos agentes encontrados no esquema explicativo da reprodução ampliada organizado por Marx. A realização deste excesso teria encontrado expressão histórica justamente no imperialismo, que passa a ser definido pela autora como “a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua competição pelo domínio de áreas do globo ainda não conquistadas pelo capital” (Luxemburg, 1988, II: 83). Desta maneira, a solução histórica encontrada para a realização da mais-valia seria a busca por compradores das camadas sociais que, por si, não produzem pelo modo capitalista. Camponeses, artesãos autônomos e populações de países colonizados dos continentes americano, africano e asiático ocupam, na explicação da autora, este lugar de externalidade dialética ao sistema, assim como a função de realizadores diretos ou indiretos da mais-valia social produzida pelo capitalismo (Luxemburg, 1988, II: 21). Mas não se trataria, tampouco,

apenas do aspecto necessário da realização da mais-valia. Tais espaços são afirmados aqui como importantes fornecedores de meios de produção e da força de trabalho acessados pela acumulação do capital no intuito de ampliar ainda mais os lucros obtidos no processo produtivo.

O próprio caráter da produção capitalista exclui, além do mais, que a produção dos meios de produção se restrinja ao modo capitalista. Um dos meios essenciais de que o capital individual dispõe para elevar a taxa de lucro encontra-se em sua tendência de baratear os elementos do capital constante. Sendo o método mais importante para a elevação da mais-valia, o aumento incessante da produtividade do trabalho implica e se vincula, por outro lado, à utilização ilimitada de todas as matérias e condições que a Natureza e a terra põem a sua disposição. Nesse sentido e em função de sua natureza e de sua forma de existência, o capital não admite nenhuma limitação (...). Em sua ânsia de apropriação das forças produtivas com vistas à exploração, o capital esquadrinha o mundo inteiro, procura obter meios de produção em qualquer lugar e os tira e adquire de todas as culturas dos mais diversos níveis, bem como de qualquer forma social. A questão dos elementos materiais da acumulação do capital está longe de encontrar-se resolvida pela forma material da mais-valia de cunho capitalista (...). (Luxemburg, 1988, II: 23).

Assim como a produção capitalista não pode limitar-se às riquezas naturais e às forças produtivas das zonas temperadas (...) tem de poder dispor de forma ilimitada de toda força de trabalho do globo inteiro, para com ela pôr em movimento todas as forças produtivas da face da Terra, na medida em que os limites da produção da mais-valia o permitam (Luxemburg, 1988, II: 27).

Desta maneira, o cereal produzido nos campos feudais russos e o algodão produzido pela América escravista através da mobilização de formas de trabalho não-capitalistas (para não falar dos minérios, da cana e de outros artigos historicamente conhecidos) alimentaram a produção industrial inglesa do século XIX, barateando os elementos do capital constante e possibilitando, inclusive, o rebaixamento do valor da força de trabalho inglesa ao achatar os custos de sua reprodução vital.

Segundo Rosa, o imperialismo seguiria fomentando a mesma lógica apontada por Marx no capítulo sobre a acumulação primitiva. E mais: esta lógica que se expressa no

processo mesmo de expansão histórica do capitalismo comporia um momento fundamental para a própria realização do capital, não só no que tange à realização da mais-valia, mas também ao colocar à sua disposição uma espécie de repositório global de meios de produção e de força de trabalho. Tal processo permitiria à autora afirmar que “em função de suas relações de valor e de suas relações de natureza material, o processo de acumulação do capital está vinculado por meio do capital constante, do capital variável e da mais-valia às formas de produção não-capitalistas” (Luxemburg, 1988, II: 28).

Desta forma a autora define, por fim, o processo de acumulação do capital:

A acumulação de capital como um todo, como processo histórico concreto, apresenta, pois, dois aspectos distintos. Um deles desenvolve-se nos centros produtores de mais-valia – nas fábricas, nas minas, nas propriedades agrícolas – e no mercado. Vista sob esse ângulo, a acumulação é um processo puramente econômico – cuja fase mais importante se realiza entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados e cujas duas fases (no espaço fabril e no mercado) desenvolvem-se exclusivamente dentro dos limites estabelecidos pela troca de mercadorias e pela troca de equivalentes. Nesse nível (...) faz-se necessária a dialética apurada de uma análise científica para descobrir como por meio da acumulação o direito de propriedade se transforma em apropriação da propriedade alheia, a troca em exploração e a igualdade em dominação de classe. O outro aspecto da acumulação de capital é o que se verifica entre o capital e as formas de produção não-capitalistas. Seu palco é o cenário mundial. Como métodos da política colonial reinam o sistema de empréstimos internacionais, a política das esferas de influência e as guerras. Aí a violência é aberta, a fraude, a repressão e o saque aparecem sem disfarces, dificultando a descoberta, sob esse emaranhado de atos de violência e provas de força, do desenho das leis severas do processo econômico. (...) Na realidade, a violência política é apenas o veículo do processo econômico; ambos os aspectos da reprodução do capital encontram-se interligados organicamente, resultando dessa união a trajetória histórica do capital. Este não vem à luz apenas “gotejando por todos os poros sangue e imundice”, mas vai se impondo dessa forma, preparando, em meio a convulsões cada vez mais violentas, a própria ruína. (Luxemburg, 1988, II: 87)

Com este movimento teórico, Rosa recoloca a assim chamada acumulação primitiva como *um dos aspectos da reprodução do capital*, ao lado da reprodução

ampliada. Mas tal movimento opera, ao mesmo tempo, incluindo e excluindo, pois se a acumulação primitiva passa a compor necessariamente o próprio processo de acumulação do capital, ela o faz situando-se *fora* do capitalismo. Mas Rosa nos diz mais:

Depois de vários séculos de desenvolvimento, o modo de produção capitalista propriamente dito abrange, até o momento, apenas uma fração da produção total da Terra, tendo por sede preferencialmente a pequena Europa, sem ter conseguido apossar-se, até o momento, de amplas áreas desta, como a economia camponesa, o artesanato autônomo e grandes extensões de terra; abrange ainda grande parte da América do Norte e algumas faixas territoriais no resto do mundo, em outros continentes. (Luxemburg, 1988, II: 23)

A partir deste excerto, podemos perceber um ponto bastante importante da leitura de Rosa sobre a acumulação do capital e sobre o imperialismo. A ideia de que o capitalismo necessitaria de formações sociais não-capitalistas para realizar seu processo de acumulação parece se desdobrar de uma interpretação espacializada do conceito de modo de produção. Segundo a autora, corresponderiam ao modo de produção capitalista apenas aqueles espaços produtivos e de circulação identificados à lógica de funcionamento da reprodução ampliada, nos quais a separação entre trabalhadores e meios de produção já se efetivou completamente, assim como a socialização da força de trabalho enquanto mercadoria e a identificação do capitalista enquanto representante mesmo do capital. Este seria o caso do variado setor industrial dos centros produtores de mais-valia, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos. Todas as demais formas produtivas não condizentes com esta definição ocupariam o lugar conceitual de formações sociais não-capitalistas. Desta maneira, figuram como formações sociais não-capitalistas determinadas regiões econômicas internas aos países capitalistas, como a economia camponesa e o artesanato autônomo, e quase todas as demais regiões do globo. Mesmo assim, o capitalismo seria capaz de expandir-se, pela força inclusive, mantendo-se, contudo, circunscrito por séculos a uma pequena parte territorial da Terra.

Com base nesta interpretação, Rosa define dois tipos de relações de intercâmbio material que integrariam a acumulação do capital. Às relações de *mercado interno*

corresponderiam os intercâmbios materiais entre mercados capitalistas, os quais seriam responsáveis pela produção e pelo consumo de seus próprios produtos e pela geração de seus próprios elementos de produção. Enquanto as relações de *mercado externo* seriam aquelas relações de intercâmbio material entre o capitalismo e o meio social não-capitalista, o qual absorveria os produtos capitalistas e forneceria ao primeiro os elementos produtivos e força de trabalho (Luxemburg, vol. II: 29). Ao situar sua leitura sobre os mercados interno e externo como uma interpretação pertencente à Economia Social e não mais à Geografia Política, Rosa se propõe a basear sua análise não nas fronteiras nacionais dos países abordados, mas a partir da lógica mesma dos processos produtivos das regiões em relação econômica. Contudo, esta visada não a impede de espacializar e segmentar o conceito de modo de produção – agora não mais a partir do critério do Estado nacional, mas de critérios produtivos relativos à definição do modo de produção especificamente capitalista.

Desse ponto de vista econômico, a Alemanha e a Inglaterra constituem, em sua troca recíproca, uma para a outra, mercados capitalistas internos, enquanto as trocas entre a indústria alemã e seus consumidores ou produtores camponeses alemães representam, para o capital alemão, relações de mercado externo (...). No intercâmbio capitalista interno pode-se, no melhor dos casos, realizar apenas partes determinadas do produto social total: o capital constante utilizado, o capital variável e a parte consumida da mais-valia. Em contrapartida, a parte da mais-valia que é destinada à capitalização tem de ser realizada “externamente” (Luxemburg, 1988, II: 29).

Seu conceito de mercado externo corresponderia, então, às relações entre o capitalismo e aquilo que lhe é *exterior* (ou seu *fora de si*), assim como ao segundo aspecto da acumulação do capital apontado pela autora (aquele que corresponde à acumulação primitiva de Marx). Para dar concretude à sua abordagem, Rosa descreve alguns exemplos históricos deste tipo de mercado, nos quais se evidencia um *intercâmbio* entre o modo de produção preexistente e o modo de produção capitalista. Este intercâmbio permitiria que o modo de produção local *comunicasse ao capitalismo sua forma primitiva* (Luxemburg, 1988, II: 31) e esta relação seria responsável pelas “formas mistas [de produção], que vão

desde o moderno sistema assalariado até as relações primitivas de dominação” (Luxemburg, 1988, II: 27). Vale a pena citar um dos exemplos históricos trazidos pela autora.

Rosa identifica três processos fundamentais e correlacionados que refletem os objetivos econômicos do capitalismo frente as formações sociais não-capitalistas: a destruição destas formações econômicas se dá pela exploração dos meios de produção e da força de trabalho disponíveis, pela integração do espaço na circulação mercantil e pela separação paulatina entre trabalhadores e meios de produção. Tais processos de transformação econômica têm como parteiras a ação militar e os empréstimos internacionais, os quais exercem a função de submeter a economia local, integrá-la por meio de ferrovias e abrir espaço para a imposição da propriedade privada. Para exemplificar o processo de exploração de meios de produção e de mobilização da força de trabalho, Rosa nos traz a descrição de James Bryce sobre um campo de trabalho nas minas de diamantes da África do Sul. A descoberta de diamantes foi um fator decisivo para a aceleração da atuação das empresas capitalistas na região, processo que operou para a desagregação massiva da economia local. Segundo Bryce,

os nativos que trabalham nas minas são neles abrigados e enclausurados. São recintos enormes sem teto, fechados em cima por uma tela de arame, a qual impede que se atirem objetos por cima dos muros. Uma passagem subterrânea liga o acampamento à mina vizinha. Trabalha-se em três turnos de oito horas, de modo que os operários não permanecem mais que oito horas na mina. Do lado interno do muro foram construídas as cabanas em que os nativos moram e dormem. Dentro do cercado existe um hospital, bem como uma escola, em que os trabalhadores podem aprender a ler e escrever nas horas de lazer. Não se vendem bebidas alcoólicas. Todas as entradas são rigorosamente vigiadas; nenhuma visita, quer nativa ou branca, é permitida; os meios de subsistência são fornecidos por um armazém interno que pertence à sociedade (...). Eles vêm de toda parte, atraídos que são pelos altos salários, em média 18 a 30 marcos por semana, ficando por três meses ou mesmo mais, às vezes até por longo tempo. (...) Nesse amplo *compound* de forma quadrangular existem zulus de Natal, fingos, pondos, tembus, basutos, bechuanas, vassalos de Gungunhana, das possessões portuguesas, alguns matabelês e macalacas e muitos zambezianos (...) nessa curiosa miscelânea negra pode-se distinguir pelo menos uma dúzia de idiomas diferentes. Depois de alguns meses de trabalho, os negros costumam deixar as minas com

sua poupança e retornar às respectivas tribos, comprar uma mulher com o dinheiro, voltando à vida normal de antes. (Bryce, James *apud* Luxemburg, 1988, II: 27-8)

Para Rosa, os campos de trabalho nas minas de diamantes sul-africanas seriam um exemplo das *formas mistas* resultantes do *intercâmbio* entre o capitalismo e a formação social pré-capitalista no processo de exploração dos meios de produção e liberação da força de trabalho local, com sua consequente mobilização para exploração. A própria descrição de Bryce nos mostra, contudo, como a exploração mineira forjada pela colonização inglesa produziu formas de trabalho que não condiziam com as estruturas sociais locais – para as quais os negros, vindos “de toda parte”, retornavam depois de algum tempo, “voltando à vida normal de antes”.

Da mesma forma podem ser interpretados os processos de inserção do consumo de ópio na China pela Companhia Inglesa das Índias Orientais, que culminaria na Guerra do Ópio, a imposição da propriedade privada na Argélia pela política colonial francesa, o endividamento espetacular do Egito com as grandes obras de irrigação, motivadas pelos vultosos empréstimos dos bancos europeus e o desenvolvimento de um sistema econômico e político altamente racializado na África do Sul, que ganhou novas proporções com as empresas capitalistas de extração de diamantes. Sem dúvida, a construção de ferrovias, os empréstimos internacionais e a guerra aberta são os mecanismos por excelência da expansão do capitalismo. Mas se um intercâmbio pode ser traçado entre o modo de produção capitalista e as condições de produção locais preestabelecidas, não se pode ignorar que as formas produtivas gestadas a partir daí não correspondem a um desenvolvimento natural da forma produtiva anterior, ou mesmo apenas a uma mobilização de formas arcaicas de trabalho e produção com direcionamento de seus frutos para o processo produtivo propriamente capitalista. Ao contrário, tais processos correspondem a uma transformação sem precedentes naquelas condições de produção, *que só foram possíveis devido à imposição mesma do capitalismo*. Isso posto, poderíamos determinar que tais regiões operam sob um modo de produção *exterior* ao capitalismo se foi a própria expansão sistêmica do modo de produção capitalista que forjou tais arranjos produtivos?

Não seria o colonialismo e o imperialismo o processo mesmo de expansão mundial do modo de produção capitalista? Em resumo, em que medida poderíamos ainda considerar tais espaços como uma exterioridade frente ao modo de produção capitalista uma vez que se tratam de processos econômicos *produzidos* pela expansão do capitalismo?

Sobre este ponto, Marx nos concede uma chave interpretativa alternativa para pensarmos o modo de produção capitalista e sua expansão. No chamado *Capítulo VI Inédito de O Capital*, ao abordar o processo de trabalho enquanto processo real de produção⁹, Marx diferencia o que poderíamos chamar de dois estágios do modo de produção capitalista. À produção capitalista que se caracteriza socialmente pela cooperação dos trabalhadores entre si, que é organizada pela divisão social do trabalho, que corresponde a um processo produtivo que conta com a aplicação consciente das ciências e da tecnologia, ao qual corresponde uma grande escala de produção e a multiplicação e diversificação das esferas produtivas, Marx denomina de *subsunção real do trabalho no capital*. A esta subsunção corresponde o *modo de produção especificamente capitalista*, o qual transforma totalmente a natureza real e as condições reais do processo de trabalho e é caracterizado pela produção, repetida e continuada, de mais-valia relativa.

Contudo, há uma segunda relação de subsunção do trabalho no capital apontada pelo autor. Marx denomina como *subsunção formal do trabalho no capital* a subordinação ao capital de um modo de trabalho cuja forma havia se desenvolvido anteriormente à relação capitalista. Esta forma capitalista é marcada pela hegemonia da subordinação econômica enquanto conteúdo que determina a exploração do trabalho. Isso porque tanto os meios de produção quanto os meios de subsistência passam a ser dominados pelo aquisidor de capacidade de trabalho, de forma que o trabalhador vai se tornando dependente da venda de sua força de trabalho como meio de garantir sua existência vital. No estágio da subsunção formal do trabalho no capital, a extração de mais-valia só pode ocorrer na forma da mais-valia absoluta, ou seja, pelo prolongamento do tempo de trabalho. Nas palavras do autor,

O processo de trabalho subsume-se no capital (é o processo do *próprio*

⁹ Assim Marx define: “o processo de trabalho no seu conjunto enquanto tal, na interação viva dos seus elementos objetivos e subjetivos, apresenta-se como a forma total do valor de uso, isto é, como a forma real do capital no processo de produção” (Marx, Capítulo VI: 46).

capital), e o capitalista entra nele como dirigente, guia; para este é ao mesmo tempo, de maneira direta, um processo de exploração do trabalho alheio. É isto que denomino *subsunção formal do trabalho no capital*. É a forma *geral* de qualquer processo capitalista de produção, é porém simultaneamente, uma forma particular em relação ao modo de produção especificamente capitalista desenvolvido, já que o último inclui a primeira, porém a primeira não inclui necessariamente o segundo. (Marx, Capítulo VI: 87)

Segundo Marx, há *no interior* do modo de produção capitalista formas de produção e de exploração do trabalho que não correspondem imediatamente à lógica da reprodução ampliada do capital, melhor dizendo, à produção *especificamente capitalista*. Isso significa dizer que, ao diferenciar os processos de produção capitalista em subsunção formal e real do trabalho no capital, Marx reconhece como parte constitutiva do modo de produção capitalista formas produtivas que não correspondem plenamente à extração da mais-valia relativa, forma mais bem acabada deste modo de produção. Marx nos diz:

Denomino *subsunção formal do trabalho no capital* à forma que se funda na mais-valia absoluta, pois que só se diferencia *formalmente* dos modos de produção anteriores sobre cujas bases surge (ou é introduzida) diretamente, seja porque o produtor atua como empregador de si mesmo, seja porque o produtor direto tem que fornecer sobretrabalho a outrem. *O que muda é a coação que se exerce, isto é, o método pelo qual o sobretrabalho é extorquido* [grifo nosso]. (Marx, Capítulo VI: 94)

O que distingue inicialmente o trabalho formalmente subsumido no capital de outros modos de produção não-capitalistas é que a *relação de hegemonia e subordinação econômica* substitui a escravidão, a vassalagem, as formas patriarcais de produção, assim como também substitui o lugar da autonomia no processo de produção, enquanto formas sociais dominantes¹⁰. O processo de trabalho passa a contar com a vigilância e a direção do capitalista, mesmo que este ainda empregue seu próprio trabalho. E mesmo que em termos tecnológicos o trabalho se efetue exatamente como antes, desenvolve-se na subsunção

¹⁰ Entretanto, esta nova relação de hegemonia e subordinação cria, com seu desenvolvimento, suas próprias expressões políticas, religiosas, etc (Capítulo VI: 95).

formal do trabalho no capital uma relação de dependência econômica do trabalhador que permite uma ampliação da continuidade e da intensidade do trabalho, uma ampliação de escala no processo produtivo, dificilmente alcançada sob as condições anteriores de produção (Marx, Capítulo VI: 94). Esta transformação se utiliza dos mais variados meios de coação para que o produto represente apenas o tempo de trabalho socialmente necessário, ou menos (Marx, Capítulo VI: 95).

Não obstante, com essa transformação não se deu uma modificação essencial na forma e maneira real do processo de trabalho, do processo real de produção. Pelo contrário, é normal que a subsunção do processo de trabalho no capital se opere com base num processo de trabalho preexistente, anterior a essa sua subsunção no capital e com uma configuração baseada em diversos processos anteriores e outras condições de produção; o capital subsume em si determinado processo de trabalho existente, como, por exemplo, o trabalho artesanal ou o tipo de agricultura que corresponde à pequena economia camponesa autônoma. As modificações que se operarem nestes processos de trabalho tradicionais que caíram na sua alçada só podem ser consequências paulatinas da prévia subsunção de determinados processos de trabalho tradicionais no capital. Não é por o trabalho se tornar mais intenso ou por se prolongar a duração do processo de trabalho; nem é por o trabalho ganhar maior continuidade e, sob o olhar interessado do capitalista, mais ordem, etc, que se altera em si e para si o caráter do processo real de trabalho, do modo real de trabalho. (Marx, Capítulo VI: 89)

Neste texto, Marx nos traz elementos teóricos relativos ao processo real de trabalho que fortalecem a compreensão de que delimitar o capitalismo exclusivamente “à pequena Europa (...) grande parte da América do Norte e algumas faixas territoriais no resto do mundo, em outros continentes” (Luxemburg, 1988: 23) pode significar uma compreensão incorreta do processo de expansão e de hegemonia global do sistema. O que começa a se evidenciar é que, na interpretação de Rosa Luxemburg, *capitalismo* é tomado exclusivamente como *modo de produção especificamente capitalista* e as situações de subsunção formal do trabalho no capital – que Marx considera como processo de trabalho que “é o processo do *próprio* capital” (Marx, Capítulo VI: 87) – são situadas pela autora como formações econômicas não-capitalistas.

Por certo, pode-se admitir a existência de formações sociais nas quais o capitalismo desempenha funções subordinadas, sendo incapaz de determinar sua forma social geral. Contudo, partindo-se da elaboração marxiana sobre a subsunção formal do trabalho no capital, torna-se uma operação bastante arriscada conceder um grau de espacialização tal ao conceito de modo de produção ao ponto de afirmarmos que os camponeses alemães representam, para o capital alemão, relações de mercado externo, ou seja, relações do capitalismo com modos de produção não-capitalistas. O próprio Marx afirma que, tomando-se como ponto de partida o processo real de produção, a relação de contraposição entre capitalistas e trabalhadores enquanto possuidores de mercadorias que aparece como *premissa* mesma do processo de produção capitalista mostra-se, na verdade, como *seu resultado e seu produto* histórico (Marx, Capítulo VI: 57).

A partir desta elaboração de Marx, podemos retomar sob uma outra perspectiva a conceitualização de Rosa sobre os espaços de produção não-capitalistas. Com relação aos campos de diamantes da África do Sul, a descrição de Bryce nos revela como a escala de produção se alterou drasticamente, criando um processo de trabalho no qual há uma relação de assalariamento e subordinação do trabalhador a um explorador, que é possuidor das condições de trabalho; onde as condições objetivas de trabalho (os meios de produção) e as condições subjetivas de trabalho (meios de subsistência) não podem ser integralmente produzidas pelo trabalhador, sendo de propriedade alheia e, portanto, encontrando-se em oposição a este último. Apesar dos “métodos idílicos” que configuravam o campo de trabalho mineiro em questão, a intensidade e o tipo de transformação imposta no processo produtivo local pelas empresas capitalistas europeias de mineração parece corresponder mais adequadamente a um caso de subsunção formal do trabalho no capital do que a um espaço não-capitalista ou pré-capitalista.

No modo de produção capitalista, o processo de trabalho se converte em instrumento do processo de valorização do capital, isto é, em instrumento de produção da mais-valia. É desta maneira que o processo de trabalho subsume-se no capital, torna-se o processo do próprio capital (Marx, Capítulo VI: 87). Nesse sentido, a mudança fundamental gestada pelo modo de produção capitalista relaciona-se à maneira de extorsão do sobretrabalho. A necessidade da venda contínua da capacidade de trabalho para a

reprodução vital do trabalhador e dos seus faz com que apareça como um pressuposto da relação entre vendedor e comprador uma liberdade formal, que obriga o trabalhador a manter esta relação aparente de troca de mercadorias. Contudo, a dependência econômica já caracteriza a subsunção formal do trabalho no capital. Trata-se de um processo produtivo no qual o trabalhador é levado à venda de sua força de trabalho porque os meios de produção e os meios de subsistência passam a ser monopolizados pelo capital, a se oporem ao trabalhador como capital. Mas esta oposição não precisa ser total para que a produção se caracterize como capitalista. Contudo, “quanto mais plenamente essas condições de trabalho se lhe opõem como propriedade alheia, tanto mais plena e formalmente se estabelece a relação entre o capital e o trabalho assalariado, ou, o mesmo é dizer, a subsunção formal do trabalho no capital” (Marx, Capítulo VI: 94).

Tanto Marx quanto Rosa afirmam o entendimento de que o movimento mesmo de consolidação do capitalismo enquanto sistema econômico social opera sob uma tendência a substituir todas as formas econômicas pela economia capitalista, em todos os ramos produtivos e países, de maneira a poder mobilizar todo o capital constante e variável disponível, e em condições economicamente favoráveis, em favor da produção de mais-valia (Luxemburg, 1988, II: 63). Segundo Marx,

A produtividade do trabalho, a massa da produção, a massa da população e a massa da sobrepopulação, desenvolvidas por este modo de produção, suscitam sem cessar precisamente – com o capital e o trabalho agora disponíveis – novos ramos produtivos nos quais o capital pode trabalhar novamente em pequena escala e percorrer novamente os diversos estádios do desenvolvimento até que estes novos ramos de atividade começam também a ser explorados em escala social. É um processo contínuo. Simultaneamente, *a produção capitalista* tende a conquistar todos os *ramos industriais* de que até o momento ainda não se apoderou e nos quais ainda (existe) a *subsunção formal*. (Marx, Capítulo VI: 105)

Enquanto *tendência histórica*, o processo produtivo do capital aponta para a consolidação do *modo de produção especificamente capitalista* enquanto modo de produção global, que deve hegemonizar as relações produtivas e o processo de trabalho, em todas as esferas produtivas e em suas ramificações. Contudo, isso está longe de

significar uma identidade exclusiva entre *capitalismo* e *modo de produção especificamente capitalista*, conforme Rosa acaba assumindo como premissa em seu trabalho. Não é condição *necessária* que, para ser classificado como capitalista, o modo de produção seja *especificamente capitalista*, e o seja de maneira *totalizante*. Da mesma maneira, não é uma condição necessária que a subsunção real do trabalho no capital se realize de forma total no globo terrestre. Basta que seja hegemonicamente capitalista, que tenha se operado a alteração na forma da coação para a exploração do trabalho e que o processo produtivo tenha como objetivo central e finalidade última a produção de mais-valia, e mesmo a produção que não produz mais-valia relativa será determinada pelo capitalismo. É este movimento de identificação entre capitalismo e modo de produção especificamente capitalista que parece levar a autora à interpretação de que o capitalismo precisa *necessariamente* de formações sociais não-capitalistas para se realizar.

Ademais, há uma implicação profundamente importante que emana deste movimento expresso no texto de que o capitalismo necessitaria de algo *fora de si* para se realizar. Tal implicação aparece na obra como uma tese histórica fundamental: se o capitalismo depende de algo *fora de si* para se realizar e, se em seu próprio movimento de fortalecimento, o capitalismo destrói este seu *outro necessário*, a finitude do sistema se impõe como uma *necessidade histórica*. Não é à toa que Rosa situa o imperialismo como o “período final da trajetória histórica do capital”, determinando assim “a necessidade objetiva, histórica, do declínio do capitalismo” (Luxemburg, 1988, II: 63).

A solução do problema, em torno do qual gira a controvérsia da Economia Política há mais de século encontra-se, portanto, entre dois extremos: entre o ceticismo pequeno-burguês de Sismondi, Von Kirchmann, Vorontsov e Nicolai-on, que definiam a acumulação como algo impossível, e o otimismo rudimentar de Ricardo, Say e Tugan-Baranovski, para os quais o capital poderia prosperar ilimitadamente – o que significa dizer, como consequência lógica, que o capitalismo é eterno. Segundo a doutrina marxista a solução encontra-se na contradição dialética do movimento de acumulação capitalista, que exige um meio ambiente de formações sociais não-capitalistas; essa acumulação se faz acompanhar de um intercâmbio material constante com as mesmas e só se processa enquanto dispõe deste meio. (Luxemburg, 1988, II: 29)

Frente ao posicionamento teórico que, segundo a autora, põe o capitalismo como forma social ilimitada e eterna, Rosa acaba situando-se numa polarização oposta: o capitalismo não só é finito como encontra na realização do imperialismo sua fase final, sendo este último “tanto um método histórico de prolongar a existência do capital, quanto *o meio mais seguro de pôr objetivamente um ponto final em sua existência*” (Luxemburg, 1988, II: 83). E mais que isso: como consequência deste movimento, o socialismo também aparece como necessidade histórica.

O capitalismo é a primeira forma econômica capaz de propagar-se vigorosamente: é uma forma que tende a estender-se por todo o globo terrestre e eliminar todas as demais formas econômicas, não tolerando nenhuma outra a seu lado. Mas é também a primeira que não pode existir só, sem outras formas econômicas de que alimentar-se; que, tendendo a impor-se como forma universal, sucumbe por sua própria incapacidade intrínseca de existir como forma de produção universal. O capitalismo é, em si, uma contradição histórica viva; seu movimento de acumulação expressa a contínua resolução e, simultaneamente, a potencialização dessa contradição. A certa altura do desenvolvimento essa contradição só poderá ser resolvida pela aplicação dos princípios do socialismo – daquela forma de economia que por sua natureza é ao mesmo tempo um sistema internacional e harmônico, por não visar a acumulação, mas a satisfação das necessidades vitais da própria humanidade trabalhadora, por meio do desenvolvimento de todas as forças produtivas do planeta. (Luxemburg, 1988, II: 98)

Parece tratar-se de um movimento de construção destrutiva que, ao se movimentar, põe o socialismo como realização do próprio desenvolvimento da História. Ao realizar-se, o capitalismo realizaria seu próprio fim – ou ainda, realizaria o seu contrário, operando ele mesmo sua substituição pelo modo de produção socialista. Se por um lado, Rosa dissolve a separação temporal entre as formas de acumulação, afirmando uma relação orgânica entre os dois aspectos que compõem a acumulação do capital, por outro, a espacialização dos conceitos de modo de produção leva a autora a definir o capitalismo estritamente como momento de subsunção real do trabalho no capital, situando as formas sociais da subsunção formal do trabalho no capital, descritas por Marx, como espaços não-capitalistas. Desta espacialização, Rosa desdobra a finitude necessária do sistema

capitalista, que seria alcançada quando este realizasse por completo sua tendência de substituição de todas as formas produtivas pela sua própria forma produtiva.

O que se buscou reter aqui da leitura crítica dos textos da tradição marxista é a interpretação proposta por Rosa Luxemburg de que a acumulação do capital se compõe por dois aspectos distintos e organicamente vinculados, um deles correspondendo ao processo de reprodução ampliada do capital e à lógica econômica da troca de equivalentes e o outro a expedientes econômicos distintos e fortalecidos pela expansão do imperialismo. Buscou-se, contudo, complementar esta interpretação com a leitura de Marx acerca do processo real de trabalho, elaborado no Capítulo VI Inédito de O Capital, que define o momento de subsunção formal do trabalho no capital como parte integrante do próprio capitalismo. A partir do cotejo de tais leituras, os dois aspectos da acumulação do capital deixariam de corresponder, para nós, a uma relação *necesária* entre um *mercado interno* e outro *externo* ao capitalismo, passando a corresponder o primeiro deles ao processo da reprodução ampliada do capital e ao modo de produção especificamente capitalista, e o segundo às formas produtivas relativas aos momentos de subsunção formal do trabalho no capital. Desta maneira, buscou-se questionar uma das interpretações possíveis dada ao conceito de acumulação primitiva do capital de que este corresponderia a relações de *anterioridade* e *exterioridade* frente ao capitalismo, o que tornaria a teoria marxista inapropriada para pensar as relações sociais e econômicas das regiões de fronteira, como é o caso das terras baixas do Pacífico colombiano.

Como veremos, há na antropologia e na historiografia colombiana a proeminência de uma interpretação das terras baixas do Pacífico como um lugar apartado e invisibilizado frente a sociedade e a economia nacional e internacional. Esta interpretação ajudou a consolidar uma visão da região como um *refúgio de paz* (Agudelo, 2001; Restrepo, 2005) que pôde se organizar porque foi *esquecido* pela sociedade colombiana e que, nas últimas duas décadas, estaria sendo destruído pela ação predatória e pela disputa territorial entre as FARC e os exércitos paramilitares¹¹. De fato, o drama social a que se assiste atualmente na

¹¹ Sobre este debate, ver: Restrepo, E; Rojas, A. (org). *Conflicto e (in)visibilidad: retos de los estudios de la gente negra en Colombia*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca; Agudelo, Carlos Efrén. *El Pacífico colombiano: de 'remanso de paz' a escenario estratégico del conflicto armado*. Cuadernos de desarrollo Rural, v. 46, p. 7-37, 2001; Restrepo, Eduardo. *De 'refugio de paz' a la pesadilla de la guerra: implicaciones del conflicto armado en el proceso organizativo de' comunidades negras' del Pacífico nariñense*. 2005.

região só poderia encontrar paralelo, em graus de violência, no próprio período da escravidão negra. Não se trata aqui de negar a dimensão concretamente trágica do problema. O que se pretende evidenciar nesta pesquisa é que a região já passava por um longo processo de exploração extrativista, o qual foi capaz de transformar, mesmo que de maneira lenta, as relações entre terra e trabalho dos negros ribeirinhos, abalando os pilares fundamentais das suas possibilidades autônomas de subsistência. É para conseguirmos dar conta do processo histórico de exploração extrativista, aqui focado na expansão da exploração madeireira entre os anos 1950 e 1980, que optamos por mobilizar neste trabalho os conceitos de *fronteira*, *modo de produção* e de *acumulação do capital*, no intuito de analisarmos os processos econômico-sociais expressos pelas transformações ocorridas na relação entre terra e trabalho nas terras baixas do Pacífico colombiano.

Capítulo 2

A formação do padrão territorial na Colômbia dos primeiros anos da República a meados do século XX

Na medida em que o capital incorpora os dois fatores constitutivos da riqueza – trabalho e terra – ele adquire uma força de expansão que lhe permite ampliar os elementos de sua acumulação além dos limites aparentemente impostos por sua própria magnitude – limites que são estabelecidos pelo valor e pelo volume dos meios de produção já produzidos, meios que constituem o ambiente de sua existência.

(Marx *apud* Luxemburg, vol. II: 23)

Pelo diagnóstico dos políticos e intelectuais colombianos de meados do último século, o país entrou em sua fase republicana marcado por uma condição estatal bastante frágil. Passada a guerra de independência e a fragmentação da Grã-Colômbia, a república enfrentava a necessidade da formação de uma classe sólida de dirigentes políticos e de quadros técnicos estatais; padecia de uma condição social ainda instável, carente de integração cultural e de solidez econômica para seu mercado interno e externo (Jaramillo Uribe, 1997b). Este mesmo período teria sido marcado por importantes transformações na economia europeia, gestadas pelo processo de consolidação e expansão do capitalismo industrial. Encontraram-se aqui “as primeiras tentativas para desenvolver algumas áreas de além-mar como produtoras especializadas em certos produtos para o mundo *desenvolvido*” (Hobsbawm, 1975/1997). Tais políticas reatualizaram o papel em boa medida já cumprido pelos países latino-americanos como produtores de insumos primários direcionados à Europa. Contudo, operou-se uma alteração importante no tipo de produto que passou a ocupar o centro das exportações latino-americanas. Depois de 1850, consolidou-se um deslocamento progressivo das atividades econômicas de mineração em favor das atividades agropecuárias em toda a região (LeGrand, 1988).

Desde a Conquista até o final do período colonial, o ouro representou o produto

fundamental, e praticamente único, das exportações neogranadinas. Quase a totalidade do valor das exportações advinha da extração aurífera, que, no século XVII, chegou a representar 40% da produção mundial. Era justamente na exploração do ouro que se concentrava a mão de obra escrava, sobretudo nas regiões de Cauca, Valle de Cauca e Chocó (Checchia, 2007). A partir da segunda metade do século XIX, certo crescimento econômico de toda a América Latina se produziu, em grande parte, através da expansão da agricultura e da pecuária comerciais, direcionadas para o abastecimento dos florescentes centros industriais. O crescimento da população e da urbanização nestes lugares originaram uma demanda expressiva por artigos como café, açúcar, trigo e carnes que passaram a ser ofertados pelos países latino-americanos, favorecidos pelo desenvolvimento dos sistemas de transporte. Esta expansão agropecuária deslocou espacialmente os centros de produção em muitos países, como foi o caso do Brasil¹² e da Colômbia, e afetou profundamente os processos de ocupação das terras e as relações de trabalho também deste lado do Atlântico. Desta maneira, as formas legais de organização da terra e do trabalho na América Latina, em geral, e na Colômbia, em particular, construíram-se influenciadas por este movimento mais amplo de expansão do capitalismo industrial e de reconfiguração dos Estados latino-americanos, organizado ao final do colonialismo (Checchia, 2007).

O ouro manteve um papel relativamente preponderante para a economia nacional. Após sofrer um descenso de pouco mais de uma centena de anos, viveu uma fase de boa recuperação nos anos finais do século XIX (Ocampo, 1984; Kalmanovitz, 2003). Contudo, as guerras do período de Independência haviam desorganizado profundamente as produções que faziam uso do trabalho escravo, como era o caso das grandes fazendas e minas das regiões de Cauca, Valle de Cauca e Chocó. Neste período, a região (que já havia perdido parte de seu dinamismo) entrou em franca decadência. A necessidade de mobilizar soldados acabou forçando a concessão de diversas alforrias, tanto por parte dos realistas quanto dos patriotas. A fuga tornou-se uma opção mais frequente para os negros escravizados e os gastos de guerra levaram ao abandono definitivo de muitas minas (Ocampo, 1990). O processo de Independência marca a crise da economia escravista no país e culmina com a abolição definitiva do trabalho escravo, em 1851. Uma vez

¹² Sobre o tema, ver: Júnior, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945.

oficialmente livres, as populações negras das terras baixas se espraíram seguindo os rios da costa pacífica e boa parte delas passou a explorar, em pequena escala, o ouro e outros artigos da floresta.

O fim do escravismo também se insere no bojo das transformações mais gerais que alcançaram não somente a Colômbia, como os demais países do continente, e refletiam ainda certos interesses mobilizados desde o centro europeu de formação do capitalismo industrial. Não é à toa que tamanha modificação na forma de organização do trabalho tenha sido acompanhada de expressivas reorientações nos padrões de uso e de propriedade da terra. Para usar a potente imagem produzida por Martins (1986), liberar a força de trabalho deveria também significar o aprisionamento (ou o cativo) da terra na forma da propriedade privada¹³. É por isso que, no mesmo ano de 1850, são aprovadas tanto no Brasil como na Colômbia suas respectivas legislações fundiárias. Tratava-se de superar de vez o regime colonial de propriedade, no qual a Coroa, e depois o Estado nacional, mantinham para si o domínio da terra nua, permitindo apenas a venda das benfeitorias feitas sobre ela. Uma vez que o trabalho passava a ser livre, e que se intensificava o longo processo de dissociação entre o trabalhador e sua força de trabalho, era necessário impedir a liberdade de acesso à terra. Ascender a terra nua à condição de mercadoria significava que a legitimidade de sua aquisição passava a apontar, fundamentalmente, para o processo de consolidação das classes sociais, mesmo quando as legislações fundiárias guardavam certa brecha, como foi o caso colombiano¹⁴. De maneira geral, as *Leis de Terras* da segunda metade do século XIX operaram como um nosso equivalente latino-americano do processo de *acumulação primitiva do capital*, garantindo o *monopólio de classe sobre a terra*.

Com a expansão do capitalismo industrial, em meados do século XIX, produziu-se um aumento exponencial das relações comerciais em escala mundial. Neste momento do desenvolvimento do sistema capitalista, uma das mudanças fundamentais, quando comparado com a produção colonial, está no sentido assumido pela produção mercantil complementar, levada a cabo pelas antigas colônias. Não se tratava mais de uma produção

¹³ Martins, J. S. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 1986.

¹⁴ Como veremos, até a década de 1930, o país mantinha em sua legislação formas de legitimação da propriedade da terra através do trabalho, conexão que favoreceu que os camponeses de diversas partes do país questionassem o padrão latifundiário nacional.

mercantil voltada fundamentalmente para fomentar a acumulação do capital nos países centrais, mas de uma produção complementar cujo sentido operaria para rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho, bem como dos elementos que compõem o capital constante no centro do capitalismo industrial.

Os diferentes impactos conectados à consolidação da economia de exportações fizeram-se sentir em todo o sub-contidente latino americano. O ritmo em que aconteceram, entretanto, variou de um país para outro, assim como de uma região para outra no interior dos países, conforme a intensidade com que as transformações da economia comercial e industrial afetariam todas essas áreas (Costa, 1999) As alterações gestadas na economia colombiana de então e os impactos futuros que esta forma de inserção na economia mundial gerariam para a república em formação foram descritas por José Antonio Ocampo – cuja obra se detém sobre a economia de exportação em curso no país durante o início do período republicano. Segundo o autor, a atividade econômica empreendida pelos proprietários de terra guiava-se pelos momentos em que os intensos desequilíbrios entre a oferta e a demanda de determinadas matérias-primas projetavam-nas com preços excepcionais no mercado internacional. Nesses momentos, tais agentes empreenderiam desordenadamente suas atividades econômicas enxertando-as sobre a base das relações sociais existentes no país. Quando o mercado se normalizava, a produção não resistia aos preços médios internacionais, levando ao abandono da empresa. Esta lógica teria criado um crescimento econômico intermitente composto por uma *sucessão de fracassos*. Para Ocampo, tais mecanismos significavam a manifestação concreta das *leis do desenvolvimento desigual* operando no nível periférico. Dito de outra forma, o tipo de inserção na economia mundial determinava a existência de regiões exitosas, ou periferias “primárias”, como seria o caso da Argentina e da Austrália, e de periferias “secundárias”, que estariam condenadas ao fracasso e ao subdesenvolvimento (Ocampo, 1984).

Salomón Kalmanovitz, por sua vez, imputa o desenvolvimento econômico mais tortuoso e lento do país às condições internas para a acumulação capitalista, herdeiras ainda do período colonial. Tais condições envolviam a falta de estabilidade política nacional, um sistema de transporte precário, frente aos desafios que o relevo apresentava, e a necessidade de modernização das relações de trabalho, fundamentalmente no campo.

Para o autor, foram as relações sociais imperantes, gestadas durante todo o período colonial e reafirmadas com o estabelecimento da República, que representaram as verdadeiras travas ao desenvolvimento da região e impediram uma ocupação ampla e democrática da terra (Kalmanovitz, 2003).

O argumento de Kalmanovitz, de uma espécie de falta de capitalismo que explicaria os fracassos nacionais, articula, todavia, alguns elementos da economia colombiana também reconhecidos por Ocampo. Ao final do período colonial, o atual território colombiano registrava um dos índices de abertura ao exterior mais baixos de toda a América Latina. E ainda na primeira década do século XX, logo após o grande crescimento das exportações de café, a Colômbia tinha apenas 8% do valor de investimentos estrangeiros *per capita*, quando comparada aos demais países do continente, estando à frente apenas do Haiti. A tal fechamento nacional corresponderia um padrão de economia de auto-subsistência e um controle mais estreito dos proprietários sobre a força de trabalho (Bejarano, 1983; Ocampo, 1984). Mesmo as chamadas reformas liberais de meados do século XIX, que permitiriam uma maior mobilidade no comércio e fortaleceriam a laicidade do Estado, não teriam sido capazes de alterar a pressão sobre a população rural de arrendatários, parceiros e agregados, operando no sentido de diminuir-lhes ainda mais a liberdade e não no sentido de liberar mão de obra e de generalizar o regime de trabalho assalariado no campo – condições que Kalmanovitz (1989) via como necessárias para que o capitalismo florescesse.

O novo Estado, endividado pela guerra, herdava os direitos de propriedade pertencentes à Coroa espanhola até 1821, entre os quais figuravam os terrenos de mão-morta, os *ejidos* municipais e os inúmeros resguardos indígenas, que eram considerados propriedade corporativa, assim como os incontáveis terrenos baldios, sobre os quais o Estado carecia de informações consistentes. O amplo processo de reordenamento territorial que se desdobrou no país após 1850 marcou também um novo período de avanço nas políticas de dissolução dos resguardos. Se no Brasil, a Lei de Terras só pode ser compreendida em conjunto com as leis de libertação da escravidão, na Colômbia tal relação inclui frontalmente as tentativas de promover a *integração definitiva* do indígena ao restante da sociedade – assim como de seus cobiçados terrenos de resguardo, sobre os

quais imperavam os interesses latifundiários (Checchia, 1997).

Este momento histórico mais geral de organização da propriedade privada da terra, assim como do trabalho livre, guarda como sentido fundamental a adequação nacional aos processos sistêmicos da exploração capitalista. Mas tudo isso ocorreu produzindo espaços e temporalidades distintas. Assim como o tempo, social e histórico, o espaço não é mero fato da natureza, é também um *produto* social, um efeito da ação humana sobre a “primeira natureza”, a qual rebate, limita e também direciona aquela ação (Lefebvre, 1974). A corrida pela expansão agropecuária deslocou os interesses econômicos sobre os terrenos de fronteira mais aptos a este tipo de produção. Enquanto as florestas das terras baixas mantiveram-se atrativas pela residual exploração do ouro e por outros artigos naturais utilizados como insumos na produção industrial, como é o caso da borracha, da tagua e da madeira. Ao longo do século XX, uma série de novos artigos passaram a figurar nas atividades extrativistas do país (West, 1957/2000). Mesmo compondo um setor menor da economia de exportação, a atividade extrativista representou o centro da economia em determinadas regiões, como é o caso de todo o litoral Pacífico e vastas áreas amazônicas (Leal, 2004), orientando processos sociais relativos à propriedade da terra e à forma do trabalho livre. De maneiras diferentes em sua escala e especificidades, a privatização de terras para fins produtivos expandiu-se por toda a Colômbia, mas gerou transformações sociais diversas, que buscaremos entender agora.

O processo de privatização das terras no país

A definição dos direitos de propriedade conecta-se intimamente com os mecanismos de controle da força de trabalho na sociedade capitalista, na medida em que determina quais setores da sociedade terão acesso a terra e à produção de sua subsistência e quais se manterão apartados dos meios de produção e formarão a classe dos trabalhadores, urbanos e rurais, submetidos aos proprietários para manter as condições de sua sobrevivência. E para um país como a Colômbia, que saíra do período colonial com uma sociedade essencialmente agrária, cuja fonte real de privilégio social e político se

sustentava, para o nível local, na qualidade de proprietário de terras (Checchia, 2007), que enfrentava profundas dificuldades devido às limitações nas estruturas de comunicação interna e cujo povoamento era considerado deficitário ainda na virada para o século XX (Jaramillo Uribe, 1997), o acesso a terra compôs uma questão crucial. As migrações internas rumo aos baldios foram condicionadas por fatores de repulsão e violência, como no caso da resistência à escravidão por parte da população negra, dos resguardos indígenas e pelas guerras civis do século XIX e XX, que deslocavam os camponeses de suas terras. E tais elementos operavam no interior de uma série de fenômenos econômicos (nem sempre menos violentos) correspondentes à expansão do capitalismo no país, conectados com o fortalecimento da economia de exportação colombiana.

As disputas em torno do acesso a terra e à força de trabalho forjaram algumas modalidades de conflito rural na região latino-americana. Grosso modo, nas regiões densamente povoadas por populações indígenas (detentoras, portanto, de uma mão de obra local para ser mobilizada) as disputas surgiam em torno das pressões dos latifúndios, que acompanhavam a ampliação das possibilidades de exportação para os países pilares no desenvolvimento do capitalismo industrial. Este foi o caso da produção açucareira do México, da pecuária no Peru e na Bolívia, e da produção de café em alguns países da América Central. Outra modalidade de conflito, também bastante comum na história do desenvolvimento do capitalismo latino-americano, estruturou-se nas regiões de fronteira da colonização. Assim ocorreu nas vastas regiões do Brasil central, nos pampas argentinos e na costa atlântica e regiões ocidentais da Colômbia. Segundo Catherine LeGrand, o caso colombiano exemplifica de maneira bastante clara a expansão da agricultura de exportação às terras de domínio público, aos chamados baldios da nação, regiões fronteiriças e de mais baixo povoamento que se tornaram o palco das disputas territoriais que marcaram de maneira profunda a história econômica e social do país.

Nos anos 1850, a república neogranadina tentou seu primeiro mapeamento sistemático do território, visando a construção de uma geografia geral do país. Tal mapeamento operava nos marcos de um projeto político, cujo objetivo fundamental era favorecer o processo de administração das antigas províncias. Assim foi formada a Comissão Corográfica, coordenada pelo militar italiano Agustín Codazzi, que logrou munir

o Estado de informações um pouco mais consistentes sobre a situação das terras nacionais (Velásquez, 2010). Após uma década de expedições e estudos, a comissão concluiu que 75% do território colombiano consistiam em terrenos baldios, sobre os quais não constavam reclamações oficiais por direitos de propriedade (Checchia, 2007). Foi sobre tais terrenos que se desdobrou a colonização e a conseqüente adequação da terra às formas da acumulação capitalista, motivada pela consolidação do papel exercido pelo país no contexto econômico internacional. Contudo, este processo de reordenamento territorial não se daria sem a configuração de uma série de conflitos sociais que marcaram de maneira expressiva a história agrária do país, incluídos aí os mecanismos de resposta construídos no interior do aparato estatal colombiano.

Segundo Kalmanovitz (2006), o processo de Independência colombiano gerou um contexto no qual um grande e secular aparato de administração colonial entrou em colapso e foi substituído por um Estado pequeno, no que diz respeito a suas capacidades institucionais. Dos impostos excessivos que haviam fomentado a luta pelo fim do colonialismo, passou-se a uma prática de quase inexistência de impostos, que tornaria a reestruturação do Estado um processo ainda mais penoso. Catherine LeGrand (1988) observa que a estrutura territorial colombiana que se consolidou ao longo do século XX formou-se nos cem primeiros anos da República e reflete a forma de expansão do capitalismo na Colômbia. Este processo definiu o latifúndio como o padrão de reorganização territorial dos incontáveis baldios da nação, localizados nas terras de média e baixa altitude, que compunham as zonas de fronteira em 1850.

De acordo com a historiografia colombiana (Bejarano, 1983; Ocampo, 1984; LeGrand 1988; Kalmanovitz, 2006), a política de baldios oscilou entre duas tendências de distribuição no país. Por um lado, a política de terras destinava-se a apoiar a colonização e a consolidação de um mercado interno de alimentos através da distribuição de terra a preços mínimos para cultivadores que a pudessem trabalhar. Contudo, os baldios da nação apresentavam-se também como fontes de ingresso para o Estado em momentos de apuros financeiros. Esta segunda tendência foi bastante predominante nos primeiros anos da República. Além dos desafios de um mercado interno ainda em formação, a guerra de Independência havia legado ao país uma vultosa dívida externa. A emissão de bônus e

vales territoriais permutáveis por baldios serviu aos pagamentos da dívida nacional e dos veteranos da independência, e como subsídio à construção de estradas, linhas férreas e outras estruturas de comunicação.

A utilização de baldios para ampliar as finanças do governo era prática corrente em toda a América Latina e contribuiu de maneira direta para a concentração de terra em muitos países¹⁵. Da mesma forma, também foram comuns os estímulos para a formação de um estrato de pequenos proprietários, sobretudo de imigrantes europeus, como no caso do sul brasileiro, da Argentina e do sul do Chile. Na Colômbia, contudo, mediante o fracasso em atrair europeus (Jaramillo Uribe, 1989), a expansão da agricultura de exportação nas regiões ainda pouco povoadas contribuiu para a formulação de uma política de baldios que, na letra da lei, favorecia também os pequenos cultivadores nacionais. Segundo LeGrand (1988), ainda que as leis não fossem regularmente aplicadas, até a década de 1930, sua forma teria sido capaz de influenciar na configuração real da propriedade da terra, assim como nos conflitos que se deflagravam nas regiões. Isso porque os instrumentos legais criados nos anos finais do século XIX teriam favorecido a consolidação de uma noção camponesa na qual a justa posse da terra deveria ser legitimada pelo trabalho.

Foram as preocupações com o fortalecimento comercial do país que fizeram surgir leis que permitiam a concessão do título de propriedade àqueles que utilizassem economicamente a terra. Contudo, mesmo reconhecendo a existência de colonos independentes e definindo o direito destes à terra que trabalhavam, as reformas dos anos 1870 e 1880 favoreceram que a elite nacional fundasse grandes empresas agrícolas voltadas à exportação nas regiões de fronteira do país. Tais leis facilitaram o direcionamento de recursos e trabalhadores para as terras de clima quente, inclusive porque a presença de colonos era fundamental para a valorização da terra e para a criação de um mercado regional, condição capaz de garantir melhores retornos aos investimentos da elite agrária. Segundo LeGrand, a forma assumida pelas adjudicações de baldios entre 1850 e 1930 foi um fator de grande importância para a consolidação do padrão latifundiário no país. A expansão da fronteira de colonização se dava, inicialmente, pela chegada de famílias camponesas, cujo trabalho aplicado para a lavoura e semeadura dos campos operava

¹⁵ Para o caso Brasileiro, ver: Viotti da Costa, E. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

para a valorização da terra no mercado. A tais pioneiros se seguiam os latifundiários, empresários da elite nacional que, munidos de documentações de propriedade sobre a terra, convertiam os colonos em arrendatários ou outras formas de trabalho dependente. Velha fórmula, bastante conhecida dos colonos do interior do Brasil.

No interior da reestruturação territorial provocada pelo capitalismo, figura também uma intensificação do processo de racionalização e do uso mercantil de elementos da natureza, alçados à condição de mercadoria, sobretudo por sua aplicabilidade no interior do processo produtivo industrial. Desde a Colônia, as florestas tropicais haviam sido convertidas em espaços de espoliação extrativista por parte da metrópole. No caso colombiano, as florestas do litoral Pacífico tornaram-se regiões muito exploradas, sobretudo a partir do século XVII, devido à existência de metais preciosos, como o ouro. Foi este processo que fortaleceu a implementação do trabalho escravo na região. Mesmo após a consolidação da República e a abolição legal da escravidão, a relação extrativista se expandiria para uma série de outros elementos naturais, como a borracha, as sementes de tagua e a madeira, estendendo-se por toda a costa, juntamente com processo de povoamento das terras baixas.

Os colonos colombianos tinham origem racial diversa. Em sua maioria, possuíam ancestralidade indo-espanhola, composição majoritária na população do país. Muitos advinham de famílias camponesas de pequenos proprietários, arrendatários, parceiros ou artesãos das terras altas. Em determinadas regiões, predominava o elemento indígena, uma vez que parte destes povos atravessaram o período colonial sem o direito garantido aos terrenos de resguardo¹⁶ e outros sofreram a dissolução destes territórios por governos e forças econômicas provinciais. Este foi o caso nas terras altas orientais, na primeira metade do século XIX, e nas regiões de Boyacá e Cundinamarca ao final do mesmo século. No início do século XX, foi a expansão da pecuária que obrigou muitos indígenas a migrar para os baldios da região das cordilheiras Central, Ocidental e para as selvas de Putumayo (Arboleda, 1973). Já nas costas do Caribe e do Pacífico, a grande maioria da população descendia dos africanos escravizados durante o período colonial. Ainda sob a sombra da escravidão, quilombos foram formados nas terras da costa atlântica, em Chocó, Antioquia,

¹⁶ Sobre o tema dos resguardos indígenas, ver Checchia, C. Terra e capitalismo. A questão agrária na Colômbia, 1848-1853. São Paulo: Alameda, 2007.

Valle, Cauca e Cudinamarca. Mas foi com a abolição formal da escravidão, já na segunda metade do século XIX, que as movimentações negras se ampliaram consideravelmente (Fals Borda, 1975). Como veremos, o caso da colonização do Pacífico colombiano remete também à questão das políticas econômicas defendidas pelo Estado sobre as áreas florestais, assim como para o fato de sua estratégica localização de abertura para o mar do Pacífico.

Pela perspectiva dos regimes legais, LeGrand define dois períodos importantes, que são alimentados e também repercutem sobre o padrão das disputas por terra no país. O primeiro gira em torno das leis de fins do século XIX e se caracteriza por um certo favorecimento legal da colonização. Foi marcado, contudo, por uma baixa aplicabilidade das ditas leis. Segue-se a este período uma década de ascenso da organização campesina, que perpassa os anos da crise de 1929 e abrirá espaço para uma forte pressão do setor latifundiário sobre a política nacional, culminando na Lei de Terras de 1936, que marca a consolidação do padrão de grandes propriedades no país.

Segundo esta interpretação, o governo central teria adotado uma política favorável aos colonos entre 1874 e 1920. Este primeiro momento de tensões entre colonos e latifundiários caracterizaria-se pelo uso de vias legais de questionamento do direito de propriedade¹⁷. A autora afirma que as leis de fins do século XIX tornaram-se conhecidas pelos pequenos camponeses, uma vez que teriam sido frequentemente citadas nas petições que estes enviavam para o governo central, em busca de apoio contra a ação dos grandes latifundiários¹⁸. Esta disseminação dos conteúdos legais teria favorecido a colonização e

¹⁷ Possivelmente pelo tipo de fonte articulada pela autora (que girava em torno dos documentos administrativos relativos aos baldios da nação), LeGrand tenha concluído que o que ela denomina “liderança rudimentária do setor médio” sobre os colonos tenha sido fundamental para que estes últimos se colocassem em disputa pelo direito à terra. Esta liderança derivaria do fato de que muitas famílias eram analfabetas e dependiam dos préstimos de advogados e de apoios dos setores letrados da sociedade. Da mesma forma, apesar de afirmar a incapacidade do Estado de regular as tensões a partir dos mecanismos legais criados para isso, a autora entende que as leis do final do século XIX foram fundamentais para a consolidação dos atos e movimentos de resistência do colono. Não nos sentimos, contudo, aptos a apontar uma crítica mais contundente a esta interpretação, mas a intensificação posterior dos conflitos e sua conversão em estratégias de ocupação de terra levantam dúvidas sobre esta necessária liderança externa assim como sobre a aventada política favorável dos governos centrais frente aos colonos, que teria caracterizado o período anterior a 1920.

¹⁸ A Correspondência de Baldios, que se encontra no Arquivo Nacional da Colômbia, em Bogotá, está repleta de petições de colonos enviadas ao governo central e encaminhadas ao Ministério da Indústria. Tais petições buscavam o apoio do governo contra as ações dos latifundiários e constantemente citavam as leis de 1874 e 1882.

permitido a construção ou ao menos o fortalecimento de uma percepção popular de que a concentração e a especulação da terra eram injustas e deveriam ser questionadas. De fato, as leis de 1874 e 1882 permitiam a colonização dos baldios pelo pequeno camponês, mas à prática, corresponderam inúmeras estratégias para burlar tais códigos, quando não a mais clara ilegalidade. Estas leis afirmavam os direitos de colonização baseados fundamentalmente no trabalho e nelas constavam alguns procedimentos para a concessão de baldios, que visavam defender os direitos dos camponeses. Entre estes mecanismos constava a necessidade de testemunhas que comprovassem a inexistência de colonos na área requerida, o papel do agrimensor, que deveria apontar a existência das parcelas de colonos durante a medição do terreno, além do próprio governo local, que deveria garantir a lisura do processo como também a notificação de todos os colonos que pudessem ser afetados pela entrega da concessão. Mas a burla destes regulamentos pela elite interessada em especular a terra tornou-se regra corrente.

Apesar das leis das décadas de 1870 e 1880 permitirem a concessão dos direitos de propriedade aos que trabalhassem a terra, na prática o processo de titulação dos baldios a colonos se mostrava pouco factível. Segundo LeGrand (1988), nas primeiras décadas de 1900, os custos envolvidos na regulamentação de parcelas de menos de 100 hectares de terra ultrapassavam, não raro, seu preço de mercado. Como defende a autora, o resultado do reordenamento territorial vivido pelo país aponta que as concessões de baldios obedeciam a outros expedientes que não o estrito trâmite burocrático orientado pelo Estado: qualquer pessoa com dinheiro e conexões políticas em Bogotá podia adquiri-los com facilidade (LeGrand, 1988, pp.69). O gráfico abaixo demonstra como as adjudicações de baldios favoreceram a concentração de terras, durante os primeiros cem anos da República.

Gráfico 1: Quantidade acumulada de terras distribuídas em adjudicações de baldios, 1827-1931

Fonte: *Memoria de Industrias*, 1931, vol. 5, págs, 249-410, *apud* Legrand (1988: 71)

O fato é que, de maneira geral, a apropriação dos baldios acompanhou o aquecimento do mercado de exportações agropecuário. Ao longo do século XIX, as concessões de baldios situaram-se nas frentes de expansão da linha férrea e acompanharam os auges dos produtos voltados para a exportação, sobretudo café e gado (LeGrand, 1988). Os empresários buscavam estabelecer direitos de propriedade em grandes extensões de terra já ocupadas por colonos. Desta maneira, não só obtinham uma economia significativa de tempo e de dinheiro por se apropriarem de terras já amansadas pelos camponeses, e portanto mais apropriadas para a agropecuária, como também criavam força de trabalho disponível no campo ao expropriar as terras das famílias colonizadoras, convertendo-as em grupos de arrendatários ou jornaleiros das terras que antes estavam sob sua posse. Somente pela restrição do livre acesso dos camponeses à terra seria possível formar uma classe de trabalhadores no campo que se submetesse aos regimes de trabalho compatíveis com a expansão do capitalismo latino-americano¹⁹. E para isso, grandes áreas de baldios eram

¹⁹ Diferentemente do caso brasileiro, a Colômbia não obteve sucesso em sua política nacional de atração de imigrantes europeus, seja para a formação da mão-de-obra no campo, ou para consolidar a produção de alimentos para o mercado interno. Sobre este assunto, ver: JARAMILLO URIBE, J. *Ensayos de Historia Social*. Bogotá: TM Editores/Uniandes, 1989. LeGrand, C. *Colonización y protesta campesina en Colombia, 1850-1950*. Bogotá: UNAL, 1988. MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

tornadas privadas e parte considerável delas eram legadas à improdutividade e à especulação.

Esta conexão entre privatização da terra, especulação e desenvolvimento do mercado de exportações de bens primários apontada pela historiografia colombiana destaca a concentração de terra como a *tendência fundamental do período*. Segundo LeGrand (1988), desde a Independência até 1930, três quartos de todo território concessionado a particulares foram divididos em parcelas de 1.000 hectares ou mais, e apenas 4% das concessões representam parcelas inferiores a 100 hectares. Por fora da legalidade, a concentração de terra se fazia de maneira ainda mais intensa. Era comum que os empresários e especuladores da terra ampliassem a extensão real dos terrenos concessionados, limitados legalmente a um máximo de 5 mil hectares, desde 1882, e depois a 2,5 mil hectares, em 1912. O uso de intermediários pagos para burlar as limitações legais e conseguir novas concessões também era prática corrente. E nas regiões mais remotas, a simples tomada da terra sem nenhum expediente legal era especialmente frequente.

Tanto a concessão como o roubo de baldios concentraram-se, fundamentalmente, no ocidente colombiano e na costa atlântica do país, regiões mais adequadas à expansão agropecuária, por suas características climáticas e de relevo. Latifundiários, comerciantes e financistas nacionais e internacionais²⁰ foram os principais beneficiários do roubo de baldios, atividade pouco custosa e potencialmente lucrativa. Na maior parte das vezes, bastava ter arame farpado e alguma influência política. A pilhagem generalizada permitiu a conversão de milhões de hectares de baldios em propriedades privadas por todo o país.

Os títulos mineiros também se mostravam como uma maneira de aquisição de baldios. De acordo com as legislações colombianas da virada para o século XX²¹, aqueles que solicitassem direitos de exploração de minas obtinham também entre 500 e 1.000 hectares de superfície, uma vez que os direitos de solo e de subsolo eram definidos separadamente. Bastava que o interessado declarasse a existência de um depósito de minérios, que dispensava provas de existência, e pagasse um imposto anual, que era da

²⁰ O caso de empresas como a United Fruit Company é paradigmático deste período. Sobre o tema, ver: Bucheli, M. *Bananas and Business: The United Fruit Company in Colombia, 1899-2000*. Nova York: New York University Press, 2005.

²¹ Ver Lei 75 de 1887 e Banco Agrícola Hipotecario. *La parcelación de tierras en Colômbia*, 1937.

ordem de 1 peso em 1887, para ter acesso à terra. Por um valor um pouco maior, o de 40 pesos, o solicitante adquiria o usufruto perpétuo do terreno concessionado. Assim ocorreu em grandes zonas de Chocó, no nordeste de Antióquia e nas regiões montanhosas de Caldas, Huila e Valle de Cauca (Leal, 2004).

No que diz respeito à política institucional do país, os posicionamentos dos Partidos Liberal e Conservador com relação à maneira como se deveria distribuir os baldios da nação sofreram algumas variações em determinados momentos históricos – sem que se alterasse o sentido global da concentração das terras. Para LeGrand, tais diferenças obedeceram mais às necessidades históricas e econômicas (como aquelas advindas da crise internacional de 1929) e aos desdobramentos sociais da ampliação das tensões no campo, do que a divergências de cunho ideológico. (LeGrand, 1988; Checchia, 2007). Já Kalmanovitz (2006) reforça que, apesar de não dispor de iniciativas mais estruturais para mudar o padrão de concentração de terras que se constituía, ao defender os direitos de negociação coletiva de trabalhadores e camponeses, assim como o acesso dos colonos aos baldios e à propriedade das melhoras agregadas aos terrenos arrendados, os liberais buscavam adquirir maior legitimidade e apoio da população ao seu governo. As posições do Partido Conservador oscilavam entre uma postura paternalista e uma estrita posição de lei e ordem (Abel, 1987), que não raro se apoiava em expedientes como as leis contra a vadiagem para perseguir trabalhadores que buscavam migrar para áreas de baldios em busca de melhores condições de vida e trabalho²². Até a década de 1920, contudo, os ministérios nacionais tendiam a responder positivamente às petições dos colonos ameaçados pelos latifundiários. Mas, de toda maneira, as relações entre colonos e o governo central tomavam a forma apenas de orientações e comunicados oficiais enviadas aos governos locais para que estes zelassem, no que estivesse a seu alcance, pelo direito

²² Apesar de tais posicionamentos terem se dado no interior de um processo nacional mais amplo de consolidação do padrão de concentração da terra, as divergências partidárias são um elemento importante para a historiografia nacional, sem o qual se torna difícil a compreensão do posterior ciclo de tensões que tomara o país e que passou a ser conhecido como La Violência. O marco inicial deste período é o assassinato do político Jorge Eliécer Gaitán, forte candidato à presidência da república nas eleições de 1949. Ex-liberal e um dos fundadores da Unión Nacional Izquierdista Revolucionaria, em 1933, Gaitán tinha forte representação das camadas mais populares do país. Sobre *La Violencia*, ver: Bejarano, J. *Campesinado, luchas agrarias e historia social: notas para un balance historiografico*, 1983; Pécault, D. *Reflexiones sobre el fenómeno de La Violencia*. Revista Ideología y sociedad, n. 19, Bogotá, 1976; Oquist, P. *Violencia, conflicto y política en Colombia*. Bogotá: Instituto de Estudios Colombianos, 1978.

dos colonos (LeGrand, 1988: 118), o que pouco os favoreceu na prática. Além disso, a aprovação da lei 57 de 1905 reforçou os mecanismos da elite contra a colonização das terras pelo pequeno camponês ao definir as formas de despejo das terras pela força policial local.

Até 1920, a expansão das fronteiras seguia o rumo das terras quentes (o que na Colômbia significava terras de menor altitude) motivada pelo interesse no comércio internacional de produtos tropicais. Vastos contingentes de terra mantinham-se improdutivos à espera de momentos favoráveis ao investimento do empresariado rural e as formas de arrendamento da terra compunham a base da organização do trabalho camponês. O resultado deste período foi a formação simultânea de grandes propriedades e de uma força de trabalho dependente devido à restrição do acesso dos camponeses pobres aos baldios da nação (Bejarano, 1983).

O contexto da Primeira Guerra Mundial ampliou de maneira extraordinária o fluxo de capitais norte-americanos, na forma de empréstimos, aos países latino-americanos. Na Colômbia, o montante de empréstimos e inversões subiram de 4 milhões de dólares em 1913 a 30 milhões em 1920 e a 80 milhões em 1925. A estimativa é de que o país tenha recebido, entre 1923 e 1929, cerca de 200 milhões de dólares entre empréstimos ao governo e aos bancos do país. Aplicado na expansão das estruturas de transporte²³ e na industrialização, os empréstimos externos aqueceram o mercado de trabalho nas cidades, provocando migrações e certa escassez de mão de obra no campo. A exportação de café, contudo, crescia também em proporções novas. Em 1915, a Colômbia exportava cerca de 60 milhões de quilos de café, cifra que dobrou em 1921 e triplicou até 1929, o que permitiu melhores condições contratuais aos arrendatários e demais trabalhadores da produção cafeeira (Ospina Vásquez, 1979). Os anos de prosperidade da produção cafeeira haviam também ampliado as pressões dos latifundiários sobre a posse da terra de colonos e muitos camponeses acabaram migrando para as cidades em busca de melhores condições de trabalho. Quando a crise se instaura em 1929, os salários rurais são encolhidos rapidamente em cerca de 50 e 60 por cento e a suspensão dos créditos estrangeiros obrigou o

²³ O sistema ferroviário colombiano expandiu-se em 80% entre 1920 e 1929, alcançando pouco mais de 2,3 mil quilômetros. Ver: Diot, J. Colombia económica, 1923-1929: estadísticas históricas. In: Boletín Mensual de Estadísticas, DANE, julio/1976.

cancelamento dos projetos de expansão da infraestrutura nacional, gerando um desemprego vultoso nas cidades e no campo (Pécault, 1987).

Nos anos 1930, estouraram mobilizações políticas em diversas áreas rurais do país. As disputas tomaram a forma de conflitos e ocupações de terras nas diferentes frentes de expansão da produção agroexportadora²⁴. Nas regiões de Sumapaz, Valle de Cauca e nas regiões atlânticas da zona bananeira e de Sinú concentraram-se as ocupações de terra, dando surgimento às ligas e sindicatos camponeses. A Unión Nacional Izquierdista Revolucionária (UNIR), o Partido Comunista de Colômbia (PCC), que em 1930 substituíra o anterior Partido Socialista Revolucionário, e o Partido Agrario Nacional (PAN) ampliaram suas ações sobre o campo, concedendo certo suporte organizativo ao ascenso do movimento agrário. A década de 1930, na qual se vê tanto liberais quanto conservadores declarando a necessidade de consolidação de um mercado interno no país, e portanto, de consolidação da produção de alimentos no campo, desdobrou-se dos impactos da crise de 1929. A política agrária e a relação com os baldios no período caracterizou-se por uma tendência a reafirmar as prioridades econômicas nacionais na busca por uma saída menos traumática da crise econômica mundial. Este contexto trouxe à baila tensões governamentais com relação aos interesses especulativos dos latifundiários, tensão esta que foi aproveitada pelos nascentes movimentos camponeses. Uma vez que o próprio Estado havia diagnosticado que o fortalecimento da produção interna seria um caminho para minorar os efeitos da crise no país e buscava fomentar uma política de organização e definição da propriedade privada nacional, apontando para a necessidade de converter os baldios incultos em terras produtivas, os movimentos camponeses apoiaram-se nesse contexto para fortalecer-se pela prática da ação direta de ocupação dos latifúndios improdutivos.

A intensificação da luta e da organização camponesa encontrou eco em setores do governo central. A tese de que a alteração da estrutura de posse da terra poderia aquecer o mercado interno e minorar os efeitos da crise internacional no país foi defendida neste período por setores conservadores e liberais. O que buscava o governo era a otimização

²⁴ Um caso de exceção colombiano se deu na região de Antioquia, onde predominou o padrão de propriedades menores, com prosperidade relativa dos camponeses. Sobre esse tema, ver: López Toro, Alvaro. *Migración y cambio social en Antioquia durante el siglo XIX*. Bogotá: Universidad de los Andes-CEDE, 1970.

dos recursos produtivos internos operando certa pressão sobre as propriedades que só serviam à especulação. Um desdobramento desta visada foi a elaboração da nova política agrária, que teve início ainda nos anos 1930, sob o governo de Enrique Olaya Herrera, do partido conservador (o qual comandava o Estado havia quarenta anos), e continuou com a coalizão governamental encabeçada pelo presidente liberal Alfonso López Pumarejo²⁵. Entre 1931 e junho de 1936, em torno de 132 concessões de baldios (cerca de 320 mil hectares) foram anuladas pelo Ministério da Indústria por não terem cumprido com a obrigatoriedade de cultivo²⁶. Estas terras voltaram ao domínio público, mas não se sabe ao certo em que medida foram direcionadas a colonos. O mesmo Ministério limitou os direitos de despejo de colonos, redefinindo de maneira mais rigorosa a forma de comprovação de propriedade por parte do latifundiário (LeGrand, 1988).

De certa maneira, a crise econômica internacional de 1929 acabou por fortalecer o movimento campesino e por pressionar políticas governamentais relativas à distribuição da terra. Entretanto, a reação do setor latifundiário logo se fez sentir. Com a intensificação dos conflitos rurais no país, o governo apontou a compra de terras para fins de subdivisão entre colonos como uma forma de solucionar as tensões sociais. O chamado *programa de parcelación* buscava uma resolução amigável²⁷ para os litígios em torno dos baldios, já que permitia a indenização integral dos latifundiários e também contemplava os bancos, aos quais muitos proprietários haviam hipotecado as terras devido ao contexto de crise. Contudo, poucas terras foram, de fato, pagas pelo programa governamental. Em 1933, cerca de 200 mil hectares foram comprados pelo governo em regiões de conflito, significando um custo de cerca de 36 mil dólares aos cofres públicos. Depois disso, os custos da terra foram integralmente repassados aos colonos, significando dívidas de longo prazo que tendiam a inviabilizar sua autonomia econômica. Tratava-se de um grande negócio para os especuladores da terra, uma vez que, para além de serem indenizados por terrenos indevidamente apropriados, lucravam com a valorização da terra que havia sido trabalhada pelo colono camponês.

As reformas legislativas que se desdobraram do processo de ocupação de terras dos

²⁵ Os mandatos presidenciais correspondem, respectivamente, aos anos 1930-1934 e 1934-193

²⁶ A Lei 52 de 1931 estipulava que todas as concessões inexploradas seriam passíveis de anulação e retornariam ao domínio público.

²⁷ Cundinamarca, *Informe del Secretario de Gobierno*, 1934. Apud LeGrand, 1988.

anos 1930 apontaram para uma política agrária orientada para a grande empresa agrícola, que excluía as aparentes contradições legais do processo anterior de colonização dos baldios. Estabeleceu a chamada função social da propriedade, vinculada diretamente à exploração produtivista da terra, conferiu base legal às propriedades constituídas mediante apropriação de baldios durante o período de expansão da economia de exportações de produtos primários, deslocando e enfraquecendo as tensões legais em torno das diferenciações entre terras públicas e privadas que dominavam o contexto nacional até então. Ao fazer concessões a alguns grupos do campesinato, o governo central buscava evitar um ascenso da radicalização camponesa, desmobilizando os principais focos de agitação e fortalecendo uma percepção positiva do governo nas zonas rurais. A forma da resposta institucional formulada durante a depressão apontava para o alinhamento de forças sociais que prevaleceriam no país posteriormente, buscando conter as forças nacionais que postulavam um caminho de desenvolvimento nacional partilhado com os trabalhadores do campo²⁸.

A política governamental de financiamento da terra contribuiu para a desarticulação dos conflitos que haviam se intensificado na década de 1930, contendo uma possível expansão do movimento campesino. O elemento central da política de favorecimento do padrão latifundiário ganhou corpo com a Lei de Terras de 1936²⁹, que conferiu legalidade aos títulos de propriedade dos latifundiários, retirando a dúvida que pairava sobre as propriedades, no sentido de que estas seriam baldios da nação injustamente apropriados pelos grandes donos de terra. Esta conversão do status legal das propriedades retirou a principal justificativa institucional que compunha a estratégia de articulação dos colonos e arrendatários. Um outro efeito importante deste momento político foi a influência que teve sobre as formas da relação de trabalho no campo. Como resposta à articulação campesina, o setor latifundiário buscou acelerar o processo de transformação dos arrendatários em

²⁸ O sufocamento da opção parlamentar, encarnada em candidaturas como a de Eliécer Gaitán e na imposição do bipartidarismo político, fortaleceu a opção armada como via de disputa e de ruptura com a ordem vigente. Este processo desembocaria na formação das guerrilhas colombianas. Sobre este tema, ver: BEJARANO, Jesus Antonio. Campesinado, luchas agrarias e historia social: notas para un balance historiografico. In *Anuario Colombiano de Historia Social y de la cultura*, n. 11, 1983. OQUIST, P. *Violencia, conflicto y política en Colombia*. Bogotá: Instituto de Estudios Colombianos, 1978. PÉCAULT, Daniel. *Orden y violencia: Colombia 1930-1954*, vol 1. Bogotá: Planeta Editorial, 1987.

²⁹ Em sua tese, LeGrand afirma, partindo de Thompson que “a lei se converteu no meio através do qual se expressavam os conflitos sociais” no país. LeGrand, 1988, pp. 228.

trabalhadores assalariados (Mesa, 1972; Kalmanovitz, 1978, 2006).

Se retornarmos ao tema da construção do aparato estatal republicano, poderemos ver que seu fortalecimento aparece na historiografia nacional como um dos resultados das lutas rurais dos anos 1920 e 1930 (Bejarano, 1983). Segundo Oquist (1978), neste período, “Colombia evolucionó de una sociedad caracterizada por un Estado débil con una estructura social fuerte, a una sociedad que se pode describir como poseedora de un Estado fuerte dentro de una estructura de dominio social progressivamente débil”. A razão desta transformação seria, em parte, que os conflitos entre as classe teriam ganhado maior importância social do que as tensões ocasionadas dentro das mesmas classes (Oquist, 1978: 174). Tamanha transformação, ao que tudo indica, é parte da consolidação das relações de produção capitalistas no campo (Bejarano, 1983).

A mesma historiografia afirma, contudo, que este processo de fortalecimento estatal impulsionado como resposta às tensões sociais ocorridas no campo desdobra-se como ferrenha disputa partidária pelo aparato, polarizada entre liberais e conservadores (Oquist, 1978), e como perda de legitimidade social, que resultaria num quadro de impossibilidade de se conservar a hegemonia estatal a não ser pela força (Bejarano, 1983). Isso porque o país estava ainda imerso em um quadro de mobilizações sociais conduzidas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo, as quais recebiam um novo impulso no *gaitanismo*. A classe dirigente estava polarizada a tal ponto que a autoridade efetiva do Estado se viu reduzida, ocasionando um movimento cíclico de ampliação social dos conflitos e consequente aprofundamento da crise estatal. Segundo Pécault (1976), o período da Violência representaria um deslocamento entre o aparato do Estado e o poder do Estado, melhor dizendo um descolamento entre monopólio da violência e sua legitimidade. Tal processo seria um forte efeito da política econômica e social adotada pelas classes dominantes, que expressaria certas contradições entre os interesses latifundiários e industriais, temperada por uma convocatória do campesinato como objeto político inserido na polarização entre liberais e conservadores (Pécault, 1976). A guinada organizativa do campesinato no período possibilitaria a conversão das tensões internas à classe dominante em uma disputa no interior da luta de classes, entre dominantes e dominados, o que provocaria a reunificação das elites no intuito de retomar o controle dos

acontecimentos. Não é à toa que a saída da crise nacional, já em fins dos anos 1950, apontaria para o estabelecimento de uma frente de governo entre os dois partidos: a chamada Frente Nacional, que por sua vez continuou tentando impor a ordem pela força repressiva de um Estado em fortalecimento. Nos primeiros anos de 1960, o país viveu uma diminuição na intensidade da violência, mas também uma convergência das formas de luta, que desembocaria ainda nesta década na formação das guerrilhas rurais. Tais tensões, contudo, encontravam expressões regionalizadas que tornavam mais branda ou mais ampla as dimensões do processo em questão.

O mapa a seguir nos concede algumas informações interessantes em relação à dimensão dos conflitos que determinaram a estrutura de divisão das terras no país. Organizado pelo Ministério de Indústrias na década de 1930, o mapa intenta representar, mesmo que de maneira pouco rigorosa em termos metodológicos, a localização das fronteiras de povoamento na Colômbia.

Mapa 1: Localização das terras baldias na Colômbia, 1921

Fonte: ANCB, vols 1-78 e Memória de Industrias, 1931, vol. 5, págs. 249-410
apud Legrand (1988: 26)

Com exceção das terras andinas e das principais regiões portuárias do período, que compunham as regiões de propriedade definida (e que neste mapa se encontram indissociadas das regiões de reservas indígenas), podemos dividi-lo esquematicamente em duas outras condições territoriais.

Há uma grande faixa que cobre o país em torno de suas cadeias montanhosas, na

qual coexistem propriedades privadas mescladas a regiões baldias – e que, no mais, representa bem a dificuldade do Ministério em determiná-las minimamente, concedendo-nos a dimensão das adversidades enfrentadas pelo Estado colombiano para obter informações mais concretas sobre as terras de propriedade privada e de domínio público. Tal adversidade foi herdada do período colonial, uma vez que não existiam normas para a medição da terra e poucos eram os agrimensores competentes. Além disso, o Estado carecia de um registro das concessões outorgadas durante a Colônia e de dados mais consistentes sobre a extensão dos domínios públicos. Esta condição precária das técnicas e informações governamentais assumiu contornos notórios durante o século XIX e primeiras décadas do século XX, gerando a inclusão de uma cláusula em todas as concessões outorgadas pelo governo, a partir de 1905, na qual o Estado responsabilizava os próprios solicitantes por verificar se os terrenos sobre os quais aspiravam a concessão eram realmente de domínio público (LeGrand, 1988). A faixa que mescla propriedades privadas e regiões de baldios indiscriminadamente corresponde às regiões onde se viveu mais intensamente as disputas entre colonos e latifundiários pela propriedade privada da terra.

Mas além da grande faixa central, há duas outras regiões concebidas neste mapa como terrenos totalmente baldios e que, poderia-se prever, careciam de população, assim como de conflitos sociais que tornassem necessária a intervenção e regulação estatal. Uma das faixas corresponde à região amazônica e parte das planícies orientais, a outra corresponde a todo o litoral Pacífico.

Segundo Bejarano (1983), em toda a região da costa Pacífica a estrutura de poder regional teria logrado manter sua frágil coerência organizativa, carecendo de um rompimento claro da ordem institucional. Outro seria o contexto imediato das selvas tropicais do Pacífico desde as primeiras décadas do século XX. Esta região foi designada como bosque nacional inalienável, na virada do século, e sua adequação legal às dinâmicas de exploração se deu por outro expediente, as concessões para exploração dos artigos naturais. Os empresários privados, aos quais o governo arrendava parte das selvas, monopolizavam a exportação de produtos nas regiões sob seu controle, fazendo com que os colonos ali estabelecidos previamente – em sua grande maioria negros, descendentes diretos das populações escravizadas – se convertessem em mão de obra do extrativismo.

Além disso, os empresários determinavam previamente os preços da madeira cortada, do látex e da tagua coletados, muito abaixo de seu valor real no mercado. Como as terras que eles ocupavam não eram tecnicamente baldios, tais colonos não estavam contemplados sequer pelas leis de proteção que vigiam nas demais zonas de fronteira do país.

A dinâmica dos conflitos rurais expressa pelas análises historiográficas consolidou uma interpretação de que a região Pacífica havia se mantido à parte do problema territorial que assolava o país. Contudo, Claudia Leal considera que os conflitos que permeavam as terras baixas tinham um outro padrão. Por se tratar de um terreno pouco apropriado para a expansão da agropecuária, com meios de transporte ainda muito deficitários, as terras baixas não se mostravam como um atrativo para a grande fazenda. Segundo Leal (2008), a principal fonte de riqueza que determinava os interesses econômicos na região não era propriamente a terra, mas os recursos minerais e vegetais ali dispostos³⁰. A alta pluviosidade combinada à escassez de solos cultiváveis, encontrados apenas nas planícies aluviais, limitavam as possibilidades da produção agrícola (West, 1957/2000). Por isso, a região não sofreu de maneira tão dramática a ação dos especuladores deste período, como ocorreu com as terras que acompanhavam a expansão dos transportes e dos produtos agropecuários. Nesse sentido, mesmo com a alteração mais geral no papel econômico empreendido pelo país no mercado internacional, o tipo de atividade econômica que manteve possibilidades de acumulação nas terras do Pacífico continuou a ser o extrativismo³¹. Uma vez que os mecanismos de extração desembocam, muitas vezes, no esgotamento rápido do bem natural e do solo, a lógica das concessões para exploração parece ter se encaixado sem muitos problemas sobre a dinâmica econômica local.

Desde os primeiros anos da república, houve tentativas de regulamentar o arrendamento de bosques para exploração extrativista. Em 1870, o governo havia tornado

³⁰ Darcy Ribeiro afirma algo semelhante ao tratar da frente de expansão sobre a Amazônia brasileira: “Aqui a terra em si mesma não tem qualquer valor [...] Não se cogita, por isto de assegurar a posse legal da terra [...] e esse domínio não assume, senão acidentalmente a forma da propriedade fundiária”. RIBEIRO. Darcy. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis: Vozes, 1977: 25.

³¹ Durante o século XIX, alguns artigos naturais, como a borracha e a tagua, ganharam importância comercial. A tagua é uma semente de palmeira, tem o tamanho de um ovo e é conhecida como marfim vegetal. Durante a segunda metade do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, as sementes de tagua serviram de matéria-prima para as fábricas de botões situadas na Alemanha e na Itália. Depois disso, os Estados Unidos passaram a ser o principal comprador do material até 1940, quando o plástico o substituiu por completo (Acosta Solís, 1944).

livre a exploração dos bosques nacionais. Mas em 1884, estabeleceu a necessidade da licença oficial, criando uma citação direta às terras baixas, em 1892 (Botero, 1994). E a partir da lei de 1907, os títulos mineiros e as concessões para exploração consolidaram-se como as formas jurídicas pelas quais se expressaram as relações de exploração territorial nas terras baixas. Mas estas peculiaridades não implicam a ausência de conflitos territoriais. Segundo Leal (2008), os conflitos na região se concentraram em torno do acesso ao ouro, ao platino e alguns artigos florestais, como a borracha, as sementes de tagua e a madeira. Antes da mudança legislativa da década de 1900, alguns agentes comerciais tentaram estabelecer direitos de propriedade sobre os terrenos nos quais se estendiam os taguais, visando um maior controle do processo de exportação da semente, que se concentrava nos entornos do porto de Tumaco e ao norte da costa, já próximo do Panamá. Leal (2008) descreve como tais intentos de privatização da terra foram alvo de resistência não só pelos camponeses negros, mas também pelos comerciantes locais, que trabalhavam como intermediários no fluxo de exportação. No mesmo sentido, quando o governo de Rafael Reyes (1904-1909) definiu a região como bosque nacional, diferenciando-o do regime de baldios, e tornou proibido não só a adjudicação de terra como também o extrativismo sem licença, os protestos imediatos que surgiram reclamavam a violação do livre acesso aos bosques e não o limite criado à propriedade privada naquelas terras (Leal, 2008).

Na realidade, são relativamente poucos os estudos que se debruçaram sobre esta região. Área atualmente bastante estudada por sua importância no período colonial (fundamentalmente pela exploração do ouro e pela alta concentração do trabalho escravo) e também pelo processo de demarcação de terras, de recorte étnico, de que foi palco a partir dos anos 1990, as terras baixas do Pacífico começaram a figurar nos estudos acadêmicos colombianos pela perspectiva de alguns trabalhos de geógrafos e viajantes estrangeiros, como é o caso de Augustín Codazzi (1973) e Robert West (1952, 1957), e de alguns trabalhos antropológicos iniciados nos anos 1970, de maneira que, até os anos 1990, as interpretações sobre a região no período republicano eram bastante escassas (Friedemann, 1984, 1992; Arocha, 1984, 2004). Ainda que as terras baixas tenham sido mais extensamente colonizadas no mesmo período abordado por LeGrand, seu padrão de

povoamento obedece a processos um pouco diferenciados do restante da Colômbia. Ali predominam as populações negras, descendentes dos africanos escravizados na região e são estas populações que compõem majoritariamente a mão de obra disponível para a exploração extrativista, articulada em um processo histórico que se formou em um contexto social e econômico atravessado por dinâmicas bastante racializadas, conforme veremos mais a frente.

Capítulo 3

Terra, povoamento e trabalho: a geografia histórica das terras baixas do Pacífico colombiano

Não é a propriedade de terras ou de dinheiro, mas o comando sobre o trabalho que distingue os ricos dos pobres.

F. M. Eden³²

Consolidou-se na historiografia colombiana do século XX a visão de que, tanto para o período colonial como para a República, um dos elementos importantes para se compreender a história do país seriam as diferenças regionais, que se construíram, em boa medida, em coincidência com as fortes variações do relevo nacional. Tais diferenças são tidas como significativas tanto para a conformação das lutas rurais dos anos 1920 e 1930 (Bejarano, 1983; LeGrand, 1984), como para o entendimento do período da *Violência* (Oquist, 1978; Kalmanovitz, 1978; Bejarano, 1983).

A dimensão geográfica nos concede elementos importantes para a compreensão dos padrões regionais colombianos, sobretudo para o processo de povoamento e de conformação da ocupação territorial. Como se pode acompanhar pelo mapa abaixo, a porção ocidental do país é cortada por três cadeias de montanhas andinas que o atravessam em diagonal de norte a sudoeste. Como o país se encontra próximo à Linha do Equador, seu clima é marcado essencialmente pelas diferenças de altitude, que compõem três grandes zonas climáticas (terras quentes, temperadas e frias) e abrigam diferentes bosques e tipos de cultivos. A região andina constituiu-se historicamente como o núcleo econômico-social mais importante do país. Seu povoamento remonta ao período pré-colombiano e concentra, até os dias atuais, parte expressiva da população nacional. Mas o

³² Trecho da obra de F. M. Eden, *A situação dos pobres ou História da classe trabalhadora na Inglaterra*, retirado de Marx, *O Capital*, vol 2: 190.

novo padrão produtivo, que emerge ainda no século XIX e se consolida com a produção cafeeira, reinscreveu o sentido das terras mais quentes colombianas e direcionou para elas colonos e capitais.

Mapa 2: Serras e principais rios da Colômbia

Fonte: Legrand (1988: 23)³³

³³ A região das terras baixas do Pacífico está representada no mapa à extrema esquerda, entre o Panamá e o Equador.

Esta condição geográfica bastante marcada pelas diferenças de altitude é também apresentada como responsável, em boa medida, pelas dificuldades enfrentadas pela República em fortalecer as estruturas nacionais de comunicação, impondo maiores desafios técnicos e econômicos à expansão das malhas viárias. Foi somente com a expansão da produção cafeeira e pecuária, já no século XX, que se pôde alavancar a construção de ferrovias, e posteriormente de rodovias, as quais se expandiram baseadas pelos caminhos que a mercadoria deveria percorrer. Até a primeira metade do século XX, o sistema ferroviário colombiano caracterizava-se por um peculiar desenho centrífugo que, atendendo aos interesses do comércio externo, buscava conectar algumas regiões produtivas com o rio Magdalena ou com o mar, no intuito de escoar a produção nacional para a Europa e os Estados Unidos (Ospina Vásquez, 1979). As dificuldades técnicas e econômicas de expansão das malhas viárias atravancavam a conexão dos mercados regionais entre si, fortalecendo a configuração de poderes econômicos e políticos regionalizados (Mejía, 1997). As diferenças do relevo, inclusive por sua determinação climática, ajudaram a produzir as formas assumidas pelo processo de ordenamento da propriedade privada da terra no país, na medida em que orientaram os processos de expansão agropecuária ao longo do período Republicano. Dito de outra forma, o espaço – enquanto produto e produtor das relações sociais – foi produzido de maneira fragmentada mas obedecendo, contudo, a processos socialmente mais amplos³⁴, tornando-se um fator conclusivo para o entendimento das transformações econômico-sociais vividas pelo país e elemento central para se compreender a forma assumida pelas disputas por terra nas suas diferentes regiões, uma vez que a expansão da produção de artigos tropicais para exportação, inscrita num movimento histórico global do desenvolvimento do capitalismo desigual e combinado que marcou toda a América Latina, direcionou investimentos e trabalhadores para as terras de altitude média e baixa, representando o estímulo fundamental para as transformações territoriais na virada para o século XX.

³⁴ Aqui buscamos inspiração na concepção de espaço formulada por Lefebvre: “Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele se dialectiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais”. Lefebvre, H. *Préface – La production de l’Espace*, Paris: Economica, 2000, trad. Ana Cristina Arantes Nasser.

O processo de organização das dinâmicas econômicas e sociais das terras baixas do Pacífico colombiano só pode ser devidamente entendido ao tornar-se parte do processo mais amplo de construção de uma geografia histórica do capitalismo global, que precisa fragmentar espaços e populações e submetê-los ao processo de acumulação do capital, cujo sentido aí se apresenta. Contudo, as relações sociais que se desdobram são conformadas também pela ação dos agentes locais sobre estes processos mais gerais que os compreendem³⁵.

Território composto majoritariamente por florestas, habitado por uma população predominantemente negra, que se concentra em sua porção rural, desenvolveu um padrão de assentamento em profunda conexão com os numerosos rios que cortam toda a costa. Sua estrutura de povoamento se desdobrou após a abolição da escravidão mineira, a qual se estendeu entre os séculos XVII e XIX. Seu relativo isolamento geográfico permitiu a consolidação de regulamentos locais de posse útil da terra e de formas de organização do trabalho pautadas em mecanismos específicos de interação social (Leal, 2004). Contudo, o aparente isolamento deste território, quando mirado a partir das condições sócio geográficas do Estado-nação colombiano, se desfaz caso a perspectiva se volte para as formas econômicas da acumulação capitalista. Trata-se de uma região que conviveu continuamente com atividades extrativistas voltadas ao mercado interno e também à exportação – que operavam para o rebaixamento dos custos da produção industrial, ao conceder-lhes matérias-primas a preços irrisórios. Esta apropriação capitalista dos elementos da natureza, convertidos pelo desenvolvimento tecnológico industrial em mercadorias primárias, deu-se, no mais das vezes, através da mobilização de formas de trabalho alheias à lógica da reprodução ampliada do capital. Em toda a América Latina, o fim da escravidão significou a passagem para o trabalho livre, mas não necessariamente para a forma real do trabalho assalariado, gerando ambiguidades no processo de trabalho claramente identificáveis pelas dinâmicas de exploração produzidas nas regiões de

³⁵ Apesar desta assertiva parecer conter certa obviedade, a maior parte dos estudos sobre as terras baixas produzidos na Colômbia – ao engajarem-se em uma interpretação que busca evidenciar a importância da etnicidade das gentes negras e a contribuição inventiva que suas formas de vida poderia agregar à sociedade nacional – acabam por desconectar a região de contextos semelhantes encontrados em outras regiões da América Latina. Talvez a contribuição deste estudo esteja justamente em assumir o incômodo frente a esta perspectiva e, conseqüentemente, contribuir para o entendimento dos limites que se impuseram a estas populações após o processo de demarcação de suas terras, nos anos 1990.

fronteira. Tais formas da acumulação do capital não se atém exclusivamente a estes espaços, mas encontram neles um terreno fértil que permite ampliar, pelos mais diversos expedientes, a fatia de trabalho não pago extraída do trabalhador.

As terras baixas do Pacífico colombiano organizam-se como uma região de fronteira, situam-se no extremo ocidente do país e correspondem aos territórios entre as bases da face ocidental da cordilheira dos Andes e a costa do Oceano Pacífico. É uma área de cerca de mil quilômetros quadrados, que corresponde a 8% do território nacional, estendendo-se desde a região de Darién, no Pamaná, até Esmeraldas, no Equador. As terras baixas são formadas por todo o departamento de Chocó, pelas porções ocidentais de Antióquia, do Valle de Cauca, Cauca e de Nariño. Como conjunto biogeográfico, é uma região de clima úmido e quente, coberta em sua maior parte por selva tropical, compondo uma das zonas de maior biodiversidade do mundo. É uma das regiões mais pluviosas das Américas, com índices anuais que ultrapassam 10.000 mm (West, 1957/2000).

Mapa 3: Área cultural das terras baixas do Pacífico

Fonte: West (1957/2000: 32)

A região possui subdivisões físicas que ajudaram a moldar o povoamento local, assim como as interpretações geográficas e históricas sobre ela. Há uma subdivisão mais latente que separa o litoral em duas grandes regiões a partir de elementos naturais e administrativos. O regime dos rios e a divisão política da parte norte são diversos dos que encontramos na parte sul. O norte é atravessado pelo rio Atrato, de grande extensão, cujo escoamento vai de norte a sul, entre as montanhas Baudó e os Andes. Ao sul, uma cadeia de pequenos rios nascem nos Andes e atravessa o litoral, de leste a oeste, encontrando o oceano Pacífico. A porção sul caracteriza-se por uma costa plana e pantanosa, enquanto a costa norte é mais alta e montanhosa. Administrativamente, a parte norte compõe um único departamento, o de Chocó, enquanto a costa sul corresponde a fragmentos de departamentos (Cauca, Valle de Cauca e Nariño), cujas capitais se encontram nos Andes. Tais diferenças fizeram com que uma série estudos se detivessem sobre estas divisões administrativas, privilegiando os efeitos estritamente locais gerados por determinada atividade econômica, de forma que não permitiam a montagem de uma interpretação que reconhecesse as terras baixas como um território que compartilha padrões históricos e econômicos importantes, os quais se inserem em dinâmicas nacionais e internacionais específicas.

West foi o primeiro a descrever a costa Pacífica como uma região coesa, como uma *paisagem cultural* que se estendia por toda a área e que havia sido produzida por processos sociais identificáveis. Entretanto, os elementos que sustentavam a unidade das terras baixas para West eram a presença majoritária da população negra somada às características naturais e climáticas, como a predominância de florestas úmidas, as altas temperaturas e pluviosidade (West, 1957/2000). A ideia de uma *paisagem cultural produzida* ainda deixava escapar processos históricos estruturais para a região, como as complexas relações raciais que marcaram o desenvolvimento das áreas urbanas e rurais, e a consolidação e permanência secular do extrativismo como atividade econômica fundamental (Leal, 2004), o qual se conectava em muitos momentos com os ciclos mercantis internacionais de insumos primários, que favoreciam o capitalismo industrial. As atividades econômicas do Pacífico caracterizam-se por ciclos intermitentes de exploração de determinados artigos da natureza, sujeitos ao esgotamento de suas fontes, mas também às variações nas demandas

internacionais de insumos. Tais atividades extrativistas permearam o próprio processo de povoamento da costa, assim como as formas de relação social entre os agentes locais, conforme veremos mais à frente.

Ainda no sentido de compreendermos a relevância da dimensão geográfica para os estudos sobre o Pacífico negro, cabe ressaltar algumas práticas discursivas que nos ajudam a compreender parte importante do imaginário nacional e das ações (econômicas e políticas) empreendidas sobre as terras baixas. De maneira geral, as interpretações produzidas no país sobre o Pacífico colombiano podem ser organizadas segundo algumas perspectivas teórico-ideológicas fundamentais, as quais compreendem, contudo, variações internas. Tais perspectivas se organizaram em torno de pares de ideias, tais como *riqueza/inospitabilidade* e *força física/irracionalidade*, *invisibilidade negra/estereotipia* e *despesa extrativista/espaco de vida*, os quais correlacionam o espaço geográfico e valores civilizacionais. Estes pares de ideias foram capazes de produzir práticas raciais e identitárias que foram projetadas sobre as populações do Pacífico negro e suas formas de organização da vida. O que evidenciamos neste momento do texto não são, portanto, as interpretações que as populações negras construíram sobre si mesmas, mas como suas *práticas cotidianas* foram mobilizadas pelos agentes estatais, pelos políticos de envergadura nacional e também pelo saber acadêmico. Ao denominar essas construções científicas e ideológicas sobre as gentes negras como *práticas discursivas*, buscamos evidenciar como os pares de enunciados que apresentaremos, para além de designar coisas, pessoas e situações, operaram *produzindo* os processos sociais na região. Ao evidenciar tais elementos discursivos, o fazemos entendendo-os como práticas que “formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse 'mais' que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.” (Foucault, 2005: 55).

Em primeiro lugar, construiu-se no longo período de colonização do país uma percepção dicotômica da região do Pacífico como, ao mesmo tempo, uma terra de riquezas inumeráveis e de uma natureza selvagem, inóspita, que resiste aos processos de racionalização humana (Velásquez, 2000). Produziu-se neste processo uma imagem

ambivalente entre a atração e o rechaço, que mobilizava expressões de riqueza e incivilidade, nas quais as gentes negras vão sendo inscritas no interior de uma oposição entre natureza e cultura. Ainda no século XVI, descreveu um membro das expedições de reconhecimento e conquista:

(...) las ricas provincias del Chocó es público ser tierra muy rica de mineros de oro, e poblándose pueblo de españoles en ella, se seguirán las minas e echarán cuadrillas de negros en ellas e se sacará gran cantidad de tesoros. (Ortega, 1954: 23)

No mesmo sentido, em 1780, um funcionário da Coroa relata em seu informe:

El oro es el principal y más común fruto de estas provincias, pues se encuentra por todas partes, tan exquisito que rinde hasta treinta y tres y medio por ciento. (Ortega, 1954: 208)

Acessar tamanha riqueza, contudo, significava adentrar um mundo de uma natureza grandiosa e violenta, cuja força se mostrava incontrolável para o homem:

Llueve la mayor parte del año. Ejércitos inmensos de nubes se lanzan en la atmósfera del seno del Océano Pacífico. El viento oeste que reina constantemente en estos mares, las arroja dentro del Continente; los Andes las detienen en la mitad de su carrera. Aquí se acumula y dan a esas montañas un aspecto sombrío y amenazador; el cielo desaparece; por todas partes no se ven sino nubes pesadas y negras que amenazan a todo viviente. Una calma sofocante sobreviene; este es el momento terrible; ráfagas de vientos dislocadas arrancan árboles enormes; explosiones eléctricas, truenos espantosos; los ríos salen de su lecho; el mar se enfurece; olas inmensas vienen a estrellarse sobre las costas; el cielo se confunde con la tierra y todo parece que anuncia la ruina del universo. (Caldas, 1808: 54).

la humedad constante y lo largo del camino descalzos sobre la arcilla espesa y cenagosa, pasando a nado profundos torrentes de agua fría, pero siempre recomendables por sus cualidades que los acercan a las bestias. (Humboldt³⁶ *apud* Pérez Arbeláez, 1959: 33).

³⁶ Alexander von Humboldt foi um viajante naturalista alemão que conduziu pesquisas geográficas, sobre a fauna e a flora na Colômbia e em outras regiões da América Latina, no começo do século XIX.

No interior deste discurso, o negro ocupou um lugar mais atrelado à natureza do que à humanidade. Sua própria presença nas terras baixas vai deixando de aludir à história da escravidão para relacionar-se com os elementos geográficos e naturais da região tropical. Com frequência, o negro era descrito como mais adequado à inospitalidade local, ao lado dos animais selvagens e da própria paisagem natural. Ele tornara-se parte desta paisagem natural, que insistia em resistir à civilização. Esta prática discursiva, que ajudava a produzir uma determinada imagem social das gentes negras, manteve-se operante também no período republicano. Augustín Codazzi, diretor da Comissão Corográfica³⁷, também compreendeu os negros como parte desta paisagem de riquezas, porém inóspita e incivilizada representada pela natureza selvagem. Em sua passagem pelo rio Atrato, Codazzi descreve a região como:

horribles bosques y selvas, cuyos únicos habitantes son los animales feroces (...) en este país el cielo y la tierra han declarado la guerra al hombre, obstinado en establecerse allí por la avidez inextinguible del oro que se encuentra por todas partes en esta región. (...) los negros hacen el oficio de domésticos y en las varias habitaciones situadas a la orilla del río son los trabajadores del oro, ya que sólo ellos son capaces de resistir las grandes fatigas, las aguas continuas, el clima perverso y pútrido de estas regiones. (Codazzi, s.d/1973: 360)

Em 1852, imediatamente após a abolição formal da escravidão, Santiago Pérez, que havia acompanhado a Comissão Corográfica coordenada por Codazzi, escreveu sobre a região de Chocó:

En Nóvita no hay escuela, no hay iglesia, no hay establecimientos públicos ni privados, ni talleres, ni conventos, ni oficinas, y casi ni gente. Y aunque muchas fortunas, sobre todo las de varios poderosos del Sur de la República, han sido formadas ahí, los que han ido a explotar sus ricas

³⁷ Esta comissão foi dirigida pelo italiano Agustín Codazzi, entre os anos de 1850 e 1859 e por Manuel Ponce de León entre 1860 e 1862. Em sua primeira edição, foi composta pelo filho de Codazzi, Domingo, pelo botânico José Jerónimo Triana, pelo homem de letras Santiago Pérez, secretário da expedição, e por Manuel María Paz. O resultado dos estudos sobre a região pode ser consultado em *Geografía física i política de las provincias de la Nueva Granada*, publicado em 1856 por Codazzi; em *Geografía física i política de los Estados Unidos de Colombia*, publicado por Felipe Pérez, em 1862; em *Viajes por Antioquia y el Chocó*, de Santiago Pérez, que narra a expedição de 1852.

minas no han dejado señal de su residencia ni huella de su tránsito. Recoger bastante oro, bastante platino y recogerlos aprisa, vivir entre tanto sobre una barbacoa, y entre el fango y la maleza, como los cerdos y con ellos; alimentarse con plátano, que brindam los campos, y con pescado que ofrecen los ríos, regalándose en los días grandes con tasajo, conducido desde el Cauca; andar casi desnudo, el pie en el suelo, una camisa de listado y unos anchos y estrechos pantalones de dril; zambullirse, buzos codiciosos, en aquel mar de calor, de humedad, de miasmas y de plagas, con riesgo de la vida y pérdida de la salud, por amontonar a todo trance y a toda carrera, con el trabajo del esclavo, fuertes riquezas que ir luego a disfrutar en otra parte, eso, y nada más que eso, es lo que han hecho los exploradores de minas en aquel país, que luego han abandonado, sin dejar en él un monumento de piedad, ni una muestra de civilización, ni un recuerdo de gratitud, ni un rastro siquiera de buen gusto, de decencia, de racionalidad. (Pérez, 1862/1950: 43)

Para além do objetivo de descrever e mapear as diferentes regiões do país em formação, a Comissão Corográfica era também entrecruzada por interesses econômicos relativos ao mapeamento de riquezas naturais, à possibilidade de construção de vias de comunicação, do impulsionamento de imigrações europeias e de inversões de capitais internacionais. Tais interesses econômicos estavam combinados com interesses políticos de construção de um imaginário sobre a nação, que articulava representações do mestiço e de uma convivência pacífica e hierarquizada entre as raças (Nieto et al, 2010).

De maneira geral, os técnicos da Missão Corográfica descreveram as selvas do Pacífico como regiões altamente hostis à vida saudável. Os manguezais, por exemplo, foram descritos como árvores ao longo de todo o sul da costa, crescendo em solo pútrido que emana ácido carbônico e outros vapores nocivos, elementos que faziam das terras baixas um território propenso a doenças e infecções (Leal, 2004: 191). Também articulavam uma prática discursiva que operava pela associação direta entre o clima dos trópicos, a natureza indomável e a presença dos negros como seres mais adaptados a tamanhas condições adversas. Esta noção das gentes negras como detentoras de um físico fortalecido, resistente, combinava-se, ao mesmo tempo, com a noção de que estes detinham uma capacidade intelectual inferior. Tal noção racial que articula *superioridade física e inferioridade intelectual* pode ser encontrada também em importantes estudos produzidos

ao longo da primeira metade do século XX, sobretudo entre intelectuais e políticos de envergadura nacional, como Luis López de Mesa, Jorge Bejarano e Miguel Jiménez López³⁸.

Esta es otra de las formas de adaptación de la especie a nuestro suelo: el predominio de los más aptos y resistentes, de las razas hechas para la zona que pueden hacer frente a las inclemencias pero que, en cambio, y por un equilibrio vital inexorable, a tiempo que acrecen sus defensas orgánicas, retraen sus capacidades para la vida altamente civilizada. (López de Mesa, 1920: 353-354).

Duros y resistentes a la acción deletérea de nuestros climas tropicales; ágiles y rápidos para surcar los ríos; aptos para el laboreo de las minas y para los menesteres agrícolas; fecundos con asombrosidad cuando viven bajo climas convenientes, los negros se multiplicaron por efecto de la generación y de la intensa introducción de ellos, con rapidez que sobrepasó a todo lo imaginado (...). La raza negra, favorecida por el sol tropical, por sus costumbres salvajes y por su escasa intelectualidad y moralidad, se reprodujo prodigiosamente y pobló las extensas comarcas de nuestros valles y ríos. (Bejarano, 1920: 192).

As imagens sobre o negro construídas pelos viajantes e políticos da virada para o século XX inscreviam-se no interior de uma *geografia das raças* (Restrepo, 2010), que afirmava uma conexão estreita entre o meio-ambiente e o desenvolvimento das populações indígenas, brancas e negras, as quais se identificavam, portanto, com determinadas regiões e suas características climáticas. Da mesma maneira que as terras baixas ocuparam no imaginário nacional o lugar de perigos, de uma natureza difícil de amansar, a representação do povo negro foi projetada sobre este mesmo conteúdo. Atraso e selvageria tornaram-se características equivalentes ao negro – que estaria em condição ligeiramente mais civilizada do que seus ancestrais, os quais *havia sido retirados das florestas da África* (AGN: Fondo Baldíos: Tomo 30, fols. 144-154).

³⁸ Luis López de Mesa foi Ministro da Educação de 1934 a 1935, durante a administração de Alfons López Pumarejo e, posteriormente, assumiu o ministério de Relações Exteriores, sob a presidência de Alberto Lleras Camargo (1945-1946). Jorge Bejarano, médico, foi um importante intelectual orgânico do Partido Liberal. Miguel Jiménez López, médico e psiquiatra de influência moreliana, foi o primeiro especialista em psicopatologia do país.

(...) una ola de sangre de color oscurece de día en día nuestra población, imprimiéndole a su vez sus rasgos morfológicos y sus reacciones morales. Y es natural que así suceda. La raza negra producto genuino del Trópico, está llamada a prosperar en él con sus caracteres peculiares; las razas diferentes de la negra, refractarias a los rigores tórridos, irán cediendo cada día: el resultado final no es dudoso. (López de Mesa³⁹, 1920: 353)

Así, pues, las razas y las castas, tuvieron su cruzamiento y su geografía inevitable y fatal: los blancos e indios de color pálido, y los mestizos que de su cruzamiento nacieron, ocuparon las regiones montañosas y altiplanas; los negros y su cruzamiento con el indio, el “zambo” (...) poblaron las costas y los valles ardientes. (Bejarano, 1920: 192)

É comum encontrar nos textos governamentais a conexão entre lugar acolhedor ou civilizado e lugar economicamente produtivo. Os materiais da Comissão Corográfica, por exemplo, partem de uma visão de que as terras andinas foram capazes de domesticar a natureza submetendo-a às pastagens para a produção de carne, o mais apreciado dos alimentos. Enquanto nas terras baixas, ao contrário, mal se teria conseguido humanizar o inóspito meio-ambiente, que se mantinha mais adequado para os animais. A ideia de uma *geografia das raças* supunha uma correlação estreita entre as características físicas e geográficas das diferentes regiões colombianas e as disposições físicas e morais de determinados grupos populacionais. Dentro desta lógica, o negro pertencia às terras baixas como uma espécie biológica organicamente identificada com seu meio físico: como consequência de sua própria natureza, a gente negra podia habitar e se multiplicar com maior facilidade na zona tropical e representava, juntamente com o espaço, o mesmo atraso, a mesma resistência ao cultivo civilizado. A proximidade com a natureza, a animalidade passional, a infantilidade moral e política são alguns dos elementos que se desprendem do discurso científico (geográfico, biológico, psicológico) acerca do negro que foi construído, sobretudo, até metade do século XX, inscrevendo-o em uma relação dicotômica entre natureza e cultura, e como habitante natural das zonas climáticas tidas

³⁹ Luis López de Mesa foi Ministro da Educação de 1934 a 1935, durante a administração de Alfonso López Pumarejo e, posteriormente, assumiu o ministério de Relações Exteriores, sob a presidência de Alberto Lleras Camargo (1945-1946).

como mais resistentes ao avanço da civilização.

Los individuos de [la raza negra], antes se dedicaban a la explotación de las minas; pero en el día, haciendo mal uso de la libertad recién adquirida, han dejado en su mayor parte este trabajo por vivir en absoluta independencia, en las orillas de los ríos, sembrando unas pocas matas de plátano, algunas de maíz y otras de caña, cuyos productos, unidos a los peces abundantes en los ríos, y a los zaínos y cerdos del monte, les dan un grosero, pero seguro alimento. Como viven casi desnudos, con un simples guayuco los hombres, y las mujeres con una vara de bayeta sujeta a la cintura, si quieren hacerse a una muda de ropa para presentarse en el pueblo, van a las playas de los ríos a lavar las arenas auríferas, y en pocas horas tienen lo necesario para sus compras (Codazzi, s.d/1973: 333).

A exploração aurífera do Pacífico colombiano descansava sobre a instituição colonial e sobre a escravidão, sendo altamente dependente do controle andino. A crise de tais instituições, marcada pelo processo de independência nacional, encontrou uma exploração mineira local já com sinais de decadência, devido ao esgotamento das franjas mais superficiais do ouro de aluvião. Foi esta perda de centralidade econômica da região que permitiu que os negros povoassem a costa seguindo o curso dos rios e diversificassem sua forma de trabalho apoiados também na diversificação dos materiais passíveis de extração e comercialização, de acordo com o desenvolvimento técnico da produção de bens manufaturados no cenário nacional e internacional. Ao longo do século XX, outros artigos naturais, como a borracha, o platino, a semente de tagua e a madeira tornaram-se objeto de interesse econômico e, desta forma, o discurso acerca das riquezas disponíveis nas terras baixas se manteve ativo:

Las selvas tupidas e bravías recatan sus secretos, sus solemnes silencios, sus tesoros, que un día, a golpes de tenacidad, divulgará el progreso. El esfuerzo de los hombres no ha penetrado todavía a las entrañas de estas selvas: apenas, de trecho en trecho, un claro de esperanza denuncia el paso audaz de algún minero o colonizador que doménó un pedazo de tierra y la hizo labrantío. Pero la civilización inquieta captará esta zona de lo incógnito y el aroma lujuriente de la floresta y los nudos caprichosos del bejuco al apresar los árboles con la tenacidad de pulpo, y las resinas medicinales, serán nuevos elementos para la civilización

(Yacup, 1933: 20)

La selva continúa sosteniendo una oposición firme a la acción civilizadora. (...) La fertilidad de toda la tierra, que además de dar con abundancia todos los frutos necesarios para la vida, pueden enriquecer a sus habitantes con sus preciosas producciones de oro en muchas minas, cacao, añil, tabaco, café, algodón, cañas dulces para azúcar, palos de tinte y carey, además de ceras de indio y todo género de maderas y materiales. Pues si en las mejores colonias que tienen los extranjeros en estos dominios, algunos de estos frutos, que se dan separados de ellas, las hacen ricas y de tanto aprecio como en las nuestras hace de tanto aprecio a Caracas el cacao, y a la isla de Cuba el azúcar y el tabaco, qué utilidades no se podrán sacar de esta provincia, donde se hallan juntos, todos esos frutos, con la facilidad que dan tantos ríos para cultivarlos y conducirlos? (Controladoría General de la Nación, 1943: 294)

Como veremos, dada a perda de centralidade econômica das terras baixas, a forma que assumiu o processo de povoamento da região foi, em boa medida, alheio aos mecanismos de controle estatal, o que permitiu aos negros alguma margem importante de auto-organização. Este processo de colonização das terras baixas foi mobilizado por uma segunda prática discursiva, que se centrou sobre a interpretação do Pacífico colombiano como um espaço auto-construído de liberdade do negro, o qual sofria processos de anulação e silenciamento baseados em conteúdos acadêmicos etnocêntricos.

Articulado desde as universidades, sobretudo a partir de meados dos anos 60, a interpretação das terras baixas a partir do par *invisibilidade negra/estereotipia* encontrou sua forma de sistematização na historiografia e na antropologia. Esta nova visada sobre a gente negra tinha o Pacífico colombiano como seu espaço primordial de reflexão e ação, sistematizando conceitos que se tornaram centrais para os estudos acadêmicos desde então. Construiu-se, assim, um campo de estudos politicamente engajado que buscava iluminar a perspectiva de que o país detinha uma dívida histórica, econômica, cultural e política para com as populações negras. A ideia de que operava no país dinâmicas de invisibilização dos negros (Friedemann, 1969, 1984) passou a se construir com referência a uma estratégia de dominação que teria operado como uma negação da atualidade e da história dos africanos e seus descendentes na América (Friedemann, 1984). Projetada sobre o tempo e o espaço,

esta estratégia teria logrado organizar as representações articuladas nos âmbitos científicos, acadêmico e político nacionais. Segundo os autores, o objetivo desta estratégia de invisibilização e dominação se concentrava no fortalecimento da exploração econômica da região, que passava a se apresentar como território selvagem e baldio, escassamente povoado por uma população que necessitava ser acolhida pelos processos civilizatórios.

Esta nova prática discursiva partiu da identificação de um não-lugar do negro no debate acadêmico colombiano que se somava a um discurso científico-estatal no qual as gentes negras se viam enquadradas em *estereotípias* pautadas em conteúdos eurocêntricos (Arocha e Friedemann, 1984). A partir deste diagnóstico, tais estudos se organizaram em torno do reconhecimento positivo da herança cultural africana, evidenciando os processos históricos vividos por homens e mulheres negros escravizados e seus descendentes, buscando identificar nas formas locais de mobilização real do trabalho, de posse da terra e nas expressões culturais dos povoados ribeirinhos, uma concepção étnica de território e de organização da vida social (Friedemann, 1969, 1974, 1984; Arocha, 1984, 1986). A etnografia foi uma das principais ferramentas científicas deste campo de estudos, que buscava reconstruir as “pegadas de africania” como uma identidade recriadora de culturas, a qual se fundamentava sobre a memória ancestral expressa nas formas estéticas, nos sistemas sociais e religiosos próprios das diferentes regiões africanas, reelaboradas continuamente como reação dos negros frente aos contextos cambiantes da diáspora (Friedemann, 1993)⁴⁰.

A produção acadêmica articulada por este campo de estudos (que, ao final do século XX, se consolidaria sob o nome de *estudos afrocolombianos*) operou de maneira a construir novas formas de representação do Pacífico negro, posicionando referenciais identitários que se caracterizaram por certa homogeneidade com relação às concepções de território, às práticas culturais tidas como tradicionais, apoiadas em um passado comum africano e de escravidão. O reconhecimento das formas de organização do trabalho, dos

⁴⁰ O termo africania diz respeito às recriações culturais empreendidas pelos negros em situação de diáspora um processo de reconstrução de memória que, com diversas intensidades, havia tido lugar em todo o continente americano (Arocha e Friedemann, 1984). A representação da população negra do Pacífico como um grupo étnico foi resultado de um largo processo de construção de um imaginário teórico e político que, em boa medida, construiu-se em oposição à chamada invisibilidade negra. Esta prática discursiva se fortaleceu ao longo da segunda metade do século XX e foi politicamente mobilizada no processo de demarcação das terras baixas, cujo marco legal se encontra na Constituição de 1991.

modos de acessar os recursos vitais, das redes de parentesco que regulam as relações sociais, os significados peculiares concedidos aos rios e bosques passaram a conformar um acervo cultural de práticas e imaginários específicos daquelas populações, o qual permitia a interpretação das terras baixas não apenas como um espaço de extração de artigos naturais, mas como um *espacio de vida* (Leal e Restrepo, 2003).

Esta visada inaugurada pela antropologia e pela historiografia permitiu a montagem de uma nova perspectiva nacional sobre as terras baixas: como um território habitado, preñado de práticas culturais específicas, que detém uma história e é parte da história nacional. Em boa medida, é sobre estes materiais que a presente pesquisa se desdobra. Contudo, reconhece-los como parte de uma prática discursiva específica nos permite antever as dimensões ideológicas presentes nos diversos discursos científicos, não para resolvê-las, mas para entender determinados valores e interpretações que transitam como parte destes estudos.

Uma das noções ideológicas que se desprenderam a partir dos estudos etnográficos compõe a visão das terras baixas como um *refúgio* ou *remanso de paz* (Agudelo, 2001; Restrepo, 2005). A partir dos estudos das relações entre os povos ribeirinhos e grupos indígenas da região de Chocó, pesquisadores como Friedemann (1989) e Arocha (1998, 1999) produziram uma literatura na qual se evidenciava um padrão de convivência interétnica e ambiental construído por indígenas e pelas gentes negras ao longo dos últimos 250 anos, o qual era mobilizado, sobretudo, nos momentos de desavenças territoriais. A partir dos processos locais de resolução de conflitos, os autores evidenciaram o Pacífico como um *laboratório de convivência pacífica*, imagem que se contrapunha àquela visada anterior da região como terra selvagem e inóspita. Contudo, esta noção, ao iluminar a riqueza das relações interétnicas, deixava à sombra as tensões advindas da expansão das práticas de exploração extrativistas que passaram a moldar as relações de trabalho do estrato camponês negro. De certa forma, é sobre esta *sombra* que se debruça este trabalho.

O ordenamento tradicional negro e a atividade mercantil nas terras baixas

Fronteira pode ser definida, fundamentalmente, como a frente de expansão da sociedade nacional sobre os territórios antes ocupados por povos originários (Ribeiro, 1977). Lugar de conflitos, de ambição e alteridade, a fronteira é um cenário que constantemente demarca os limites entre natureza e cultura, entre civilizados e selvagens, entre os símbolos do progresso e os símbolos de seu contrário (Ribeiro, 1977; Martins, 1996). Expressa o deslocamento de empreendedores e comerciantes, mas também de populações pobres, camponesas, indígenas, de mestiços e negros, cuja cultura de subsistência aparece como representação do atraso. A fronteira é terreno de ambição, palco de espólio daquilo que se caracteriza socialmente como riqueza explorável – inclusive os homens. É também limite: entre natureza e humanidade, da integração estatal, da economia especificamente capitalista, é espaço privilegiado de formas *primitivas* de acumulação do capital, uma combinação obtusa de formas de dominação que podem ser interpretadas como uma sobreposição de diferentes temporalidades históricas. Mas ela pode ser também espaço de produção da vida, de um tempo de redenção e construção da liberdade. O Pacífico se construiu como uma fronteira de longo tempo⁴¹. Terra de povos indígenas, espoliada desde o século XVII, cativo de homens e mulheres africanos que, com o tempo, adotaram-na como sua morada, significaram-na com suas formas de vida, povoaram-na reconstruindo relações tradicionais de posse da terra, de sociabilidade e trabalho. E continuaram a se relacionar com um universo de relações sociais globais que os tocavam pelos processos de exploração mercantil. Nos planejamentos da sociedade nacional, do Estado colombiano, a região manteve seu status de fronteira, ao mesmo tempo em que, de maneira ambígua, seus portos se construíam como lugar de grande importância para a circulação nacional de mercadorias.

A prática extrativista operou como o meio de relação entre a organização familiar e comunal da vida tradicional das gentes negras e a urbanidade, o precário acesso ao desenvolvimento tecnológico mediado pela elite local branca, num contato com formas de

⁴¹ Alistair Hennessy observa, para o final da década de 1970, que os países da América Latina ainda se encontram marcadas pelo estágio de fronteira, pelos movimentos de expansão demográfica sobre terras “não ocupadas” ou de baixa ocupação. Hennessy, A. *The frontier in Latin American History*. London: Edward Arnold, 1978.

organização social que, no limite, negam o arranjo tradicional ribeirinho pelo objetivo da circulação de mercadorias. Esse limite de negação presentifica-se na potencial destruição do ambiente do qual os ribeirinhos retiram sua subsistência e na obstrução do acesso à terra, em que se combinam lógicas inerentes à legislação florestal e às concessões para exploração com expedientes diretamente violentos. Conforme veremos, as atividades de extração florestal foram empreendidas tanto por empresas nacionais e internacionais como, em pequena escala, pelos habitantes negros, que compunham a maioria da população, enquanto a estrutura comercial era controlada pelos setores brancos concentrados nas cidades portuárias. Estes últimos operaram, fundamentalmente, como intermediários entre os coletores negros autônomos e o comércio de mercadorias primárias, apoiando-se em formas de organização do trabalho que em muito se assemelham à peonagem de fronteira, na qual se combinou certa autonomia relativa dos ribeirinhos com formas de agenciamento de seu trabalho baseados em mecanismos de endividamento.

O longo processo de povoamento das terras baixas indica alguns caminhos para compreendermos a história das relações econômicas e raciais locais. O esgotamento definitivo do trabalho escravo na Colômbia deu espaço a uma dinâmica de migrações internas das populações negras nas terras baixas pelo qual se concretizou um povoamento de toda a região geográfica. Mesmo mantendo um padrão de dispersão das moradias e cidades, os quase cem anos pelos quais perdurou o processo de povoamento da costa Pacífica alteraram a relevância econômica e política das pequenas cidades que compunham o centro administrativo colonial, provocaram o surgimento de novas áreas urbanas e portuárias, e produziram uma ocupação rural e longitudinal que seguiu as ribeiras dos rios que cortam toda a costa.

Segundo West, o povoamento negro partiu das três grandes zonas mineiras formadas ainda no período colonial: das bacias dos rios Atrato e San Juan; da planície aluvial de Buenaventura somada à bacia de Guapi; e do distrito de Barbacoas, que inclui os rios Telembí e Magüí (West, 1957/2000: 155). Durante a Colônia, as formas de exploração do ouro nas terras baixas foram organizadas a partir de uma combinação de técnicas indígenas, mecanismos de controle espanhóis e adaptações articuladas pelos negros. Os *reales de minas* consistiam não só no espaço da produção aurífera propriamente dita, mas

agregavam também os ambientes de moradia dos escravos e capatazes. Esses espaços de moradia eram construídos ao longo dos rios menores que circundavam as minas e consistiam em algumas cabanas e uma casa de provisão de alimentos. Muitos acampamentos tinham ainda uma capela e uma casa de ferreiro para fabricação e manutenção das ferramentas. Os *reales de minas* eram habitados quase exclusivamente por negros, que repovoaram de sentido a realidade brutal da escravidão reorganizando estruturas de parentesco e de sociabilidade, de forma que estes espaços representavam para a gente negra muito mais do que um regime de organização do trabalho (Friedemann, 1974; Leal, 2004).

Com a crise do trabalho escravo, os *reales de minas* foram se dissolvendo, mas a atividade mineira de baixo impacto manteve-se como uma forma comum de obtenção de ouro pelos negros livres. Isso aconteceu porque a atividade mineira se compunha de técnicas rústicas de exploração que demandavam, fundamentalmente, a simples mobilização da força física. A forma rústica deste tipo de extrativismo permitiu que os grupos familiares se estabelecessem aos longos dos rios e iniciassem novos lugares de pequena exploração. As guerras de independência colombiana e a abolição oficial do trabalho escravo haviam se tornado motivos suficientes para que muitos dos donos das minas, cuja produtividade já mostrava sinais de esgotamento, optassem por abandonar suas concessões para exploração ou por arrendá-las a ex-escravos, que haviam conseguido economizar algum ouro (Leal, 2004). Esta possibilidade de arrendamento adveio do fato de que, nas terras baixas, a compra da liberdade por parte dos escravos negros foi um fato relativamente frequente a partir de fins do século XVIII. Segundo Leal e Restrepo,

La posibilidad de la automanumisión fue consecuencia de un sistema esclavista instaurado en una 'situación de frontera', limitado en su capacidad de control efectivo de los esclavizados. La ubicación apartada de las minas, la movilidad constante en función de la explotación aurífera, y la mayoría abrumadora de esclavizados, negaban la posibilidad de sujeción absoluta. En consecuencia, se abrían espacios para que los esclavizados adquirieran de manera individual y regulada el acceso a su situación de libre sin poner en peligro el funcionamiento del sistema en el corto plazo (Leal e Restrepo, 2003: 12).

Os negros constituíam a visível maioria da população do Pacífico, especialmente nos campos mineiros. E devido às dificuldades coloniais de manter a ordem somente pela força, foram criados mecanismos de afrouxamento relativo da instituição escravista, sobretudo quando a produtividade das minas de ouro começou a cair, ao final dos anos 1780 (Sharp, 1976). Este processo foi de tal forma intenso que, já na primeira metade do século XIX, cerca de um terço dos negros na região de Chocó, ao norte, e mais de 40% da população negra da parte sul do Pacífico, eram livres (Tovar et al, 1994). E em 1851, quando finalmente se aboliu a escravidão, somente em torno de 10% da gente negra do Pacífico permanecia oficialmente escravizada (Leal, 2008: 413). Muitos negros livres mantiveram-se nas zonas mineiras, vivendo dos préstimos de serviços àquela população, como os de transporte e o cultivo alimentar, ou explorando o que restava das minas exauridas e tornadas pouco lucrativas⁴². Mas é expressivo que apenas a partir da década de 1850 tenham se reforçado os movimentos migratórios para novas áreas, abrindo novas rotas de povoamento. Desta forma, a geografia-histórica das terras baixas foi se montando ao longo do período colonial e republicano, tendo seu auge transformador entre os anos de 1850 e 1930 (Leal, 2004).

⁴² Esta atividade se denominava *mazamorreo* e era permitida a negros e indígenas após o abandono da exploração sistemática de certas minas. *Mazamorra* significa mingau e aludia à forma da terra depois de esgotada pela atividade de extração aurífera (West, 1957/2000).

Mapa 4: Migrações negras procedentes das zonas mineiras coloniais, 1850-1920

Fonte: West (1957/2000: 154)

Mapa 5: Migrações negras recentes

Fonte: West (1957/2000: 156)

Com se pode ver, o processo migratório acompanhou os rios da região, sobretudo em direção à costa, desenhando a predominância das áreas portuárias de Tumaco, ao sul, e das bacias dos rios Baudó e Atrato, próximos a Quibdó, região ao norte que possibilitava relações comerciais com o interior do país e também via canal do Panamá⁴³. Este movimento é acompanhado pela diversificação dos interesses comerciais por produtos extrativistas, de maneira que o processo migratório expressa também a substituição da centralidade da mineração por uma ampliação do extrativismo para outros artigos naturais, como a borracha, a semente de tagua e, posteriormente, a madeira.

A busca pelos taguais orientou boa parte do processo de expansão do povoamento negro, dos entornos de Barbacoas em direção a Tumaco e Esmeraldas, assim como a concentração de populações na região do baixo rio Atrato e do Golfo de Urabá, na direção de Chocó. A extração de látex os encaminharia pelos rios Dagua e Tapaje, ao sul de Buenaventura, assim como a construção da linha férrea, iniciada ainda na década de 1870, que ligaria esta região portuária a Cali (West 1957/2000; Leal, 2004).

Os centros administrativos coloniais, como Nóvita, Citará, Iscuandé e Barbacoas, foram perdendo sua centralidade em nome de uma ocupação mais dispersa pelo território, cuja concentração assume a lógica do transporte pelos rios e portos. Nas primeiras décadas do século XX, surgem as primeiras áreas urbanas da costa. Com a influência da Igreja – que, depois das lutas de independência, só retornaria à região no começo do século XX – foram criadas a Prefeitura Apostólica de Tumaco, em 1899, e a Prefeitura de Chocó, em 1909 (Merizalde, 1921). As cidades fundadas com o auxílio dos missionários deveriam, seguindo os interesses nacionais, assumir a função de doutrinar e corrigir os negros que, espalhados pelas florestas e rios, jamais aprenderiam a *ciência dos deveres cristãos*⁴⁴. Desta maneira, somente nas imediações dos rios Micay e Mira, próximos à região de Barbacoas, foram criadas cerca de 52 igrejas e 20 escolas durante as duas primeiras décadas do século (Merizalde, 1921). Os novos povoados que surgiam pela costa passaram a atestar o trabalho missionário: por toda a região, cidades foram chamadas de *Las Mercedes*, de *Santa Maria*, rios foram batizados como *Rosario* e outros nomes católicos

⁴³ Contudo, a partir da segunda metade do século XX, o porto de Buenaventura surgirá como a principal região portuária do país. Analisaremos este processo mais a frente.

⁴⁴ AGN: Fondo Ministerio de Gobierno, Seção 4, Tomo 90, fols. 128-147.

(Leal, 2004).

Pela perspectiva da integração nacional, a presença de capelas e cemitérios favorecia a elevação do status do povoado perante o Estado. E foi nas pequenas cidades locais que se concentrou, desde o período colonial, a população branca do Pacífico. Para os anos 1950, os brancos correspondiam a cerca de 8% da população local (West, 1957/2000). Durante o período colonial, a maioria dos brancos que habitavam as terras baixas eram donos ou administradores de minas, funcionários da Coroa, membros do clero ou comerciantes e viviam, sobretudo, nos centros administrativos coloniais, como Nóvita, Iscuandé e Barbacoas. Com o declínio da mineração baseada no trabalho escravo, as regiões portuárias foram se sobrepondo aos antigos centros administrativos, de forma que cidades como Tumaco e Quibdó tornaram-se maiores e economicamente mais importantes do que Barbacoas e Nóvita. Isso por algumas razões: após a guerra de independência e a abolição definitiva do trabalho escravo, muitos dos brancos donos de minas migraram definitivamente para as regiões andinas de Popayán, Pasto e Cali, uma vez que o esgotamento das franjas auríferas mais superficiais se impunha como um limite à grande exploração mineira (West, 1957/2000). Este é o momento de diversificação da atividade extrativista e, como todas estas novas mercadorias se direcionavam a indústrias externas à região, os portos tornaram-se sua passagem obrigatória⁴⁵.

A nascente vida urbana das pequenas cidades portuárias de Tumaco e Quibdó atraíram alguns habitantes do interior do país, de forma que, para a década de 1930, a população branca havia se concentrado nestas regiões. Em geral, consolidaram-se como donos de negócios, incluindo as poucas linhas de transporte locais, e controlavam as estações de recepção e exportação dos produtos extraídos da selva. A elite comercial branca estruturou-se de forma a beneficiar-se da economia regional e passou a organizar as cidades a partir de uma clivagem econômica e racial, que se expressava em sua própria distribuição populacional. Segundo Leal (2004), enquanto alguns poucos negros conseguiram habitar os centros das cidades portuárias, a maioria deles instalava-se nos limites mais externos destas áreas urbanas. Mesmo com a formação de algumas novas

⁴⁵ No mesmo sentido, pequenos portos situados nos principais rios da costa desenvolveram-se formando cidades como Istmina, El Charco e Guapi, que se tornaram também mais relevantes do que Nóvita e Iscuandé.

cidades, a dispersão populacional não foi revertida. Os ribeirinhos resistiam à centralização populacional e continuavam a formar pequenos assentamentos pelos rios⁴⁶. Durante a década de 1920, missionários listaram trinta cidades, com número de casas entre oito e quarenta, na região de Chocó (Gutiérrez, 1924). Cidades consideradas maiores, como Neguá e Iscuandé, tinham em torno de cinquenta casas e Opogodó, na região do rio Condoto, tinha cerca de oitenta delas (Leal, 2004).

Com relação ao povoamento indígena, sabe-se que ele antecede a colonização espanhola das terras baixas. O Pacífico era habitado por populações indígenas pertencentes a 3 grandes grupos linguísticos, os Cuna, do grupo Chibcha, os Chocó e os Waunamá (West, 1957/2000). No período colonial, contudo, a população nativa praticamente desapareceu ao sul da costa, restando apenas alguns poucos movimentos migratórios que rumavam para longe do controle espanhol⁴⁷. A maioria dos indígenas habitavam a região de Chocó e parte deles concentravam-se nas áreas mineiras, próximas à região do baixo rio Atrato e às montanhas Baudó, em aldeias organizadas por padres e administradores da Coroa, que os haviam forçado a se assentarem em vilarejos e produzir alimentos para o sustento das minas. Segundo uma estimativa feita pelo Claretianos, na década de 1920, a população indígena de Chocó constava em torno de 3 mil pessoas. No departamento de Caldas habitavam cerca de mais 2.5 mil indígenas e estimava-se que este número era bem menor na região sul da costa (Leal, 2004). Ao longo do período colonial, os povos negros se tornariam o grupo populacional numericamente predominante nas terras baixas. Esta foi uma das razões que geraram o contexto de compra de alforrias por parte dos próprios negros. Tal processo reflete como os arranjos locais da empresa escravocrata respondiam às possibilidades reais de ganho: com o esgotamento da mineração aurífera, os donos de minas passaram a vender aos negros suas alforrias, como uma técnica de contra-insurgência e também com o objetivo de recuperar parte dos investimentos que haviam feito na compra das gentes negras submetidas à escravidão (Sharp, 1976)⁴⁸.

⁴⁶ AGN: Fondo Ministerial de Gobierno, Seção 4: Tomo 90, fols. 128-148. Ver também: Gutiérrez, 1994: 108 e ssqs.

⁴⁷ Para os idos dos anos 1950, os indígenas correspondiam a cerca de 7% da população regional (West, 1957/2000).

⁴⁸ Conforme dito anteriormente, além do esgotamento local das minas de ouro, a guerra de independência contribuiu para a intensificação da crise estrutural do escravismo, uma vez que os negros foram mobilizados para a luta por ambos os lados, os quais, em troca, prometiam-lhes a liberdade. As batalhas

A dispersão populacional das gentes negras, intensificada a partir de 1850, avançou também sobre as terras indígenas. Nos anos 1920, os Emberas haviam perdido grande parte de suas terras cultiváveis. Os assentamentos negros foram se consolidando pelas linhas do rio Atrato e seus afluentes, para os quais os indígenas haviam migrado. O mesmo ocorreu com os Cuna, que continuaram a migrar para o norte, em direção a Urabá (Leal, 2004). Mesmo com a existência de leis que regulavam a criação de *resguardos* indígenas (Lei 89 de 1890, Lei 60 de 1916), quase nenhum grupo indígena detinha o controle territorial, no começo do século XX. O Estado alegava dificuldades técnicas no processo de definição de fronteiras, momento determinado como necessário pelo próprio aparato estatal para realizar as demarcações (Leal, 2004). Juntamente com a Igreja, o poder estatal local apresentava aos indígenas alternativas bastante semelhantes às aquelas oferecidas às gentes negras: sua agregação em pequenas cidades, combinada à criação de escolas e igrejas. De maneira geral, esta proposta local também fracassou, e foi interpretada pelo Estado como resultado da “indolencia natural del elemento indígena y negro y su tendencia a la soledad y el aislamiento”⁴⁹.

Em um país onde prevaleceu o elemento indígena e o europeu, chama a atenção uma região cuja população de negros mantém o percentual em torno de 90% do total de habitantes ao longo de todo o século XX (West, 1957/2000; Leal e Restrepo, 2003; Leal, 2004). Já nas primeiras décadas deste século, os negros haviam se estabelecido na maior parte das áreas até hoje habitadas (Leal, 2004), substituindo a concentração populacional em torno dos *reales de minas* por um padrão de habitações dispersas em toda a região. Ao longo dos rios, o povoamento negro expressou-se por uma forma compacta de associação, baseada em grupos organizados por relações de descendência focadas em um ancestral comum (Friedemann, 1974). Nesta nova geografia, os negros cultivaram a agricultura, a pesca e a caça de subsistência e continuaram trabalhos manuais de extração mineira, estendendo-os para a coleta de produtos do bosque. O assentamento ribeirinho definiu o padrão social dos agrupamentos populacionais rurais, de maneira que os grupos que viviam em determinado rio consideravam-se uma comunidade frente aqueles que habitavam

de independência implicaram também na diminuição da produção das fazendas andinas, muitas das quais pertenciam aos mesmos donos das minas do Pacífico (Leal, 2004).

⁴⁹ AGN: Fondo Ministerio de Gobierno, Seção 1, Tomo 694, fols. 350-360.

outros⁵⁰. Os rios operavam também como meios de transporte e de reprodução da vida fundamentais. Ao longo dos cursos mais baixos, os diques naturais formavam bons terrenos para a agricultura de subsistência, enquanto as partes mais altas eram, em geral, abundantes em peixes e crustáceos de água doce.

Uma vez organizado o processo de dispersão populacional, a manutenção do padrão de assentamento e posse útil da terra nas regiões do litoral passou a se legitimar por relações tradicionais, alheias aos padrões legais nacionais. Assim nos conta Friedemann acerca das regiões mineiras nas redondezas de Barbacoas, em Nariño

Los grupos de descendencia son no-unilineales⁵¹. Cada grupo está formado por individuos que trazan su descendencia a través de hombres o mujeres hacia un ancestro focal, fundador del grupo, dueño original de los terrenos sobre los cuales tienen derecho sus descendientes actuales que se identifican con el nombre del dueño original. Así un miembro se llama a sí mismo Leonco si el ancestro fundador fue Leonco y todos los descendientes que activan sus derechos en ese grupo se conocen como Leoncos (Friedemann, 1974: 15)⁵².

Em diversas comunidades, a forma de organização territorial estruturada pelos negros continuava a se chamar *mina*, mas a este nome correspondia uma dinâmica de relações de ancestralidade e posse da terra diversa daquela que se fazia presente nos antigos campos mineiros espanhóis⁵³. Os grupos de descendentes eram denominados pelos negros como *troncos*⁵⁴. Tal qual uma árvore, os troncos se desdobravam mantendo o foco

⁵⁰ West cita conversas nas quais os negros e mestiços da região do rio Guapi definiam-se como “guapiseños” (West, 1957/2000: 141). Como veremos mais adiante, tais formações comunitárias não eram fechadas, mantendo relações de parentesco e reciprocidade (que também orientavam as ações econômicas) com outras comunidades.

⁵¹ Isso significa que as relações de ancestralidade não dependem exclusivamente do parentesco consanguíneo organizado sob um princípio claro e excludente, que estabelece uma só linha de ancestralidade através dos homens (patrilinear) ou das mulheres (matrilinear).

⁵² Friedemann ainda nos conta que a descendência se organizava com base no primeiro nome do ancestral e não no sobrenome, pois a este último correspondia a relação de propriedade a que ficaram submetidos os negros no período escravocrata. Dito de outra forma, o ancestral Leonco trazia como sobrenome o mesmo de todos os negros que pertenceram ao mesmo dono de escravos e, por isso, foi abandonado pela descendência.

⁵³ Pode-se, contudo, traçar um paralelo entre esta lógica de descendência e a transmissão de funções de comando nos *reales de minas* (Leal, 2004).

⁵⁴ Friedemann desenvolve a questão de que esta formação de descendência é conhecida na teoria antropológica como *ramagem* e encontra correspondência na forma de organização social de algumas

sobre um ancestral comum, que legitimava os direitos tradicionais de posse da terra. Cada tronco dividia-se em porções de terra familiar – que se compunham pela casa de seus membros, um roçado para os cultivos de subsistência, uma área de trabalho familiar, de onde se extraía matérias-primas para as transações comerciais semanais – e uma área de bosque comunal, de cujas minas e florestas se deveria prover pó de ouro ou outros produtos de interesse mercantil para cobrir os gastos com as celebrações religiosas e outras atividades coletivas.

Esta forma de organização territorial podia fazer com que um mesmo indivíduo tivesse direitos de posse latentes sobre mais de uma área, pela ancestralidade paterna e materna. Contudo, é importante dizer, tal direito só se efetivava pelo trabalho na terra. O que acontecia é que para manter latente seus direitos de posse sobre outras áreas – conservando uma margem de manobra frente às instabilidades do futuro – o camponês participava em dias de trabalho com as gentes de outras comunidades, estabelecendo, assim, uma rede de reciprocidade. Esta maneira de organização e garantia da posse da terra é capaz de representar a fluidez da lógica de parentesco desenvolvida pelos negros do Pacífico. Havia casos, inclusive, em que era a condição partilhada da posse da terra que consolidava os laços de parentesco, mostrando a maleabilidade destas construções sociais que, advindas do processo escravista, se desdobravam da destruição dos laços sócio-familiares africanos.

Pero hay documentos donde uno de los dueños no es hermano de los otros y la tradición oral así lo confirma. Las gentes explican que esa persona se convirtió en hermano al hacerse dueño con los otros del mismo terreno. Encontré un caso con una solución igual, en que uno de los hermanos ancestros después de tener la posesión legal en una mina se fue y dejó su terreno a otro individuo. Este último se convirtió en ancestro y en la actualidad es considerado como hermano de los otros fundadores (Friedemann, 1974: 33).

As terras familiares distribuídas por herança podiam ser vendidas a membros da comunidade fora da família imediata, com exceção dos bosques comunais, nos quais

regiões da Oceania e, principalmente, na Polinésia.

qualquer membro da comunidade podia cultivar, cortar madeira ou caçar (West, 1957/2000). O bosque comunal pertencia a toda a comunidade local e era neste espaço que aconteciam a maior parte dos trabalhos coletivos, que dependiam da mobilização de um efetivo maior de força física. Nas terras familiares e comunais, as atividades de agricultura permitiam a provisão dos elementos básicos da subsistência negra. A tomba de árvores, feita a partir do trabalho coletivo, concedia madeira para a queima na cozinha, para a confecção de canoas, ferramentas e para a construção e reparação das casas. Concedia também o espaço para as plantações de plátano (um tipo de banana que compunha a base da alimentação local desde o período colonial), de cana-de-açúcar, algumas frutas, arroz, milho, mandioca e para a cria de porcos.

Como se pode ver, o tripé *parentesco, residência e trabalho* (Hoffmann, 2004) concedia sustentação à organização social ribeirinha, produzindo laços e significações sociais específicos frente a baixa presença da coerção estatal, acima de tudo no que tange à regulamentação da propriedade da terra. Tais regras de organização social tornaram-se predominantes na região até a segunda metade do século XX, sobretudo porque o baixo povoamento da região costeira, a dispersão geográfica desta população, somados aos riscos que a selva apresentava ao investimento de capitais para a exploração industrial das matérias-primas e também ao próprio estatuto das terras baixas, que se mantiveram como baldios da nação regulados apenas pelas concessões estatais, forjaram um arranjo das relações de exploração específico, dentro do qual as gentes negras consolidaram mecanismos autônomos de posse da terra. Contudo, a partir da década de 1950, a expansão da atividade madeireira ao longo dos rios de toda a costa começaria a pressionar os territórios ocupados pelos ribeirinhos, ampliando as tensões em torno da questão da terra, tema sobre o qual passaremos a tratar agora.

Capítulo 4

A expansão da extração madeireira entre 1950 e 1980 e as transformações na forma do trabalho nativo

A que conduz a acumulação primitiva do capital, isto é, sua gênese histórica? Na medida em que ela não é a transformação direta de escravos e servos em trabalhadores assalariados, portanto, mera mudança de forma, significa apenas expropriação dos produtores diretos, isto é, dissolução da propriedade privada baseada no próprio trabalho⁵⁵.

(Marx, K. *O Capital*)

Afinado à lógica da *sucessão de fracassos* que marcara os ciclos econômicos colombianos, o capital industrial madeireiro, à primeira vista, também teria se realizado como uma aposta perdida pelo Estado nas terras baixas do Pacífico. Apesar do incentivo estatal a este tipo exploração e de sua pressão institucional para converter as florestas negras em “plantaciones forestales industriales” (Inderena, 3/13: 364-365)⁵⁶, assim como para converter o trabalho livre ribeirinho em trabalho formalmente assalariado, o auge madeireiro estabilizou-se em fins dos anos 1970 sem legar à região uma estrutura produtiva propriamente industrial. Mas a despeito deste tipo de extrativismo ter mantido seu desenvolvimento abaixo das expectativas estatais iniciais, ele foi capaz de imprimir modificações importantes na relação com a terra e, conseqüentemente, na forma do trabalho dos camponeses negros.

Como vimos no capítulo 2, para a porção majoritária do país, a Lei de Terras de 1936 consolidaria o latifúndio como o padrão da propriedade das terras colombianas, estrangulando a brecha até então utilizada pelos camponeses para fortalecer sua luta pelo

⁵⁵ Marx, K. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Volume I, Livro Primeiro, Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 292.

⁵⁶ *Resolución N°. 0384, del 21 de marzo de 1975*. Archivo General de la Nación, Fondo Inderena, Caja 3, Carpeta 13, Bogotá, Colombia.

acesso à terra (LeGrand, 1988). Este momento de modificação das legislações ligadas à propriedade privada significou, acima de tudo, o ponto de viragem a partir do qual o setor latifundiário logrou acelerar o processo de transformação dos arrendatários camponeses em mão de obra rural assalariada. No que diz respeito diretamente ao Pacífico negro, o *regime de terras* implementado a partir de 1936 consolidaria o entendimento jurídico das florestas como *baldios da nação*, fechando a possibilidade do acesso legal à terra também para os ribeirinhos. Contudo, o processo de reorganização da mão de obra rural se iniciaria poucos anos mais tarde e teria seu marco legal no decreto 2921, de 1946. Em acordo com a Lei de Terras, o Decreto de 1946 foi organizado pelo *Ministerio de la Economía Nacional* do governo conservador de Mariano Ospina Pérez, e tinha o objetivo de estruturar a forma legal a ser seguida pelo extrativismo na região, visando “lograr una técnica y racional explotación de los bosques del país”⁵⁷. Esta legislação expressa a intencionalidade do poder estatal em atrair para a região grandes indústrias organizadas pelo capital internacional e oficializa como formas do trabalho a serem mobilizadas, por um lado, a relação de assalariamento direto com a indústria concessionada e, por outro, o trabalho dos chamados *contratistas*, relacionando este último tipo diretamente com a atividade de extração e coleta realizada pelos colonos negros.

Foi justamente a partir da década de 1950 que a extração madeireira começou a se tornar um fenômeno econômico e social realmente relevante para o litoral Pacífico. Incentivada pelas restrições governamentais criadas durante o governo de Olaya Herrera⁵⁸ com relação à importação de determinadas matérias-primas, a extração de madeiras das terras baixas tornou-se fundamental para prover o consumo da densa população do interior do país, expandindo-se rapidamente para o mercado de exportações, sobretudo norte-americano (West, 1957/2000; Leal e Restrepo 2003; Hoffmann, 2004).

Este período marcou a chegada do capital agro-industrial e madeireiro à região. Ao longo de quase três décadas, a instalação intensa de serrarias e indústrias concessionadas nestas terras, que seriam designadas como baldios da nação pela Lei 2ª de 1959, logrou

⁵⁷ Ministerio de la Economía Nacional. Presidencia de la República de Colombia. *Decreto No. 2921 del 7 de Octubre de 1946*.

⁵⁸ Antes do governo de Olaya Herrera (1930-1934) revisar as políticas de Comércio Exterior, o país importava da costa ocidental dos Estados Unidos a maioria da madeira ordinária utilizada em construção civil (West, 1957/2000).

inserir cada vez mais a população ribeirinha em relações de dependência frente às novas estruturas de produção, trabalho e comercialização, traduzindo-se diretamente em perda da terra para os camponeses. Isso porque a extração madeireira abria também espaço para as plantações de palma africana, para a produção industrial de camarões e, nos terrenos mais propícios, para fazendas de gado, negócios que aceleraram o processo de dissolução do modelo autônomo de campesinato baseado em padrões móveis de territorialidade (Agier, 1999; Villa, 2000; Hoffmann, 2004). A Lei 2ª de 1959, inauguraria uma perspectiva legal voltada aos interesses de preservação da ecologia nacional, o que não significaria uma alteração nos objetivos de racionalização da terra estabelecidos desde a Lei de Terras. Sancionada pelo presidente liberal Alberto Lleras Camargo, a Lei 2ª objetivou a definição das áreas de reserva florestal da nação, dentre as quais o Pacífico figurava com centralidade, ao lado da região amazônica. Este mecanismo legal, contudo, reafirmava o interesse estatal no uso racional dos recursos naturais colombianos, melhor dizendo, na exploração industrial dos artigos naturais. Desta maneira, reafirmava-se a impossibilidade do acesso à propriedade da terra pela legitimação do trabalho, já estabelecida desde 1936, e definia-se toda a região da costa como baldios da nação, território concebido exclusivamente pela presença expressiva de riquezas naturais. Isso significa dizer que, a partir de 1959, desapareceram dos mecanismos legais criados para organizar a ação estatal no Pacífico colombiano qualquer menção à população camponesa negra, padrão que se manteria até o início dos anos 1990.

Como vimos, o modelo autônomo de subsistência do campesinato negro é absolutamente dependente dos rios que cortam as terras baixas. Foram os rios que fizeram escoar o povoamento da região e deram forma às práticas de subsistência que permitiam àquelas populações uma margem de independência, inclusive frente às estruturas estatais de organização social.

Mapa 6: Distribuição da População, 1950

Fonte: West (1957/2000: 134)

Para os anos 1950, já se pode notar que o processo de concentração populacional apontava para as regiões portuárias de Tumaco, Buenaventura e Quibdó como as principais cidades das terras baixas. Contudo, é também nítido como a dispersão populacional se confunde e se sobrepõe aos rios que cortam todo o litoral. E foi justamente nestas regiões que a atividade madeireira se estabeleceu. Os rios são comumente utilizados como mecanismo de transporte das toras até os portos ou cidades intermediárias e, de toda forma, a necessidade de mobilização da mão de obra nativa atraía as plataformas de exploração para as regiões povoadas da selva⁵⁹.

A estabilização da indústria madeireira ao final dos anos 70 não significaria, contudo, uma possibilidade de retorno às formas de vida ribeirinhas anteriores. Com a proibição da exportação de madeira sem beneficiamento, em 1974, a grande indústria madeireira baseada em capitais internacionais vai se enfraquecendo na região, até desaparecer por completo no início dos anos 1980 – trajetória que não foi seguida pelas serrarias e pequenas indústrias nacionais. Mas, a despeito da crise das plataformas de exportação, a exploração massiva de madeira nos terrenos baldios marca um ponto de viragem a partir do qual o modelo autônomo de subsistência fluvial foi estruturalmente enfraquecido, dando lugar a um processo de concentração populacional nas cidades de médio porte da região. A leitura que se defende nesta dissertação é a de que o longo processo de incentivo estatal à concentração populacional nas regiões de maior presença das estruturas de controle governamental logrou resultados significativos somente a partir da segunda metade do século XX. E este momento de viragem se conecta diretamente com técnicas de *amansamento* da floresta tropical, dentre as quais a extração madeireira ocupou um lugar de destaque.

⁵⁹ Diferentemente do caso brasileiro, as relações de peonagem da costa pacífica mobilizaram a força de trabalho disponível na região, não implicando em processos de migração da mão de obra. Como veremos, esta diferença implicou diretamente nas formas assumidas pelas relações de trabalho, deslocando o sentido da instituição do endividamento.

Trabalho livre, terra cativa:

descrição do processo real de trabalho

Para o arrendatário não há método mais engenhoso para manter seu pessoal de trabalho muito abaixo do nível normal e, ainda assim, ter sempre disponível, para todo trabalho extra, a mão de obra extra, para extrair com o mínimo de dinheiro o máximo de trabalho. (Marx, *O Capital*, vol. 2, p. 247)

Para toda a América Latina, o fim do escravismo marca o momento em que o trabalho, enquanto forma social dominante, deixa de fazer parte dos meios de produção, tornando-se paulatinamente livre, no sentido de passar a constituir uma relação social revestida de sentido pela lógica da troca de equivalentes. Mas além disso, para que o trabalho assuma completamente sua forma capitalista, é preciso que o trabalhador se torne, obrigatoriamente, livre vendedor de sua força de trabalho, uma vez que não é capaz de produzir para si as condições de sua subsistência. E esta última condição depende, historicamente, da transformação da terra em propriedade privada, tornada inacessível, portanto, para a massa de trabalhadores que devem ser submetidos às relações sociais de exploração e dominação capitalistas. Mas tais transformações históricas, ao incidirem sobre o processo real de trabalho, foram capazes de produzir distintas formas de coação, as quais tem o objetivo de forçar que o produto do trabalho passe a representar apenas o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção, ou ainda menos. Isso significa dizer que, em seu movimento de expansão, o capital pode passar a orientar a produção antes mesmo que o processo real de trabalho assuma a forma especificamente capitalista. Na citação que abre este tópico, Marx cita como o sistema de turmas, aplicado nas terras da porção oeste da Inglaterra no século XIX, permitiu extrair o máximo de trabalho dos estratos camponeses, reduzindo ao mínimo o dinheiro empregado, ao mobilizar relações de trabalho distintas do assalariamento especificamente capitalista. De maneira análoga, conforme veremos, o mecanismo do endividamento que atravessava o sistema de turmas de corteiros no Pacífico negro permitiu ao setor madeireiro organizar a atividade de extração concedendo previsibilidade à produção e constância ao processo de

trabalho. Além disso, o capital madeireiro logrou apoiar-se nos regulamentos locais de trabalho e posse da terra para reduzir ao mínimo os custos de produção e ampliar seu campo de extração para além das áreas concessionadas. Mas antes disso, mostra-se necessário um pequeno retorno à historiografia colombiana para situarmos as diferentes formas assumidas pelo trabalho livre no país, bem como sua relação com os estratos camponeses negros.

As formas de trabalho livre corresponderam ao processo histórico real de adequação da força de trabalho rural aos mecanismos de exploração capitalistas. Envolveram contextos regionais relacionados à disponibilidade de mão de obra, processos mais gerais de mestiçagem, articularam-se aos momentos de dissolução dos resguardos indígenas e da instituição da escravidão, constituindo a base organizativa do processo de sujeição da força de trabalho rural colombiana, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, estendendo-se em muitas regiões durante boa parte do século XX, período que corresponde também à consolidação da estrutura latifundiária no país.

Tais fatores sociais combinaram-se nas diferentes regiões produzindo formas de trabalho livre distintas no que tange, acima de tudo, ao acesso à terra. Segundo a historiografia, o trabalho dos camponeses assumiu a forma do arrendamento em boa parte da produção do café (Tovar Pinzón, 1980; Bejarano, 1983). Com base em um contrato de serviço, o arrendatário ou agregado deveria trabalhar os campos do proprietário para pagar o arrendamento de pequenas parcelas nas quais semeava um cultivo próprio. Esses contratos eram comuns tanto nas grandes fazendas das terras altas como nas nas regiões cafeeiras de Cundinamarca e Tolima. Nas regiões de Santander, Antioquia e Caldas, onde predominaram as terras de menor extensão, as relações de parceria prevaleceram e o parceiros pagavam o uso da terra com uma porcentagem de sua colheita. Segundo Ocampo (1981), as formas de parceria tendiam a se consolidar nas regiões onde as diferenciações econômicas eram mais brandas, regiões com menores índices de desigualdades sociais, cujo caso exemplar seria a região de Santander. Havia também os chamados colonos a partida, aos quais se permitia limpar e cultivar para si uma parcela da terra nas bordas ainda não exploradas da fazenda, com a condição de que a devolvessem ao proprietário ao longo de três anos, plantada com pasto. Esta forma de trabalho era comumente utilizada

nas áreas de expansão da criação bovina.

Com relação ao controle sobre a força de trabalho, Tovar Pinzón (1980), ao questionar a tese de que a escassez de mão de obra fosse um fenômeno generalizado entre as zonas de produção do século XIX, aponta para uma relativa autonomia do trabalhador, que era capaz de propor “suas próprias condições e eleger um ou outro marco de operação”, estabelecendo relações de arrendamento e outros contratos que não impediam sua mobilidade, mesmo em regiões de concentração da população, como era o caso de Cundinamarca. Palácios (1980) indica que a crise econômica desdobrada das guerras de Independência, mais do que a escassez de mão de obra, teve o efeito de reforçar a economia de subsistência em diversas regiões, assim como um relativo controle sobre a força de trabalho, maior do que no período anterior. Contudo, estas relações de relativa autonomia camponesa eram também atravessadas pela composição racial do campesinato. Meisel, ao estudar a região de Cartagena ainda no período colonial, indica que eram nos engenhos de cana-de-açúcar que se concentrava a mão de obra escrava, na produção pecuária trabalhavam tanto escravos quanto mestiços concertados, enquanto as lavouras já “se basaron fundamentalmente en la mano de obra mestiza arrendataria” (Meisel, 1981: 275). Ainda segundo o autor, as fazendas de Cartagena, que se formaram durante o século XIX com base em relações de arrendamento, eram as mesmas que anteriormente empregavam a mão de obra escrava. Com a crise do escravismo, o antigo regime dos engenhos vai cedendo lugar à relações baseadas no trabalho arrendatário, não dos negros libertos, mas dos mestiços. A análise de Colmenares (1976) sobre as fazendas de Valle de Cauca também vai ao encontro desta interpretação, apesar de desaparecer aqui o sentido de servidão do trabalho mestiço, defendido por Meisel⁶⁰.

Tais elaborações vão tecendo o longo processo de adequação da força de trabalho rural aos momentos de desenvolvimento do capitalismo nacional, processo que, ao mesmo tempo, guarda certas peculiaridades regionais. Em toda a América Latina, a expansão nacional de um capitalismo comercial voltado para o mercado externo se sobrepôs a uma estrutura social e produtiva baseada em formas de trabalho livre que não se resumiram ao

⁶⁰ A análise de Meisel se insere numa forte tradição que aproximava os processos sócio econômicos desenvolvidos nos diversos países latino-americanos a formas similares às encontradas no Feudalismo europeu.

modelo clássico do assalariamento. Desta forma, pode-se ver que o desenvolvimento e a vinculação da economia no cenário mundial não tem como resultado imediato a transformação interna das relações de produção para a forma clássica capitalista. Isso significa dizer que, em quase toda a América Latina, a constituição do trabalho livre não significou imediatamente a transposição da estrutura produtiva para as formas clássicas de assalariamento do trabalho, apesar de ser esta a *tendência geral* do sistema capitalista. Ao contrário, este processo compunha-se por diversas formas de trabalho livre atravessadas por expedientes, não raro, classificados como extraeconômicos, os quais foram, no mais das vezes, interpretados como sistemas de produção pré-capitalistas (Kalmanovitz, 1978; Machado, 1986).

Neste bojo, o elemento racial parece ter cumprido um importante papel. É comum encontrar descrições historiográficas nas quais o elemento mestiço aparece como formador majoritário do campesinato e, sobretudo, dos sistemas de trabalho conhecidos como colonato, parceria e arrendamento (Kalmanovitz, 1975), enquanto os indígenas e negros encontravam-se, em geral, em relações de peonagem e endividamento (Fals Borda, 1975). As interpretações parecem indicar um processo histórico de *racialização do acesso à terra*, dentro do qual indígenas e, sobretudo, negros compunham os grupos sociais aos quais o acesso à terra e as formas de trabalho eram mais precários.

O fim da escravidão não libertou o negro de seu passado de escravo, e este passado parece ter seguido operando como uma das determinações de sua nova condição de homem livre. Com relação ao Pacífico negro a ideia de racialização do acesso à terra se mantém operante, tanto para o entendimento do processo de povoamento local, como das divisões sociais e raciais que se consolidaram entre espaço rural e espaço urbano – processo que se combinou, no período republicano, com o interesse tardio demonstrado sobre a região pelo setor agro-industrial em expansão. No mesmo sentido, como veremos, as relações de endividamento marcaram sobremaneira as formas de mobilização da mão de obra negra pela indústria madeireira, permitindo o entendimento da atividade dos corteiros como uma forma particular de peonagem. A peonagem é entendida aqui como uma forma de subordinação do trabalho, distinta do assalariamento tipicamente capitalista, que mobiliza a instituição da dívida, a figura do intermediário e o contrato de remuneração por produção

como os elementos que compõem a relação. Contudo, a peonagem do Pacífico negro tem como particularidade o fato de não ter se desdobrado a partir de processos migratórios estimulados pelo setor extrativista, tendo se organizado sobre uma população que detinha a posse útil da terra. Passemos agora à descrição do processo real de trabalho.

Desde a virada para a década de 1950, instalaram-se nas imediações dos portos de Tumaco, de Buenaventura e nas proximidades dos cursos baixo e médio do rio Atrato plataformas industriais de recepção, corte e transporte de madeira. Empresas de capital internacional e serrarias de menor porte fizeram-se presentes nos principais rios da região. A bacia de Tumaco e os rios Mira, Satinga, Sanquianga, Calabazal, El Charco, La Tola, Iscuandé, Patía e Barbacoas, ao sul; os rios San Juan, Baudó e Juradó que cortam a porção centro norte da costa, juntamente com os cursos baixo e médio do rio Atrato, compunham as estações de extração e transporte das toras pela costa pacífica (West, 1957/2000; Leal e Restrepo, 2003). Estas regiões passaram a receber empresas como as norteamericanas Maderas de Nariño Ltda, Exportadora Ltda e a Wood Mosaic; a Procolmo Ltda, de propriedade inglesa e também a Portco Colombiana, subsidiária da norteamericana Portco Corporation, que posteriormente passaria a compor o monopólio norteamericano Potlatch Forest Inc, maior responsável pela exportação de madeiras sem beneficiamento no país (Lara, 1981). Das imediações dos rios San Juan, Baudó e Juradó, eram mobilizados corteiros, cujo trabalho de extração alimentava a indústria de chapas e triplex de propriedade de Bacon MacMillan, do Alabama. Indústrias de produção de papel, como a Paulpapel e a Cartón de Colombia (ambas de capitais colombianos e norte-americanos) e indústrias de chapas e madeiras compensadas, como a colombiana Codemaco, extraíam também destes rios a matéria-prima que seria beneficiada em Cali. Das imediações do rio Atrato, nos cursos baixos do rio Truandó e León, próximos ao Golfo de Urabá, foram extraídas madeiras destinadas ao mercado interno pelos grandes grupos Maderas de Darién e Madurabá (Leal e Restrepo, 2003), e ao processamento de chapas no Mississippi, Estados Unidos (West, 1957/2000).

O quadro da extração madeireira compunha-se também por um número cada vez maior de serrarias distribuídas pelos rios da costa, as quais mobilizavam a mão de obra local e direcionavam a madeira extraída para aquelas plataformas industriais e para

empresas nacionais de médio porte, em geral localizadas na zona andina. Em 1954, havia cerca de 34 serrarias distribuídas pela costa (West, 1957/2000). Três anos mais tarde, somente a região de Nariño contava com cerca de 18 serrarias, número que cresceu para 39 no ano de 1965, para 55 em 1969 (Garrido, 1970) e 87 em 1979 (Lara, 1981). Na região de Chocó, entre Riosucio e Quibdó, havia 22 serrarias em 1959 (Consejo Nacional, 1959) Em 1962, mais de uma centena de serrarias se distribuía por todo o Pacífico colombiano, sendo que metade delas e quase a totalidade das fábricas e depósitos madeireiros encontravam-se no litoral nariñense.

O setor madeireiro mostrou maior interesse por regiões que continham madeira ordinária, utilizada para a construção civil e fabricação de chapas e aglomerados, disponível em bosques relativamente homogêneos, no que tange às espécies vegetais, dispostas nas proximidades de áreas de alagamento, o que permitia o transporte fluvial das toras até as serrarias e plataformas industriais, e que fossem suficientemente povoadas para disponibilizar a mão de obra necessária ao processo extrativista (Inderena 3/10: 4-23) Tais condições direcionaram para o departamento de Nariño o processo mais intenso de industrialização da extração madeireira. A intervenção de capitais estrangeiros, certo grau de inovação tecnológica e a extensão da frente de extração permitiram a consolidação de um grupo de trabalhadores assalariados e, com maior expressão, de um grupo de corteiros ou *tuqueros*, denominações que designavam os estratos camponeses submetidos a relações de peonagem pelo setor madeireiro, estratos cada vez mais dependentes da atividade industrial, que ao crescer se impunha e desarticulava as relações locais de posse da terra.

Apesar da centralidade ocupada pelo departamento de Nariño até meados da década de 1970, o processo de sujeição do trabalho autônomo camponês ao setor extrativista organizou-se por toda a costa, sobretudo na forma do trabalho dos corteiros. Para este período, segundo as avaliações da Oficina Jurídica do Ministério de Agricultura, a proporção de camponeses empregados diretamente pelo setor madeireiro era da ordem de 25%, enquanto a porção majoritária do trabalho era mobilizado pelos mecanismos da peonagem (Ministerio de Agricultura, 1963). Um dos fatores que explica esta proporção é o fato de que as técnicas mecanizadas de extração de madeira eram implementadas pelas indústrias exclusivamente nos territórios concessionados, sobretudo naqueles locais onde

as condições naturais postas à exploração eram as mais favoráveis (Baracaldo, 1976), e constavam, em geral, de maquinários para a preparação das toras para a venda. Contudo, o próprio Estado avaliava que as plataformas industriais exploravam madeiras para além das áreas concessionadas. A través da “instalación incontrolada de aserraderos, generalmente sin reserva forestal de donde se provean de la materia prima que requiere su normal funcionamiento, aprovechando por tanto la madera extraída de las zonas aledañas otorgadas en permiso de estudio y aprovechamiento a la compañía y otras firmas (Inderena, 3/13: 30-31).

Com o objetivo de captar um maior volume de matéria-prima, independentemente das áreas concessionadas e burlando também o pagamento de impostos por produção devidos ao Estado, as indústrias madeireiras passaram a mobilizar o trabalho dos corteiros através de intermediários contratados a serviço das empresas

la Empresa coloca un Proveedor al cual puede ser funcionario de la Empresa o trabajar por contrato. El proveedor es auxiliado por contratistas los cuales organizan su zona con Corteros de la región. Los corteros (...) extraen las trozas para luego venderlas a la Empresa por conducto de su Contratista. (Inderena, 3/12: 255)

A interpretação que aqui se defende é a de que esta lógica de ampliação das áreas de extração madeireira logrou mobilizar os elementos tradicionais desenvolvidos ao longo do processo de ocupação ribeirinha, como a estrutura local de posse da terra e as formas tradicionais de organização do trabalho, para burlar os regulamentos estabelecidos entre a empresa concessionada e o Estado, ampliando significativamente as possibilidades de extração da madeira no Pacífico negro e achatando o mais possível os custos desta mesma extração. Esta lógica, contudo, não era estranha ao Estado colombiano. O decreto de 1946 já abria a possibilidade das empresas manterem relações indiretas de trabalho, na medida em que citava a necessidade de pagamento “a los extractos que ocupen por las cantidades de productos que éstos les entreguen, habida consideración de la cantidad que cada trabajador recolecte normalmente en períodos semanales” (Decreto 1946: 3). Apesar de recomendar que os concessionários guardassem relações diretas de regime de trabalho, o

próprio decreto se organizava diferenciando a todo momento em sua letra o “personal de empleados y trabajadores ocupados en la explotación y en las dependencias y anexidades y empresas”, e os corteiros, “las personas que por cuenta de los concesionarios hayan extraído o recolectado productos”. Desta maneira, pode-se perceber que tais relações indiretas de assalariamento já compunham as dinâmicas de funcionamento do extrativismo na região e foram oficializadas pelo Estado nos documentos legais que regulamentavam as concessões para exploração da madeira.

Os corteiros, ou *tuqueros*, eram grupos de camponeses que encontraram no corte de árvores uma possibilidade de acesso ao dinheiro para prover sua vida de alguns artigos industrializados, como remédios, roupas e ferramentas (Inderena: 3/13: 33-34). Isso porque as técnicas agrícolas por eles utilizadas não permitiam a geração de produtos excedentes que pudessem ser comercializados. Basta lembrar que a região não apresentava as condições mais favoráveis para uma produção agrícola mais intensiva. Por conta disso, a tumba das árvores se estabeleceu como um tipo de trabalho bastante acessado pelo contingente masculino da região (Hoffman, 2004).

Na prática, o trabalho de corte era organizado pelos próprios camponeses e acessava os direitos de posse e as relações de parentesco locais para se estruturar. Organizava-se, geralmente, em torno do mecanismo da *cuadrilla*. As *cuadrillas de minas*, sob as quais se trabalhava durante a Colônia, eram uma forma de organização do trabalho em agrupamentos de uma dezena a centenas de pessoas. Sob a estrutura da exploração escravocrata mineira, a *cuadrilla* compunha-se de um senhor de mina, em geral morador das terras altas dos Andes, que contratava os serviços de um administrador, branco ou mestiço, o qual deveria habitar o centro mineiro situado nas terras baixas. Abaixo deste, figurava o *capitán de cuadrilla*, um escravo negro encarregado da disciplina do grupo, da distribuição das provisões alimentares e da coleta do ouro explorado pelos demais escravos que deveria ser entregue ao administrador.

Após o fim da escravidão, formas de organização do trabalho desdobradas da experiência das *cuadrillas* ainda podiam ser vistas nas relações econômicas compostas pela gente negra (Friedemann, 1974; Leal e Restrepo, 2003). A atividade mineira nas terras comunais, por exemplo, demandava relações de trabalho que eram comumente

denominadas *compañía*. Assemelhando-se à *cuadrilla* dos tempos coloniais, na *compañía* era frequente a nomeação de um capitão para organizar as atividades coletivas.

La compañía nombra un capitán quien esta encargado de organizar las gentes sobre los distintos sitios en el canalón, la peña, o las filas que mueven las piedras grandes. El capitán anota los días que cada individuo trabaja, y al final del picado, cuando se lavan las arenas con el polvo de oro, cada trabajador recibe una suma de dinero proporcional a los días que haya contribuído. El mismo capitán con el representante del ramaje [o tronco de parentesco] tienen el deber de cambiar el oro para la distribución de su valor en pesos entre las gentes (Friedemann, 1974: 27).

Apesar das semelhanças com a formas de organização do período escravista, é fundamental reter que tais técnicas operaram no interior de um sistema econômico-social diverso da empresa colonial mineira, o que reinscreve seu sentido histórico. Contudo, chama a atenção que formas de organização social que se tornaram tradicionais do negro ribeirinho do Pacífico tenham se mantido mobilizadas pelos processos de acumulação, compondo com alguma frequência as atividades extrativistas. Assim como na mineração de baixa escala, a estrutura da *cuadrilla* era mobilizada pelos corteiros, na segunda metade do século XX, de maneira que esta forma de organização do trabalho parece ter operado como uma espécie de matriz sobre a qual se inseravam as relações econômicas, de acordo com cada ciclo extrativista (Leal e Restrepo, 2003).

As *cuadrillas* de *tuqueros* eram formadas por duas a pouco mais de uma dezena de pessoas, mobilizadas a partir de relações de parentesco. A partir desta estrutura foram postas em operação mecanismos para o trabalho de extração madeireiro que dependiam da forma que o artigo natural receberia posteriormente, na realização de sua venda. Melhor dizendo, dependiam do relacionamento prévio entre o grupo de corteiros e a plataforma industrial – que determinaria de antemão o tipo de madeira a ser extraída. Majoritariamente, os tipos de madeira requisitadas pelas plataformas industriais eram exportados apenas com o corte em forma de toras. Para esta atividade, criou-se uma dinâmica de trabalho que se apoiava no aproveitamento das cheias dos rios para escoar a produção até os locais de venda. A técnica constava em montar espécies de ruas com outros

troncos (denominadas *carrileras*) e em cavar largas valas (chamadas *cunetas* ou *zanjas*) que permitiam rolar as pesadas toras em direção ao rio mais próximo, de maneira que elas flutuassem nos desvios de água até ganhar o curso do rio (Inderena, 2/10: 11-15). Construir essas estruturas demandava uma alta inversão de força física, que só poderia se realizar pela associação dos corteiros em grupos. Como se tratava de uma atividade demorada, e como as porções de terras mais próximas aos rios eram as primeiras a serem esgotadas, tornou-se comum que os *tuqueros* se instalassem nos montes com suas famílias, cujos membros passavam a executar funções complementares, como trabalhos mais leves e a confecção de comidas.

Neste cenário, a divisão do trabalho entre as gentes negras deslocou-se de maneira a direcionar as estruturas organizativas tradicionais para este novo contexto de trabalho. Prova disso é que muitas das formas de organização do trabalho no interior das *cuadrillas* encontram-se citadas nos documentos de avaliação territorial produzidos pelo setor industrial, que acompanhavam as outorgas de concessão. As *mingas* eram relações de trabalho baseadas no vínculo comunal e nas dinâmicas de reciprocidade, de forma que um negro da comunidade anunciava o trabalho e a necessidade da companhia dos demais, que aceitavam de pronto o chamado (Inderena, 2/10: 12-14; Inderena 3/12: 265). Já o *sistema de cambio de mano* operava como uma troca de trabalho cuja retribuição era mais direta: uma pessoa trabalhava no lugar da outra, que deveria devolver o favor na mesma medida. A *junta de trabalho* era um sistema de rotação do trabalho, de forma que a cada dia um ou alguns dos componentes se responsabilizavam pelas atividades. Todas estas formas de organização do trabalho operavam combinadas às relações de posse da terra de cada grupo comunitário, de maneira que as árvores só poderiam ser extraídas das propriedades tradicionais determinadas ou de espaços alheios à regulação social tradicional, melhor dizendo, espaços sem marcas anteriores de trabalho humano. Desta maneira, a arregimentação da mão de obra necessária ao extrativismo operou no Pacífico negro pela mobilização das relações locais de parentesco dos negros ribeirinhos, construindo uma dinâmica de peonagem distinta daquela que se conheceu na Amazônia brasileira⁶¹.

⁶¹ Sobre as dinâmicas da peonagem no Brasil, ver: Martins, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. São Paulo: Tempo Social, Rev. Sociol. USP. 6(1-2): 1-25, 1994; Esterici, Neide *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

Tais formas de organização do trabalho nativo foram absorvidas pelas plataformas industriais e postas sob controle a partir da constituição de mecanismos de endividamento. Neste processo, a dívida passou a operar como um adiantamento de recursos, provisões e ferramentas necessários para se iniciar um processo de exploração, passando também a condicionar as jornadas de trabalho dos camponeses.

No interior da atividade extrativista, os mecanismos nativos de mobilização do trabalho passaram a sofrer adaptações. Com relação às formas de comando sobre o trabalho, as *cuadrilla* passaram a assumir as formas da *sociedad* e do *jornal*. Quando se constituía uma *sociedad*, todos os membros envolvidos assumiam os custos totais da empreitada de extração, o que incluía os direitos de propriedade locais, assim como os gastos com a alimentação, com a construção da infraestrutura necessária e eventuais prejuízos. Mas se era estabelecida uma relação de *jornal*, isso significava o estabelecimento de uma hierarquia de posições de comando e de pagamentos, nas quais o *peón*, o trabalhador ordinário do grupo, receberia o valor de seu trabalho diário quando se separasse da *cuadrilla* organizada para aquela empreitada. A reciprocidade de trabalho ampliou-se de maneira a absorver a construção das estruturas de corte e transporte das toras. Muitas vezes as *cuadrillas* compartilhavam os mesmos abrigos nos montes, ou estabeleciam os *pagos de salida*, acessados quando uma *cuadrilla* precisava utilizar a infraestrutura pertencente a outra. Outras vezes estabeleciam relações de troca de trabalho, uma espécie de ampliação do *cambio de mano*. Relações nas quais pagava-se com dinheiro, produtos ou com trabalho, em quantidades que variavam com o grau de parentesco entre as partes envolvidas (West, 1957/2000; Inderena, 2/2: 10-13; Leal e Restrepo, 2003).

Uma vez organizados nos bosques, os *tuqueros* iniciavam o trabalho pela roça da região a ser desmatada para evitar que os troncos passíveis de venda se enroscassem nas vegetações do entorno no momento da tomba, ou que estas impedissem a rolagem dos troncos até as quebras de água. Desta maneira, a atividade extrativista consistia na retirada quase completa da vegetação local, o que intensificava os efeitos destrutivos para a floresta. Da mesma forma, o grande acúmulo de material vegetal descartado ao final do preparo das toras acabava por se tornar um impedimento para a renovação rápida da mata

(Inderena, 2/2: 34-35). Outras técnicas como escavação para produzir desvios nas correntes fluviais também eram mobilizadas pelos corteiros para favorecer o transporte das toras pelos rios, o que produzia reflexos negativos para as atividades de pesca locais. Isso significa dizer que mesmo o sistema manual de extração madeireira implicava na construção de uma infraestrutura terrestre e aquática que se estendia por alguns quilômetros até possibilitar o acesso às vegetações de interesse comercial (Leal e Restrepo, 2003).

Na medida em que o transporte da madeira serrada dependia exclusivamente dos rios e, acima de tudo, que a extração da madeira dependia da mobilização do trabalho dos ribeirinhos, as plataformas industriais passaram a requerer como áreas concessionadas regiões já povoadas e com melhores condições fluviais. Dito de forma mais direta, foi, não raro, sobre os bosques comunais utilizados como posse coletiva ribeirinha que as indústrias iniciaram o processo extrativista. Quando comparamos o mapa da distribuição populacional preparado por West (página 77 desta dissertação) com as descrições acadêmicas e documentais sobre os locais de expansão da atividade madeireira, pode-se perceber que há uma sobreposição destas informações, o que indica que os ribeirinhos tiveram suas terras expressamente diminuídas, quando não totalmente retiradas, pela empresa madeireira. É nesse sentido que podemos interpretar o decreto de 1946, quando este orienta que os concessionários deveriam “respetar plenamente los derechos de los colonos que se hallaren radicados dentro de la zona objeto de la concesión con cultivos agrícolas o pecuarios en las extensiones ocupadas por tales cultivos” (Decreto de 1946; Inderena, 2/10: 34-42).

Além disso, mesmo quando os bosques coletivos não eram diretamente concessionados às empresas, eles passavam a ser utilizados para o extrativismo pela mobilização das relações tradicionais de posse da terra acessadas juntamente com o trabalho dos corteiros. Organizado desde a boca dos rios e entrando alguns quilômetros pela mata, o extrativismo madeireiro passou a representar a destruição dos terrenos coletivos que deveriam servir às próprias comunidades como espaço de roça e provisão. Portanto, a ação extrativista nos bosques não significava somente a destruição da mata – o que, por si, já levaria paulatinamente à crise do modelo autônomo ribeirinho – mas por

ocorrer justamente nos terrenos concebidos localmente como de posse coletiva, ela se tornou, desde o início, parte do processo de destruição direta da própria forma de organização autônoma dos ribeirinhos.

Como se disse, a relação entre os peões negros e as indústrias extrativistas não assumiu a forma do assalariamento direto, sendo mediada pela instituição da dívida. Nos *corrales* dos rios, nas entradas mais amplas onde se podia armazenar centenas de troncos, aparecia a figura dos *contratistas* ou *partidores*. Tratam-se de intermediários, muitas vezes assalariados pelas indústrias, outras vezes também pagos por produção, que negociavam diretamente com os corteiros negros, direcionando as balsas de troncos amarrados entre si até as plataformas industriais de serragem. Este intermediário provia os corteiros de ferramentas, dinheiro e outros artigos necessários para se iniciar um processo de extração de madeira, produzindo uma dinâmica de adiantamento de recursos que enredava o *tuquero* em uma relação de dependência pela qual o *partidor* se assegurava tanto da obtenção de determinado volume de matéria-prima, como do baixo preço que pagaria por ela: “el maderero desarrolla sus labores por el sistema de avance, queda comprometido a vender su producción [...] al precio que se le imponga” (Inderena, 3/12: 68). Além disso, o deslocamento do grupo de corteiros e de suas famílias pelos montes e terrenos antes desabitados tornava difícil a manutenção da atividade agrícola e a cria de animais, ampliando a dependência dos trabalhadores frente aos alimentos manufaturados. Por conta desta mudança, disseminaram-se nas imediações das serrarias e indústrias pequenos mercados, cujos preços também eram estipulados pelos empresários e orientados para fortalecer as relações de endividamento (Inderena, 2/5).

Sob o nome de *avance*, *adelanto* ou *compromiso*, as relações de endividamento organizavam o trabalho dos corteiros, concedendo previsibilidade à produção industrial e achatando ainda mais os custos de produção da madeira serrada, uma vez que o intermediário fixava previamente o seu preço. A desarticulação do modelo autônomo de subsistência ribeirinha é atestada pelos documentos governamentais produzidos à época. Segundo um informe produzido pelo Inderena sobre a região do rio Tapaje, próximo a Iscuandé, em 1965,

Las condiciones de vida [del elemento negro] se consideran como infra-humanas ya que sus sustentos los consiguen de la única fuente de la explotación de la madera y atendidos al pago estipulado por los industriales para su compra lo cual varia mucho teniendo en cuenta oferta y demanda de los productos y los pagos de los otros industriales. (Inderena, 3/10: 11)

Segundo Leal e Restrepo (2003), com frequência o valor recebido pela madeira ficava abaixo dos custos totais de extração, de maneira que o corteiro acabava por entrar em um novo *avance* para enterrar-se novamente no bosque com o objetivo de sanar sua crescente dívida. Com base nisso, os autores afirmam que os corteiros passaram a subsidiar com trabalho não remunerado grande parte da indústria madeireira (Leal e Restrepo, 2003: 98). Este arranjo provia de regularidade a chegada de matérias-primas nas plataformas industriais, independentemente das especificações espaciais contidas nas concessões estatais para exploração. Isto significa dizer que tanto as serrarias quanto as indústrias de produção para exportação apoiavam-se no trabalho dos corteiros, que extraíam as toras a partir das relações locais de posse da terra e não dos espaços concessionados pelo Estado. Esta dinâmica ampliava geograficamente a possibilidade de exploração das empresas e achatava o valor dos insumos fundamentais para este negócio, a força de trabalho e a madeira.

O mecanismo de endividamento também se estendia para as redes de serrarias distribuídas pela costa. Segundo Lara (1981), através de uma operação semelhante, o intermediário adiantava às serrarias uma quantia em dinheiro para que estas se comprometessem a entregar-lhe sua produção em determinado tempo. Desta maneira, um pequeno número de comerciantes da elite local controlava, a partir de Buenaventura, a atividade madeireira das pequenas serrarias em todo o litoral Pacífico.

Os sentidos do trabalho livre

Através da apropriação dos mecanismos locais de ordenamento social, as

plataformas industriais lograram expandir seu controle sobre uma área bastante superior às concessões estatais que detinham, mobilizando um setor da população ribeirinha bem maior do que o grupo por elas diretamente assalariado. Neste ínterim, o mecanismo do endividamento foi mobilizado para conceder previsibilidade e regularidade às forças produtivas, achatando o valor dos dois elementos básicos que a compõem: a madeira e a força de trabalho. Uma vez compreendida esta relação, torna-se necessário compreender o sentido assumido pelo trabalho livre dos corteiros, no contexto da exploração madeireira do Pacífico negro.

Como pudemos ver, os corteiros acessavam seu repertório étnico no processo real de trabalho. As regras de parentesco e de posse da terra atravessavam, na prática, o cotidiano do trabalho negro, que assumia contornos locais em todo seu ordenamento. Tais características do processo real de trabalho fizeram com que a interpretação dada pela antropologia colombiana sobre o trabalho dos corteiros concebesse suas formas como regras autóctones de um trabalho livre e auto-organizado. Autores importantes como Cláudia Leal e Eduardo Restrepo apoiam-se nesses expedientes étnicos para afirmar que a atividade madeireira opera como um ponto de conexão entre dois mundos distintos: de um lado, a concepção do Pacífico negro como uma despensa natural, implementada pelos grandes agentes do extrativismo, e de outro a concepção destas terras como espaços de vida, melhor dizendo, como um espaço construído autonomamente pelos ribeirinhos, marcado pelos signos da liberdade conquistada.

Free blacks started to collect latex and nuts from the public forests where rubber trees and tagua palms grew. And they did so independently. These men and women chose how and when to collect these products, free from the commands of a master but not bound to the tight schedules of wage laborers. For lowlands blacks, therefore, freedom meant having control over the extraction process. Such freedom ultimately gave them greater control over their lives.⁶² (Leal, 2004: 12)

⁶² "Negros livres começaram a recolher o látex e sementes das florestas públicas, onde as árvores de extração do látex e palmas de tagua cresciam. E eles o fizeram de forma independente. Estes homens e mulheres escolheram como e quando recolher estes produtos, livres do comando de um mestre, e alheios aos horários apertados dos trabalhadores assalariados. Para as planícies negras, portanto, a liberdade significava ter controle sobre o processo extrativista. Essa liberdade, em última análise, deu-lhes um maior controle sobre suas vidas." (Tradução nossa).

Segundo a tese antropológica, o endividamento operaria como um ponto de conexão entre estes dois mundos, logrando direcionar o processo livre de trabalho das gentes negras para os interesses industriais (Leal e Restrepo, 2003). A nosso ver, contudo, não se trata apenas de uma mobilização das formas étnicas de trabalho, com direcionamento de seus frutos para o processo industrial. A nosso ver, opera na interpretação antropológica uma identificação entre as formas de trabalho livre com dinâmicas de liberdade e controle do processo produtivo, identidade que buscamos dissolver em favor de uma interpretação de que a própria existência de uma nova forma de trabalho designada como *tuquero* representa, por si, o processo de dissolução do modelo autônomo de subsistência negra. Tal modelo construiu-se a partir da crise da exploração aurífera baseada no trabalho escravo e logrou orientar os regulamentos sociais ribeirinhos até o período aqui estudado, o qual desemboca em um forte processo migratório das áreas rurais para as cidades de médio porte da região. Este processo migratório conecta-se diretamente com a perda do acesso à terra por estas populações e foi articulado pelo ascenso da concepção estatal de *uso racional* das terras baixas para fins econômicos, que orientou a busca por converter as florestas negras em “plantaciones forestales industriales”.

Vejamos novamente as transformações ocorridas nas formas de vida dos ribeirinhos. Na medida em que a atividade extrativista se expande, ela opera desarticulando as relações tradicionais de posse da terra, as quais são substituídas pelos regulamentos estatais de concessão para exploração. Mesmo as posses comunais não concessionadas (que, legalmente, continuam a ser baldios da nação) passam a funcionar, na prática, como terras do extrativismo através do trabalho dos corteiros, que é mobilizado pela instituição da dívida. Este processo diminui as possibilidades dos habitantes ribeirinhos de proverem sua vida de forma autônoma a partir do uso agrícola da terra baldia e vai, paulatinamente, tornando-os dependentes dos alimentos manufaturados fornecidos pelo mesmo setor industrial. Dentro deste quadro, o camponês negro vai sofrendo a separação entre seu trabalho e os meios de produção, que passam a ser fornecidos pela plataforma industrial através da figura do contratista. Assim acontece não só com os alimentos, mas com as ferramentas necessárias para o trabalho (como motosserras, por exemplo), os quais passam a fazer parte da contabilidade do endividamento.

Pode-se afirmar, portanto, que operou no Pacífico negro um processo paulatino de separação entre os camponeses e a terra por eles ilegalmente empossada, que produziu desde o início um setor classicamente assalariado, trabalhadores diretos das plataformas industriais, e um outro setor, mais expressivo, exposto a uma forma distinta de assalariamento, baseada nos mecanismos de endividamento. Isso significa dizer que o endividamento pode ser compreendido aqui como uma espécie de adiantamento de parte do valor da força de trabalho – que possibilitaria que o camponês abandonasse sua casa, instalando-se nas matas para extrair a madeira – parcela que seria complementada no momento de entrega do volume de madeira previamente combinado com o intermediário. Se admitirmos esta possibilidade de interpretação, estaremos em um terreno próximo ao que determinamos no primeiro capítulo desta dissertação: um momento de subsunção formal do trabalho no capital, no qual os meios de produção e os meios de subsistência passam a ser dominados pelo aquisitor de capacidade de trabalho, de maneira que o trabalhador vai se tornando cada vez mais dependente da venda de sua força de trabalho para garantir sua existência vital. É desta maneira que poderíamos entender a afirmação feita por Leal e Restrepo de que os corteiros passaram a subsidiar com trabalho não remunerado grande parte da indústria madeireira – levando, contudo, esta assertiva a um patamar interpretativo não admitido pelos autores. E foi isso que buscamos defender quando afirmamos anteriormente que, mesmo que em termos tecnológicos o trabalho se efetue exatamente como antes, desenvolve-se na subsunção formal do trabalho no capital uma relação de dependência econômica do trabalhador que permite uma ampliação da continuidade e da intensidade do trabalho dificilmente alcançada sob as condições anteriores de produção. E que esta transformação lança mão dos mais variados meios de coação (como, por exemplo, o endividamento) para que o produto represente apenas o tempo de trabalho socialmente necessário, ou menos (Marx, Capítulo VI: 95).

A função que a relação de endividamento representava para a plataforma industrial pode ser compreendida como uma forma de coação capaz de conceder previsibilidade e controle sobre o processo de trabalho dos corteiros, tornando desnecessária a figura clássica da gerência – função que, aliás, foi absorvida, em certa medida, pela figura do intermediário. Se, por um lado, suas jornadas de trabalho não eram diretamente controladas

por nenhum representante do capital industrial presente no local de trabalho, se a auto-organização do trabalho podia ser vista no cotidiano do corte das toras, é porque o mecanismo da dívida já orientava a produtividade do trabalho, podendo, inclusive, fomentar jornadas mais longas e intensas do que aquelas vividas pelos setores diretamente assalariados.

Para nós, trabalho livre dos corteiros designa o abandono paulatino das atividades autônomas que compuseram o processo de povoamento dos camponeses do Pacífico negro em favor da consequente mobilização de sua força de trabalho pelas indústrias extrativistas e suas demandas de exploração. Nesse sentido, ele deve ser entendido como parte da dissolução das formas tradicionais de subsistência, como perda da capacidade de assegurar de maneira autônoma a reprodução social e familiar das gentes dos rios, significando, por fim, a perda paulatina da terra, seja para as novas formas de propriedade da terra, fortalecidas pelas concessões estatais, seja pelo esgotamento do solo devido ao seu uso industrial. E este processo foi tão forte que, mesmo com a crise do extrativismo madeireiro a partir de meados da década de 1970, os corteiros não foram capazes de recuperar as terras por eles antes empossadas. Mas antes de estabelecermos estas relações, vejamos dois casos de resistência dos trabalhadores encontrados nos documentos estudados.

Desde o SINMADERA, greve geral e ocupação

Poucos documentos puderam ser encontrados para descrever este intenso processo de luta que tomou Tumaco a partir da atividade industrial madeireira. Os documentos do Inderena referentes a esta empresa não estão disponíveis para consulta e os documentos policiais almejados pela pesquisadora não puderam ser coletados em Tumaco, devido à atual intensificação dos conflitos paramilitares na região⁶³. De toda maneira, o relato

⁶³ Uma semana antes da pesquisadora viajar para a Colômbia, com o intuito de ampliar sua pesquisa documental, a região de Nariño sofreu mais um dos massacres perpetrados pelas forças paramilitares da região. Estupros e esquitejamentos foram denunciados pela Pastoral Afro-americana, por habitantes da zona rural tumaquenha e também pela ong norte-americana Human Rights Watch, de maneira que a visita tornou-se completamente inviável. Uma das principais razões para a situação crítica a que chegou a região é que a Vía al Mar, que comunica Pasto com o Pacífico, atravessando por Tumaco, converteu-se, desde os anos noventa, na principal rota de transporte de cocaína desde os laboratórios do sul do país até

produzido por Escobar (1980), a cobertura feita pelo jornal Tribuna Roja e comentários de diversos autores nos permitem acompanhar o processo de proletarização dos trabalhadores madeireiros nas imediações da cidade de Tumaco.

Em 1954, instalou-se nas imediações de Tumaco a principal plataforma industrial madeireira do período, a Industria Forestal Colombiana Ltda (Infoco), organizada por um grupo de empresários colombianos, com inversão de capitais norte-americanos. Segundo Escobar (1980), esta empresa controlou inicialmente a maioria das exportações de madeira da região, as quais se direcionavam para os Estados Unidos e Canadá. Organizava-se como uma rede de serrarias distribuídas pelo rio Patía e pela bacia de Tumaco, mas operava também como receptora de madeira serrada por corteiros em toda a região sul da costa. Em 1963, a indústria torna-se parte da Portco Colombiana, subsidiária da norte-americana Portco Corporation, que passou a deter a concessão de mais 54 mil hectares e operou na região até 1967, quando foi vendida ao monopólio norte-americano Potlatch Forests Inc. (Lara, 1981). Sob o comando da Potlatch, foram acrescidos 143 mil hectares à concessão, distribuídos entre os rios Mira e Jagua e, dois anos depois, mais 72 mil hectares nos entornos do baixo curso do rio Patía. Em 1971, a empresa, sob o nome de Maderas y Chapas de Nariño (Madenar), passou ao comando dos acionistas majoritários Jack Simplot e Oliverio Phillips Michelsen, primo de Alfonso López Michelsen, que se tornaria Presidente da República, em 1974.

A partir daí, a plataforma industrial passou a beneficiar madeira, produzindo molduras e triplex (Lara, 1981). Para o ano de 1973, a produção anual da empresa atingiu cerca de 17 mil metros cúbicos de triplex e dezenas de milhares de toneladas de madeira serrada (Escobar, 1980). Importante notar que a ampliação dos mecanismos de beneficiamento de madeiras por parte da Madenar veio ao encontro da legislação aprovada já no início da gestão de Alfonso Michelsen que, pela aprovação do *Plan Nacional de Reforestación* e através da *Política Forestal del Instituto Nacional de los Recursos Naturales Renovables (Inderena)*, proibia a exportação de madeiras extraídas das florestas nacionais sem nenhum tipo de beneficiamento. Contudo, até onde se sabe, vultosos rombos

a zona costeira. Sobre tais acontecimentos, ver:

<http://www.elspectador.com/noticias/nacional/tumaco-sitiado-guerra-articulo-507504>,

<http://www.eltiempo.com/colombia/otras-ciudades/human-rights-watch-alerta-sobre-abusos-graves-de-las-farc-en-tumaco/14321271>.

administrativos, somados ao rápido esgotamento das áreas florestais próximas à plataforma industrial, além da construção por um empresário local do chamado canal Naranjo (que deslocou os mecanismos de transporte fluviais da madeira para a zona do rio Satinga, e daí para Buenaventura⁶⁴) levaram a Madenar a declarar falência abruptamente em 1976, deixando de pagar os salários aos seus trabalhadores (Leal e Restrepo, 2003; Durán, 2015).

Neste momento, cerca de 800 operários trabalhavam para a Madenar, a qual respondia por mais 3000 trabalhadores indiretos. Segundo Hoffmann, “Principal fuente de empleo fuera del sector administrativo, Maderas y Chapas de Nariño es representativo de las lógicas capitalistas en el Pacífico: las empresas se construyen sobre una base casi exclusivamente extractiva, y dejan de operar cuando el recurso – aquí la madera – viene a escasear o a disminuir su rentabilidad” (Hoffmann, 1999: 54).

A partir daí, uma forte luta sindical construiu-se na região, intensificando-se para mecanismos de ação direta. O sindicato SINMADERA declararia greve em dezembro de 1976 e novamente em janeiro de 1977, a qual sofre grande repressão das forças militares (Gúzman Hoyos, 1977). O conflito se estende e a luta acaba por culminar na ocupação do aeroporto Flórida, na cidade de Tumaco, em 10 de junho de 1977. Centenas de trabalhadores, organizados em torno do sindicato, ocupam o aeroporto de Tumaco com o fim de reclamar os salários e direitos trabalhistas devidos pela empresa. Os trabalhadores ocuparam a pista de pouso e bloquearam os acessos com maquinário do próprio aeroporto. Pequenos comerciantes e moradores da cidade começaram a apoiar a ocupação, levando para lá remédios e alimentos. Professores, artistas locais, alguns sindicatos, como o das serrarias, trabalhadores da indústria Electrificadora e do porto de Tumaco se juntaram aos grevistas, interrompendo seus trabalhos (Tribuna Roja, nº. 25, 06/1977). A dinâmica da ação coletiva possibilitou a integração de outras demandas ao lado da pauta dos trabalhadores da Madenar, à medida que outros setores sociais ampliavam o processo com

⁶⁴ Em 1973, o empresário Enrique Naranjo decidiu abrir um pequeno canal entre os rios Sanquianga e Patía, visando o melhor escoamento de sua produção madeireira rumo ao porto de Buenaventura. Não contou, entretanto, com o desnível de vários metros entre as extremidades do canal e com a força das águas, que modificaram drasticamente seus cursos. O rio Patía, o mais importante da região, mudou de rumo, reorientando os fluxos de mercadorias para a porção norte da região. As populações locais perderam seu meio de comunicação e trabalho, enquanto pequenos povoados ao norte converteram-se brutalmente em locais nodais para a extração madeireira (Oviedo, 1994; Almario e Castillo, 1994; Castillo, 1995).

suas reivindicações frente ao governo local e federal (Durán, 2015).

[Protestaram] los obreros, sus familias, luego el sector educativo - estudiantes y maestros - y los políticos locales de oposición participan en la lucha, que dura varios meses y en la que se involucran militantes de MOIR y universitarios de la Univalle y la Universidad Nacional (Hoffmann, 1999).

Em 13 de junho, Tumaco amanhece em greve geral. Trabalhadores e estudantes tomaram as ruas do porto. A polícia reagiu com violência e, quando os veículos militares se aproximavam do aeroporto para retomá-lo das mãos dos grevistas, foram recebidos a pedras pela população amotinada, que os encurralou e os obrigou a retroceder⁶⁵ (Tribuna Roja, nº. 27, 08/1977). Os grevistas só deixaram o aeroporto após a negociação com as forças do Estado render o pouso de um avião com cerca de cinco milhões de pesos, quantia que cobria uma parte das dívidas trabalhistas da empresa (Escobar, 1980).

Não obstante, o foco das ocupações se deslocaria para as instalações da Madenar: serrarias, galpões e depósitos localizados nas proximidades de Tumaco foram ocupados pelos trabalhadores que, em 9 de agosto de 1977, colocam-na novamente em funcionamento sob a direção do sindicato (Tribuna Roja, nº. 27, 08/1977). Os trabalhadores voltaram a mobilizar o trabalho dos corteiros para a aquisição da madeira transformada pela plataforma industrial. Através de barcos rebocadores, voltaram a correr os rios e quebradas negociando a matéria-prima com os corteiros (Lara, 1981). Não se tem informações sobre como se deram as relações entre os dois grupos de trabalhadores e em que medida houve participação dos corteiros no processo de tomada da fábrica.

Contudo, ainda no mesmo ano, iniciaram-se processos de sabotagem da fábrica ocupada. Os motores movidos à diesel foram desligados, devido à negação da empresa Texas Petroleum Company em vender-lhes combustível. Máquinas para beneficiamento de

⁶⁵ Assim noticiou a Tribuna Roja: El lunes 13 de junio se llevó a cabo un cese total de las actividades de Tumaco en apoyo a los obreros de Madenar y en protesta por los acuciantes problemas que sufre la ciudad. Una abigarrada manifestación, de obreros y estudiantes, se tomó las calles del puerto. Cuando los vehículos militares trataron de franquear el puente que conduce al aeropuerto para desalojar a los rebeldes, fueron recibidos a piedra por la población que, amotinada, los acorraló y los obligó a huir. (Tribuna Roja, nº. 27, 08/1977).

madeira foram barradas pelos serviços aduaneiros nacionais e, pouco tempo depois, o processo de ocupação foi, por fim, derrotado quando o Instituto de Desarrollo de los Recursos Naturales Renovables (Inderena) cancela as permissões para exploração da principal concessão da companhia (Escobar, 1980). A fábrica foi, finalmente, vendida pelo sindicato a um empresário colombiano e passou a operar com o nome de Derivados Forestales y de Interforex Ltda (Leal e Restrepo, 2003).

Este intenso processo de luta demonstra como o processo real de trabalho dos ribeirinhos sofreu fortes transformações em um curto espaço de tempo, deslocando os mecanismos de produção da subsistência camponesa não só para o assalariamento, mas também para processos de trabalho fabris, bastante distintos do modelo de subsistência anterior. O processo de assalariamento dos ribeirinhos promovido pela Madenar significou também uma transformação sem precedentes na forma de ocupação territorial deste grupo, intensificando o processo de ocupação das regiões rurais periféricas à cidade de Tumaco. Este fator, contudo, não foi um elemento isolado. Conforme veremos mais a frente, um dos mais expressivos impactos desdobrados do auge madeireiro no Pacífico negro foi a intensificação sem precedentes das migrações populacionais para as cidades de médio porte da região.

Mas o processo de luta dos trabalhadores madeireiros não se restringiu às relações trabalhistas propriamente capitalistas, nem ao trabalho formalmente assalariado. Mesmo sob as relações de peonagem às quais estavam submetidos, os corteiros foram capazes de se auto-organizar e produzir greves em nome de reivindicações pautadas nas legislações florestais às quais as madeiras estavam submetidas.

A greve dos corteiros da Codemaco

Um dos primeiros episódios de greve de corteiros documentados pelo Inderena aconteceu nos depósitos da Companhia Colombiana de Maderas Compensadas S.A. (Codemaco). Entre os anos de 1966 e 1976, a Codemaco detinha a concessão de aproximadamente 189 mil hectares de terras, distribuídas entre Satinga, El Charco e

Mosquera, na região sul da costa Pacífica, Baixo Baudó e Itsmina, no departamento de Chocó, e a região do rio Micay, no departamento de Cauca. Em todas estas concessões, a madeira era extraída da mata pela mobilização do trabalho dos corteiros, os quais detinham, em geral, machados e motosserras a serviço da companhia e tinham o trabalho organizado pelos mecanismos do endividamento. Toda a matéria-prima extraída da costa era direcionada para a plataforma industrial da empresa, situada na cidade de Cali. A maior parte de sua produção, cerca de 55%, visava o mercado de exportações sob a forma de portas, batentes e outros formatos conectados à construção civil, e 45% destinavam-se ao mercado interno (Inderena, 3/12: 201).

Com relação às concessões da região de El Charco, onde ocorreu a luta política em questão, a produtividade da Codemaco girava, oficialmente, em torno de 3 mil metros cúbicos de madeira por mês. Tratava-se da menor concessão detida por esta madeireira⁶⁶. Em um informe produzido pela Codemaco ao Inderena sobre as atividades da empresa, entre julho de 1967 e janeiro de 1968, constava uma lista de 179 empregados diretos a serviço da empresa, com salários mensais que variavam de \$7.500,00 a \$12,00 pesos. (Inderena, 3/10: 101-104). Já no informe semestral que cobre o período de janeiro a julho de 1968, a lista de empregados constava de 213 pessoas, cujos salários variavam de \$9000,00 a \$10,00 pesos (Inderena, 3/11: 157). Nas florestas, contudo, a lista de empregados diretos reduzia-se a um número que variava entre 10 e 16 homens, divididos nas funções de contratistas e marceneiros. Para o ano de 1974, o número de empregados diretos da empresa nas florestas de El Charco era de 11 funcionários (Inderena, 3/13: 307-308). Não se sabe ao certo o número de corteiros mobilizados pela Codemaco, mas no período de 3 anos a empresa esgotou o potencial madeireiro de cerca de 1.225 hectares de florestas diretamente concessionadas à ela nesta mesma região. Segundo um informe produzido pelo Inderena sobre as atividades da empresa, em 1973:

En los 40 y mas kilómetros recorridos (...) la alta colonización y población en las márgenes da una idea clara sobre su aprovechamiento. La mayoría de sus habitantes viven de alguna agricultura propia en las

⁶⁶ As concessões da empresa distribuíam-se da seguinte maneira: El Charco: 1.485 hectares; Mosquera: 20.700 hectares; Satinga: 21.750 hectares; Bajo Baudó: 34.000 hectares; Micay: 40.400; Itsmina: 70.000 hectares.

orillas del río y quebradas, mas su trabajo se lleva a cabo con la explotación de la madera. (...) Las operaciones propias del aprovechamiento forestal (apeado, troceo y extracción), las realizan los nativos y la Compañía les colabora en cuanto a construcción de carrileras, apertura de canales y motosierras. De la zona de explotación al sitio denominado El Rosario, margen derecha aguas abajo de El río Tapaje, se encuentra ubicado un campamento de la Compañía donde se compra la madera, se clasifica y luego de formar los chorizos en forma de espina de pescado se despachan a Buenaventura por medio de remolcadores de la Compañía. (...) No se ha organizado ningún sistema de explotación y no existe una vinculación directa del concesionario en la zona que se otorgó el derecho de explotación. (...) Existen abundantes matas de guadua y su precio por unidad es de \$0,50. (Inderena, 3/12: 245-249).

Ao sul da costa, na região de El Rosario, às beiras do rio Tapaje, localizava-se o acampamento da Codemaco, dotado de um galpão e equipamentos de serraria. Lá se encontravam os contratistas para negociar a compra de madeira com os corteiros, além de alguns trabalhadores marceneiros. Desde El Rosario, a empresa direcionava as madeiras extraídas da região sul até Buenaventura, através do uso de rebocadores marítimos. Na cidade portuária, os troncos eram cortados em chapas e enviados a Cali para a fabricação de triplex (Inderena, 3/12: 212), de maneira que o sindicato dos trabalhadores da Codemaco, cuja sede também se encontrava em Cali, não guardava relações com o pessoal de corteiros.

A luta trabalhista que aqui se narra teve fortes conexões com as legislações florestais, criadas a partir dos anos 1940. Baseado no decreto de 1946, a resolução de concessão expedida pelo Ministério de Agricultura à Codemaco, em 1966, estabelecia sua “obligación de respetar plenamente los derechos de los colonos que se hallaren radicados allí con cultivos agrícolas o pecuarios y en las extensiones ocupadas por tales cultivos”. Segundo a mesma resolução, a empresa deveria ainda “guardar con los extractores una relación directa para todo lo relacionado con el régimen de trabajo y prestaciones sociales a que hubieren lugar dando aplicación correcta a todas las normas de carácter laboral que amparen el trabajo del empleado y del obrero colombianos” (Inderena, 3/10: 34-38). Além disso, o Estatuto Forestal editado pelo Inderena, em 1969, ampliou ainda mais os

regulamentos referentes aos direitos dos colonos ao incluir entre as obrigações das empresas concessionadas a construção e manutenção de equipamentos escolares, médicos e também de mercados que disponibilizassem aos ribeirinhos medicamentos e mercadorias a preços tabelados (Ministerio del Medio Ambiente, Decreto 0842, 1969). Desta maneira, o Estado repassava às plataformas industriais, ao menos na letra da lei, o dever de estender aos colonos determinados direitos sociais disponibilizados ao conjunto dos cidadãos colombianos.

Na maior parte das vezes, contudo, as pressões do Estado sobre a empresa para que esta se adequasse aos regulamentos legais davam-se no sentido de ampliar a mecanização da exploração madeireira e tomavam a forma apenas de recomendações feitas pelo corpo técnico do Inderena, o qual, não raro, classificava as explorações baseadas no trabalho dos corteiros de “antitécnica e irracional” (Inderena, 3/11: 179). Tais recomendações, no entanto, funcionavam apenas como mecanismos de pressão para que empresas como a Codemaco pagassem os impostos estatais sobre a madeira extraída. O mesmo ocorria com as recomendações para que as empresas vinculassem legalmente os corteiros (c3, c11, fls.179), as quais também cessavam mediante o pagamento dos impostos devidos.

Contudo, a partir da brecha de direitos aberta pela legislação de 1969, um grupo de corteiros da região de El Charco começou a se organizar para requerer frente à Codemaco a construção de uma escola para os jovens na quebrada de La Bola, além da instalação de um posto de saúde para o uso da comunidade ribeirinha. Partindo das estruturas de parentesco que sustentavam suas relações de trabalho nos montes, os corteiros fundaram, em 1973, uma associação de trabalhadores e moradores e passaram a negociar suas pautas com a empresa (Inderena 3/12: 245-260)

A negativa da Codemaco em atender as pautas ampliou as tensões com a associação de corteiros, de forma que um agente do Inderena foi designado para avaliar as condições locais da exploração madeireira. Assim produziu-se o informe de outubro de 1973, no qual o Inderena avaliaria pelo cancelamento da concessão apoiando-se nos expedientes legais que obrigavam a Codemaco a implementar uma exploração técnica e mecanizada, investimentos na regeneração dos bosques concessionados, além de indicar a necessidade de assalariamento direto dos corteiros empregados no trabalho extrativista (Inderena 3/12:

245-260). Frente aos questionamentos do Inderena, a Codemaco responderia que

el sistema de explotación directa no se ha logrado por cuanto requiere mucha supervisión y control lo cual eleva el costo unitario de la troza. [Además,] por su idiosincracia, el nativo explota el bosque por su cuenta y riesgo. (...) Esta corta de maderas constituye para los habitantes de la región la mayor y casi única fuente de ingresos. Posteriormente cuando los aprovechamientos se mecanizan se solucionará un problema de orden técnico, pero se creará outro no menos importante de aspecto social. (Inderena, 3/11: 171-173)

Eram constantes as pressões verbais do Inderena para que a companhia mecanizasse o processo extrativista. Todos os relatórios de atividade entregues pela Codemaco ao Inderena nos dez anos de validade da concessão foram acompanhados por um diagnóstico técnico do Instituto no qual se indicava a necessidade de mecanização do processo de extração da madeira, assim como o estabelecimentos de relações patronais com o setor de corteiros. Contudo, mesmo a diretiva de cancelamento da concessão foi convertida pelo mesmo Instituto em um conjunto de multas, as quais foram devidamente pagas pela empresa, suspendendo o processo de cancelamento da concessão.

Este processo levou a associação de corteiros a organizar uma greve, que se estendeu pelas regiões de El Charco, Satinga e Mosquera. A adesão à greve foi tão forte que todos os corteiros da região negaram-se a negociar madeiras com a Codemaco, enquanto não se chegasse a um acordo sobre as pautas apresentadas em El Rosario.

Las reclamaciones que hacen los Usuarios de El Charco con respecto a Codemaco son las siguientes: 1-) Incumplimiento de las promesas de instalacion de un comisariato, una escuela y un puesto de salud en El Charco. 2-) Mala medición de las trozas com perjuicios para los campesinos. Los usuarios exigen en el Charco la presencia de los doctores Alfredo Dominguez y Luis E. Otoyá, directivos de Codemaco. (Inderena, 3/13: 30)

Além da negativa em entregar a madeira para a empresa, os corteiros organizaram

bloqueios na região de El Rosário impedindo que a madeira fosse transportada até Buenaventura. Após uma semana de greve, a Codemaco estabelece uma carta de acordos com a associação nos seguintes termos:

(...) los puntos de acuerdo que llegaron Codemaco y Usuarios Campesinos en reunion celebrada ayer en el Charco: 1-) Codemaco se compromete a reconocer el valor de las carreteras que estan en funcionamiento y que tiene maderia para explotar dentro de las areas otorgadas a la empresa. 2-) se dara todo el material para la escuela em la Quebrada de La Bola siempre que se supervise por parte de la empresa y la mano de obra sea hecha por la comunidad. Ademas la Asociacion de Usuarios pasara una relacion a la empresa de las escuelas que necessitan ayuda para que esta determine su disponibilidad de prestar ayuda. 3-) Se compromete la Empresa a instaurar un comisariato y un puesto de salud a partir de enero/75. Dentro de este comisariato se expederan herramientas y drogas a precios de costo (precios de Cali). 4-) La empresa solicita a la Asociacion de usuarios que concrete cargos en los casos que no se esté dando cumplimiento a las tarifas acordadas por la empresa” (Inderena, 3/13: 31-33)

Com o término da luta, a Codemaco expediria ainda um relatório ao Inderena posicionando-se definitivamente sobre os mecanismos de exploração utilizados pela empresa. No documento, a empresa expressaria que a “presión social sobre las áreas concesionadas por parte de nativos y colonos en el mercado de las Maderas, imposibilita a la Compañía a realizar directamente cualquier aprovechamiento racional, ya que en la práctica, la tenencia del bosque no está mui bien definida y sin este requisito es imposible realizar un aprovechamiento ordenado con fines de manejo racional” (Inderena, 3/13: 45).

Apesar de, ao longo dos dez anos de concessão, não haver nenhum interesse econômico por parte da empresa em mecanizar o processo extrativista na costa Pacífica, esta declaração expressa como a articulação do corteiros ganhou força neste período. Este processo de luta social nos permite ver como os ribeirinhos lograram canalizar sua estrutura de parentesco para a criação de uma associação de trabalhadores madeireiros, a qual permitiu a articulação da greve, com o intuito de garantir direitos sociais estipulados pela legislação florestal, assim como para amortizar o peso das relações de endividamento

no que tange ao estabelecimento do preço pago por cada tronco extraído. A luta social de El Rosario alçou a associação de corteiros como um agente político local, capaz de se impor frente aos interesses do setor extrativista, buscando também fortalecer os direitos dos colonos sobre as terras por eles ocupadas (Durán, 2015).

Entretanto, o processo de transformação social instaurado na costa Pacífica pelo extrativismo madeireiro foi tão forte que, mesmo com as tensões sociais advindas da crise da exploração madeireira, a partir de meados da década de 1970, os corteiros não foram capazes de recuperar as terras por eles antes empossadas. Ao longo de quase três décadas, o capital madeireiro logrou controlar cada vez mais o acesso à terra e às fontes de emprego, alterando substancialmente as formas de reprodução econômica dos camponeses da região.

A crise do modelo autônomo de subsistência fluvial

Como vimos, o setor madeireiro obtinha as concessões para a exploração dos bosques baldios frente ao Estado visando não só as áreas diretamente concessionadas, mas também a compra da madeira extraída pelos corteiros, os quais apelavam aos regimes locais de posse da terra e de parentesco no processo de trabalho. Esta dinâmica acabava por ampliar a área passível de exploração pelas plataformas do extrativismo, fazendo com que, desta maneira, a atividade madeireira se desenvolvesse absorvendo a forma de organização territorial da região, transformando os mecanismos de organização da vida ribeirinha em favor dos agentes extrativistas. Esta chegada do capital madeireiro na região estimulou o surgimento de novas formas de exploração dos recursos naturais e do trabalho local, intensificando os processos de assalariamento e proletarização dos camponeses negros. Acima de tudo, este processo de modernização agroindustrial realizou-se como um momento de regularização da propriedade estatal da terra, o qual necessariamente se traduziu na desarticulação das formas de subsistência autônomas criadas pelas gentes do Pacífico rural, desde fins do século XIX.

A proibição da exportação de madeiras sem beneficiamento, aprovada pelo governo

de Michelsen, em 1974, acabaria por gerar a fuga dos capitais internacionais da região e a consequente crise do setor madeireiro, que se estabilizaria, no início dos anos 1980, em um patamar mais tímido, a partir da exploração das centenas de serrarias organizadas com capitais nacionais. O desemprego gerado pela redução da necessidade da matéria-prima desembocou em um momento de migrações da população rural para as áreas urbanas da costa (Hoffmann, 2003). Organizou-se neste momento, na prática, o processo de conversão das terras antes empossadas em verdadeiros terrenos baldios da nação, concretizando os objetivos estatais anunciados pela Lei 2ª de 1959, movimento que não pôde ser imediatamente revertido pelas populações rurais negras. Dito de outra forma, a crise do setor madeireiro, longe de significar uma possibilidade de fortalecimento do anterior modelo autônomo de subsistência ribeirinha, realizou-se como um forte processo migratório da zona rural em direção às cidades de médio porte da região, conectando-se diretamente com a ampliação das zonas periféricas urbanas (Barbary e Urrea, 2004).

As formas anteriores de trabalho deixaram de ser suficientes para prover a reprodução social das gentes dos rios, de maneira que a migração de homens e, sobretudo, de mulheres jovens para as maiores cidades da região vai se fortalecendo ao longo dos anos. Tumaco, uma das principais cidades ao sul da costa, havia alcançado a marca de 12 mil habitantes em 1951. Entre 1960 e 1970, a cidade cresce bruscamente, passando a agregar 45 mil habitantes, em 1973 – e atingindo, em 1993, a quantia de 120 mil habitantes (Hoffmann, 2004). De maneira semelhante, a cidade de Guapi dobra de tamanho entre 1973 e 1980, atingindo neste ano a marca de 20.5 mil habitantes (Agudelo, 2004), o mesmo ocorre neste período com as cidades de Buenaventura e Quibdó (Barbary e Urrea, 2004). A cidade de Cali, já na porção andina do país, tornou-se o principal polo de atração da migração rural da costa. Em 1945, a cidade constava de pouco menos de 155 mil habitantes, passando em 1968 para 455 mil habitantes e em 1970 para cerca de 846 mil habitantes⁶⁷ (Barbary, 2004). Finalmente, as terras baixas do Pacífico foram sendo concretamente convertidas em terras baldias.

O processo de migração toma contornos tão intensos que alguns autores passaram a utilizar a expressão “recolonización negra de la ciudad”, em uma alusão ao momento

⁶⁷ Segundo Barbary e Hoffmann (2004), compõem a área de atração tradicional da migração para Cali as regiões de Tumaco, a porção pacífica de Cauca, Buenaventura e sul de Chocó.

anterior de colonização da costa rural, desdobrado da dissolução da exploração aurífera baseada no trabalho escravo (Restrepo, 1999; Hoffmann, 2004). Este processo significaria também o deslocamento da relação racializada que marcava as terras baixas do Pacífico. A antiga articulação espacial que conectava os negros à zona rural e as elites locais brancas às cidades se converte em um processo de urbanização da população negra, que se configura por uma relação pendular entre as zonas rurais e as áreas urbanas periféricas da costa (Leal, 2004).

Este forte impacto econômico sobre o território da costa pode também ser entendido como uma ampliação expressiva dos mecanismos de controle político estatais sobre as gentes dos rios. A resistência à concentração populacional levada à cabo pelos ribeirinhos, entre 1851 e 1950, só pôde ser revertida pelo incentivo estatal à exploração capitalista da terra. Como vimos, o processo de colonização das terras baixas do Pacífico construído pelos negros livres apoiou-se na quase total inexistência do aparato estatal na região. Uma vez que o período republicano se sobreporia à crise da exploração aurífera, bem como ao deslocamento da produção nacional para a atividade agropecuária, a região do Pacífico negro manteve-se, inicialmente, como um território de baixa regulação estatal. Esta condição foi aproveitada pelas gentes negras para consolidar um movimento autônomo de posse da terra, o qual sustentou suas formas de reprodução até os anos 1950. O período estudado inauguraria, assim, o desmonte do padrão de relativo isolamento que sustentava o modelo autônomo de subsistência fluvial. O movimento centrífugo do capitalismo pode ser lido também por esta ampliação do controle estatal sobre a terra e sobre a população, o qual opera produzindo ininterruptamente a separação fundamental entre a força de trabalho e os meios de reprodução da vida, consolidando, em temporalidades distintas, mas conectadas, as formas propriamente capitalistas de organização social.

Considerações finais

Los compradores de madera llegaron, con su cortejo de trabajadores, comerciantes, prostitutas, aventureros y otros menos bienvenidos (narcotraficantes, paramilitares)⁶⁸.

Esta dissertação defende a perspectiva de que o desenvolvimento do capital madeireiro, a partir dos anos 1950, inaugurou um processo mais intenso de abertura do território negro do Pacífico colombiano para a exploração capitalista, logrando desarticular as relações locais de trabalho e de posse da terra, construídas pelos camponeses negros na região desde a abolição da escravidão no país. Contudo, o longo processo que buscava a conversão destes camponeses em força de trabalho assalariada atingiu temporalidades distintas, de maneira a produzir formas de subsunção do trabalho no capital que acessavam mecanismos distintos daqueles especificamente capitalistas. Dito de maneira mais clara, o que se alterou com a ampliação da atividade industrial madeireira na região nem sempre foi o processo real de trabalho a que estavam submetidos os negros ribeirinhos, mas, acima de tudo, o comando sobre seu trabalho, a sua possibilidade de acesso à terra e, consequentemente, de geração de sua própria subsistência.

Para entendermos este processo, mobilizamos a teoria marxista sobre a acumulação primitiva e sobre as formas de subsunção do trabalho no capital, buscando dar conta da forma específica assumida pelo trabalho dos corteiros na região, a qual classificamos como relações de peonagem. Buscamos demonstrar também como tais relações poderiam ser compreendidas como um momento de subsunção formal do trabalho no capital, o que nos possibilitaria entender como a expansão do capital madeireiro na região logrou intensificar o processo de separação entre os camponeses do Pacífico e seus meios de produção, a bem dizer, a separação entre os camponeses negros e as terras por eles empossadas.

Como vimos, com a expansão do extrativismo madeireiro tanto os meios de produção quanto os meios de subsistência dos corteiros foram sendo apropriados pelo setor

⁶⁸ Hoffmann, Odile. Espacios y región en el Pacífico Sur. In: Barbary e Urrea, *Gente negra en Colombia*. Medellín: Cidse-Ird-Colciencias, 2003, p. 207.

industrial, que passou a organizar o uso da capacidade de trabalho dos ribeirinhos através dos mecanismos de endividamento, os quais concediam constância e previsibilidade ao trabalho de corte das árvores. A intensificação deste processo ampliou os expedientes da dependência dos camponeses frente ao trabalho de corte, expandindo-a também para a dependência alimentar, ocasionada pelo prolongamento do seu tempo de trabalho. Frente a isso, sugerimos a interpretação do mecanismo da peonagem que marcava o trabalho dos corteiros como parte de um momento de subsunção formal do trabalho no capital, o qual operaria no sentido de intensificar o processo histórico de separação fundamental entre o trabalhador e a propriedade das condições de seu trabalho. Retomemos brevemente a citação de Marx:

Não obstante, com essa transformação não se deu uma modificação essencial na forma e maneira real do processo de trabalho, do processo real de produção. Pelo contrário, é normal que a subsunção do processo de trabalho no capital se opere com base num processo de trabalho preexistente, anterior a essa sua subsunção no capital e com uma configuração baseada em diversos processos anteriores e outras condições de produção. (Marx, Capítulo VI: 89)

Com base na teoria marxista, vimos que enquanto os meios de produção e de subsistência mantiverem-se como propriedade do produtor direto, eles não podem atuar como capital, uma vez que, para isso, tais elementos precisam operar em condições em que sirvam, ao mesmo tempo como meios de exploração e meios de dominação dos trabalhadores. E afirmamos que é neste sentido que a consolidação do trabalho livre dos corteiros deve ser entendida. O modo de produção capitalista converte o processo de trabalho em instrumento do processo de valorização do capital. Neste processo histórico, constrói-se uma relação social caracterizada pela oposição dos meios de produção (agora mobilizados pelo capital) ao trabalhador, mas esta oposição não precisa cobrir a totalidade das relações sociais para que a produção se caracterize como capitalista. Em seu movimento de expansão, “o capital pode trabalhar novamente em pequena escala e percorrer novamente os diversos estádios do desenvolvimento até que estes novos ramos de atividade comecem também a ser explorados em escala social. É um processo contínuo.

Simultaneamente, *a produção capitalista* tende a conquistar todos os *ramos industriais* de que até o momento ainda não se apoderou e nos quais ainda (existe) a *subsunção formal*” (Marx, Capítulo VI: 105)⁶⁹.

Após o fim da escravidão, os negros livres lograram povoar uma região abandonada frente a crise da extração aurífera e se consolidar como posseiros de terras que lhes proviam a reprodução da vida, funcionando para eles como meios de produção de sua subsistência. Se por um lado, as gentes negras do Pacífico deixaram de pertencer diretamente aos meios de produção com o fim do escravismo, por outro, lograram estabelecer-se como detentores de meios que lhe permitiam produzir sua subsistência de maneira autônoma. Nesse sentido, a década de 1950 inauguraria o momento em que, a partir da conversão das terras baixas em terras de interesse produtivo, os camponeses negros seriam obrigados a abandonar as terras antes empossadas, tornando-se paulatinamente, livres vendedores de sua força de trabalho, intensificando o longo processo de subordinação dos negros às formas capitalistas de produção.

A peonagem do Pacífico negro emerge aqui, portanto, não mais como mecanismos autóctones de trabalho produzidos pelas gentes negras, como defendem Leal e Restrepo, mas como adaptações gestadas pelo processo mesmo de expansão dos mecanismos de coação que marcam a extorsão do sobretrabalho por parte da exploração industrial madeireira. São provas disso a dependência econômica que passaram a ter as gentes dos rios frentes às madeireiras, as quais modificaram a forma do trabalho camponês, direcionando-o cada vez mais exclusivamente para a atividade extrativista, modificando a continuidade e a intensidade do trabalho e provocando o empobrecimento e mesmo o abandono das atividades agrícolas, de coleta e caça que sustentavam sua subsistência.

Nesse sentido, cabe avaliar aqui que a explicação antropológica que privilegiava a etnicidade teve importantes efeitos políticos favoráveis à população negra na medida em que fortaleceu o discurso oficial mobilizado pelos ribeirinhos na luta pela demarcação étnica da terra, a partir dos anos 1990. Contudo, manter exclusivamente esta visada

⁶⁹ Entretanto, se pensarmos no atual fortalecimento do trabalho em condições análogas à escravidão no interior da cadeia produtiva têxtil no Brasil, o debate sobre a necessidade do capitalismo em mobilizar formas de subsunção formal do trabalho no capital torna-se ainda mais desconcertante. Parece-nos que, mais uma vez, não se pode afirmar um desenvolvimento necessariamente progressivo que leve da subsunção formal à subsunção real do trabalho no capital. Se tumulto e contenda trazem lucro...

acadêmica para interpretar a expansão das atividades extrativistas, na segunda metade do século XX, dificulta a percepção de que não se tratavam de dois mundos em contato ou da coexistência de duas concepções práticas da região: a ação étnica ribeirinha e a ação da exploração extrativista. Para nós, tratava-se, ao contrário, do universo extrativista deslocando e destruindo o modelo autônomo de subsistência do campesinato negro, produzindo um cerco a esta população e direcionando seu trabalho para a ampliação da própria ação extrativista.

A tomada dos rios pelas madeireiras logrou desestruturar as relações autônomas de trabalho negro, as quais interconectavam a localização fluvial dos ribeirinhos e as relações locais de parentesco, provocando, com o passar do tempo, um forte processo migratório para as cidades de médio porte da região. Desta maneira, o efeito social do processo de *amansamento* da selva pelo capital madeireiro foi a submissão dos camponeses negros às formas capitalistas de controle econômico e político, ao deslocar esta população das terras por elas empossadas para as cidades, diminuindo drasticamente o contingente populacional disperso pelas margens dos rios.

Marx, ao situar a *tendencia geral* do sistema capitalista como um movimento sistemicamente crescente que envolve sua expansão social em extensão (pela conquista de novos mercados e novos territórios) e em intensidade (pela implementação de transformações profundas no processo produtivo); e ao definir o momento de subsumção formal do trabalho no capital como momento de subordinação ao capital de um modo de trabalho cuja forma não se organiza de maneira especificamente capitalista, nos permite refletir sobre esse local de fronteira que se fortalece nos anos 1950 como um território que deve ser *conquistado* pelo aparelho estatal, como uma frente de expansão da sociedade nacional, o que significa também a expansão das formas capitalistas de exploração da terra e do trabalho.

A frase de Hoffmann que abre estas considerações nos serve como uma imagem concisa do processo de expansão da fronteira de colonização que tomou o Pacífico negro, na segunda metade do século XX: as indústrias madeireiras iniciaram o processo de desarticulação das formas de vida ribeirinhas e abriram caminho para a chegada de outros agentes e expedientes ainda mais violentos. A conversão das terras baixas em terras de

interesse produtivo foi acompanhada pela ampliação da importância portuária da região. Ao longo do mesmo período, Buenaventura converteu-se no principal porto nacional, mas outras áreas tornaram-se zonas de trânsito estratégico não só para a economia legalizada, como também para a economia do narcotráfico, que ampliaria sua presença no Pacífico colombiano sobretudo a partir da década de 1980, produzindo cultivos de coca na parte alta dos rios. Para além da região sul da costa, a região de Darién e de Urabá tornaram-se estratégicas não só para o escoamento da produção, pela proximidade com o canal do Panamá, mas também para a entrada de armamentos ilegais utilizados pelas guerrilhas e pelos grupos paramilitares (Agudelo, 2001). Além disso, a ampliação atual dos interesses neoliberais, sobretudo na região do Chocó biogeográfico irromperam com uma violência que ali se desconhecia (Arocha, 1998b), de maneira que, ao longo do século XX, o posicionamento estratégico da faixa de terra denominada *Pacífico negro* ampliou sua importância econômica e política para os diferentes agentes que compõem a complexa disputa pelo poder na Colômbia.

É digno de nota que as relações que sustentavam o modelo autônomo de subsistência dos negros ribeirinhos compunham uma teia sócio cultural tão forte ao ponto de permitirem que esta população lograsse reverter os impactos da migração ocasionada pela fase madeireira, retomando suas terras – agora também legalmente – através do processo de mobilização étnico territorial construído desde os anos 1980, o qual tomou forma legal com a Lei 70 de 1993. Contudo, esta forte articulação política não impediu que as disputas territoriais na região assumissem formas brutais, através das quais as plantações de coca ganham terreno ao lado dos desertos verdes de Palma africana, com saídas privilegiadas para o Pacífico.

Marx, em seus estudos de economia política, situa a violência *sans phrase* como uma tendência da acumulação primitiva, que seria superada quando o capital se colocasse sobre seus próprios pés, tornando-se, então, apenas excepcional. Se deslocarmos esta ideia para pensar a emergência da violência atual no Pacífico negro, poderemos arriscar conceber o processo de demarcações étnico territoriais como uma espécie de freio ao uso capitalista da terra na região. Isso tornaria ainda mais desconcertante pensar o crescimento avassalador da ação paramilitar em toda a costa. O fato é que o processo de demarcação

multiétnica das terras colombianas converteu-se, na prática, em um intenso e violento processo de deslocamento populacional em massa, perpetrado por agentes paramilitares a serviço da expansão do uso agroindustrial das terras da região, fazendo do desterro uma presença maldita na história das gentes negras.

Referências bibliográficas

COLOMBIA, **Decreto n. 2921 del 7 de Octubre de 1946**. Por el cual se dictan medidas sobre explotación de bosques. Bogotá: Ministerio de la Economía Nacional, 1946.

COLOMBIA, **Ley 2 de 1959, de 16 de diciembre de 1959**. Sobre economía forestal de la Nación y conservación de recursos naturales renovables. Bogotá, Congreso de Colombia, 1959.

COLOMBIA, **Decreto n. 0842 del 26 de mayo de 1969**. Por el cual se aprueban los estatutos del Instituto de Desarrollo de los Recursos Naturales Renovables. Bogotá, Ministerio del Medio Ambiente, 1969.

CONSEJO NACIONAL DE POLÍTICA ECONÓMICA Y PLANEACIÓN. Departamento Administrativo de Planeación y Servicios Técnicos. **Chocó. Plan de fomento regional 1959-1968**. Bogotá, 1959.

CONTROLADORÍA GENERAL DE LA REPUBLICA. **Geografía económica de Colombia – Chocó**. Bogotá: Imprensa Nacional, 1943.

MINISTERIO DEL MEDIO AMBIENTE - INDERENA. Regional Costa Pacífica. División Legal de Recursos Naturales. Expedientes Forestales. Concesiones, Bosques, 1946-1980. Archivo General de la Nación, Caja 1, Carpetas 2-5; Caja 2, Carpetas 1-16; Caja 3, Carpetas 10-14.

GREVE EN TUMACO. **Tribuna Roja**, Buenaventura, n°. 25, 06/1977.

TUMACO: OTRA INSUBORDINACIÓN POPULAR. **Tribuna Roja**, Buenaventura, n°. 27, 08/1977.

ABEL, C. **Política, iglesia y partidos en Colombia**. Bogotá: FAES-UNAL, 1987.

ACOSTA DE SAMPER, Soledad. **Biografía del general Joaquín Acosta, prócer de la independencia, historiador, geógrafo, hombre científico y filántropo**. Bogotá, Librería Colombiana Camacho Roldán-Tamayo, 1901.

ACOSTA SOLÍS, Misael. **Tagua**. Quito: Ed. Ecuador, 1944.

AGIER, Michel. Tres estudios sobre la cultura del Pacífico colombiano. In: **Imágenes de las “culturas negras” del Pacífico colombiano**. Documentos de trabajo Cidse, n. 40, Cidse-Ird, Universidad del Valle, Cali, 1999, p. 15-26.

AGIER, Michel; HOFFMANN, Odile. Les terres des communautés noires dans le Pacifique colombien. Interprétations de la loi et stratégies d'acteurs. **Problèmes d'Amérique latine** 32 1999, p. 17-42.

ALMARIO, Oscar. **Los renacientes y su territorio. Ensayo sobre la etnicidad negra en el Pacífico sur colombiano**. Medellín: Universidad Pontificia Bolivariana, 2003.

_____ Desesclavización y territorialización: El trayecto inicial de la diferenciación étnica negra en el pacífico sur colombiano, 1749-1810. **Afrodescendientes en las Américas. Trayectorias sociales e identitarias, 150 años de abolición de la esclavitud**, 2002.

ALMARIO, Oscar; CASTILLO, Ricardo. **Comunidades negras en Bocas de Satinga, Nariño: de la esclavitud del oro y la madera a la resistencia y recuperación del territorio**. VII Congreso de antropología de Colombia. Bogotá: UNAL, 1994.

ALMEIDA, J. e MOZO, W. **Regimen legal de baldíos en Colombia**. Bogotá: Editorial Temis, 1961.

APRILE-GNISET, J. **Poblamiento, hábitats y pueblos del Pacífico**. Cali: Colección Edición Previa, Univalle, 1993.

ARBOLEDA, Diego Castrillón. **El indio Quintín Lame**. Bogotá: Tercer Mundo, 1973.

ARDILA, Ángela Milena e CORREDOR, Daniel Varela (eds). **Las compañías Chocó-Pacífico y Tropical Oil a comienzos del siglo XX. Retratos en blanco y negro.** Bogotá: UNAL, 2013.

ARIAS, Medardo. **De la hostia y la bombilla. El Pacífico en prosa.** Cali: Universidad del Valle, 1992.

AROCHA, J. (org). **Utopía para los excluidos: el multiculturalismo en África y América Latina.** Bogotá: UNAL, 2004.

_____ Chocó: paraíso de paz. In: Ulloa, Astrid (org). **Contribución africana a la cultura de las Américas.** Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología-Biopacífico, 1993.

_____ **Ombligados de ananse. Hilos ancestrales y modernos en el Pacífico colombiano.** Bogotá: UNAL, 1999.

_____ Pensamiento Afrochocoano en Vía de Extinción. In: **Colombia. Revista Colombiana De Psicología.** Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1998, p. 216-223.

AROCHA, Jaime; FRIEDEMANN, Nina S.; HERRERA, Xochitl. **Un siglo de investigación social: antropología en Colombia.** Etno, 1984.

AROCHA, Jaime; FRIEDEMANN, Nina. Marco de referencia histórico-cultural para la ley sobre derechos étnicos de las comunidades negras en Colombia. **América Negra**, v. 5, p. 155-172, 1993.

BANCO AGRÍCOLA HIPOTECARIO. **La parcelación de tierras en Colômbia**, 1937.

BARACALDO ALDANA, Rafael. **Diagnóstico socioecológico general de la Costa Pacífica colombiana.** 1976.

BARBARY, O. El componente socio-racial de la segregación residencial en Cali. In: URREA, Fernando e BARBARY, Olivier (eds). **Gente negra en Colombia. Dinámicas sociopolíticas en Cali y el Pacífico.** Medellín: Cidse-Ird-Colciencias, 2004.

- BARBARY, O; HOFFMANN, O. La Costa Pacífica y Cali: sistema de lugares. In: URREA, Fernando e BARBARY, Olivier (eds). **Gente negra en Colombia. Dinámicas sociopolíticas en Cali y el Pacífico**. Medellín: Cidse-Ird-Colciencias, 2004.
- BEJARANO, Jesus Antonio. Campesinado, luchas agrarias e historia social: notas para un balance historiografico. In **Anuario Colombiano de Historia Social y de la cultura**, n. 11, 1983.
- BOTERO VILLA, Juan José. **Adjudicación, explotación y comercialización de baldíos y bosques nacionales. Evolución histórico-legislativa, 1830-1930**. Bogotá: Banco de la República, 1994.
- CABAL, C. A. **Norte del Cauca: de la finca y la hacienda a la empresa agrícola**. Cali: Centro de Investigaciones Multidisciplinarias en Desarrollo Rural, 1978.
- CALDAS, Francisco José. **Seminário del Nuevo Reino de Granada**, 1808.
- CAMACHO, J; RESTREPO, E. **De montes, ríos y ciudades: territorios e identidades de la gente negra en Colombia**. Bogotá: Ecofondo, 1999.
- CAPDEQUÍ, José Maria Ots. **El régimen de la tierra en la América española durante el periodo colonial**. Ciudad Trujillo, 1946.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CASTILLO, Ricardo. **El canal Naranjo: historia de una tragedia socio-ambiental en la cuenca baja del río Patía**. Tese (Historia Social). Medellín: UNAL, 1995.
- CHECCHIA, Cristiane. **Terra e capitalismo. A questão agrária na Colômbia, 1848-1853**. São Paulo: Alameda, 2007.
- CHEVITARESE, André Leonardo. **O campesinato na história**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- CHILCOTE, Ronald H. Trotsky e a teoria latino-americana do desenvolvimento. **Revista Crítica Marxista**, 2012.

CODAZZI, Augustín. **Memorias de Augustín Codazzi**. Bogotá: Banco de la República, 1973.

COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue. A rebelião dos escravos de Demerara em 1823**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: 1999.

DIOT, Joelle. Colombia económica, 1923-1929: estadísticas históricas. In: **Boletín Mensual de Estadísticas**, Departamento Administrativo Nacional de Estadística, julio/1976.

DURÁN DURÁN, ARMANDO. Acciones colectivas configuradoras de lo étnico. El caso del Pacífico sur colombiano. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 12, n. 1, p. 3-32, jan-abr/2016.

ESCOBAR, Arturo. **Territories of difference. Place, movements, life, redes**. Durham: Duke University Press, 2008.

ESCOBAR, Felipe. **Trabajadores madereros del Pacífico**. Bogotá: Talleres de editográficas, 1980.

ELG, Aline et al. **Utopía para los excluidos: el multiculturalismo en África y América Latina**. Universidad Nacional de Colombia, 2004.

FALS BORDA, Orlando. **Historia de la cuestión agraria**. Bogotá, 1975.

FRIEDEMANN, Nina S. Güelmabí: formas económicas y organización social. **Revista colombiana de antropología**, v. 14, 1969.

_____. Minería del oro y descendencia: Güelmambi, Nariño. **Revista colombiana de antropología**, v. 16, p. 9, 1974.

_____. Estudios de negros en la antropología colombiana. **Un siglo de investigación social: antropología en Colombia**, p. 507-572, 1984.

_____. Cabildos negros: refugios del Africanta en Colombia. **Montalban**, n. 20, p.

121-134, 1988.

_____ **Criele criele son, del Pacífico negro: arte, religión y cultura en el litoral Pacífico.** Planeta, 1989.

_____ Negros en Colombia: identidad e invisibilidad. **América negra**, n. 3, p. 25-35, 1992.

_____ **Presencia africana en Colombia.** Bogotá: Instituto de Genética Humana, Pontificia Universidad Javeriana, 1993.

FOUCAULT, Michel (1969). A arqueologia do saber. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GARRIDO PEREZ, Luis M. **Algunos aspectos economicos de la industria maderera de la costa pacifica de Narino, Colombia.** Dissertação de Mestrado. Instituto Interamericano de Ciencias Agricolas de la OEA, 1970.

GONZÁLEZ, Margarita. **Ensayos de historia colonial colombiana.** Bogotá: El Âncora Editores, 1984.

GÚZMAN HOYOS, Jaime. **Situación económica y social de Tumaco.** Popayán, 1977. Tese (Antropologia social) Universidad del Cauca.

GUTIÉRREZ, Francisco. **Relación de algunas excursiones apostólicas en la misión del Chocó.** Bogotá: Imprenta Nacional, 1924.

HALL, Stuart. **Da diáspora. Identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HOFFMANN, Odile. **Desencuentros en la costa: la construcción de espacios y sociedades en el litoral pacífico colombiano.** Cali: Universidad del Valle-CIDSE Documento de Trabajo no.33. Junio 1997.

_____ ¿“La política vs lo político?” La estructuración del campo político contemporáneo en el Pacífico Sur colombiano. In: Agudelo, C.; Hoffmann, O.; Rivas, N. **Hacer política en el Pacífico Sur: algunas Aproximaciones.** Documento de trabajo n°.

39. Cali: Universidad del Valle, Facultad de Ciencias Sociales y Económicas, 1999.

_____ Collective memory and ethnic identities in the Colombian Pacific. **Journal of Latin American Anthropology**, v. 7, n. 2, p. 118-138, 2002. Publicado em espanhol como: La movilización identitaria y el recurso a la memoria (Nariño, Pacífico colombiano). **Memorias hegemónicas, memorias disidentes**, p. 97-120, 2000.

_____ Espacios y movilidad de la gente negra en el Pacífico Sur colombiano: ¿hacia la construcción de una “sociedad regional”? **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, ano 24, n. 3, p. 43-74, 2002.

_____ Espacios y región en el Pacífico Sur: hacia la construcción de una sociedad regional? In: **Gente negra en Colombia**. Medellín: Cidse-Ird-Colciencias, 2004.

HOFFMANN, O. RODRÍGUEZ, M. T. **Los retos de la diferencia. Los actores de la multiculturalidad entre México y Colombia**. México: CIESAS, CEMCA, IRD, IANH, 2007.

JARAMILLO URIBE, Jaime. Etapas y sentidos de la historia de Colombia. En: Melo, Jorge Orlando coord. **Colombia hoy. Perspectivas hacia el siglo XXI**. Bogotá: Siglo XXI Editores, 14ª Edición, 1997.

_____ **El pensamiento colombiano en el siglo XIX**. Bogotá: Planeta Editorial, 1997b.

_____ **Ensayos de Historia Social**. Bogotá: TM Editores/Uniandes, 1989.

JÚNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1945.

KALMANOVITZ, S. e ENCISO, E. L. **La agricultura colombiana en el siglo XX**. Bogotá: Fondo de Cultura Económica Ltda, 2006.

KALMANOVITZ, S. Desarrollo capitalista en el campo colombiano. In: **Colombia hoy**. Bogotá: Planeta, 1978.

_____ El régimen agrário durante el siglo XIX en Colômbia. In: JARAMILLO URIBE, Jaime, **Nueva Historia de Colômbia**, vol. 2. Bogotá: Planeta colombiana Editorial, 1989.

_____ **Economía y nación: una breve historia de Colombia**. Bogotá: Editorial Norma, 2003.

_____ El PIB de la Nueva Granada em 1800: auge colonial, estancamiento republicano. In: **Revista de Economía Institucional**, vol 8, no. 15, 2006, pp. 161-183.

LARA, Fabio. **La industria maderera en la Costa sur del Pacífico colombiano**. Bogotá, 1981. Tese (História) - Universidad Nacional de Colombia.

LEAL, Claudia. **The illusion of Urban Life in the Forest, a History of Barbacoas and Quibdó on the Colombian Pacific Coast**. Berkeley, 1998. Tese (Latin American Studies) - University of California.

_____ **Black forests. The Pacific Lowlands of Colombia, 1850-1930**. Berkeley, 2004. Tese (Latin American Studies) - University of California.

_____ Disputa por tagua y minas: recursos naturales y propiedad territorial en el Pacífico colombiano, 1870-1930. **Revista Colombiana de Antropología**. Vol 44(2), julho-dezembro, 2008, pp. 409-438.

LEAL, Claudia e RESTREPO, Eduardo. **Unos bosques sembrados de aserríos: historia de la extracción maderera en el Pacífico colombiano**. Medellín: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2003

LEAL, Claudia e LANGEBAEK, Carl. **Historias de raza y nación**. Bogotá: Universidad de los Andes, 2010.

LEFÈBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

_____ **La production de l'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 1974.

_____ **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins.

LEGRAND, Catherine. **Colonización y protesta campesina en Colombia, 1850-1950**. Bogotá: UNAL, 1988.

LENIN, Vladimir I. **O Imperialismo, fase final do capitalismo**. São Paulo: Edições Mandacaru, 1990.

LÓPEZ TORO, Alvaro. **Migración y cambio social en Antioquia durante el siglo XIX**. Bogotá: Universidad de los Andes-CEDE, 1970.

LOUREIRO, Isabel. **Vida e obra de Rosa Luxemburg**. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, s/d.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital. Contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. Tomos 1 e 2. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MACHADO, Absalón. **Problemas agrarios colombianos**. Bogotá: Siglo Veintiuno de Colombia Ltda, 1986.

MALDONADO, M; RAPPAPORT, J; ARIAS, R. **Utopia para los excluídos: el multiculturalismo em África y América Latina**. Bogotá: UNAL, 2004.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____ A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. **Tempo Social**, v. 6, n. 1, 1995.

_____ O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, v. 8, n. 1, 1996.

_____ **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Editora Contexto, 1996.

MARX, Karl. **O Capital**. Vols 1 e 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____ **Capítulo VI inédito de O Capital. Resultados do processo de produção imediata**. São Paulo: Editora Moraes Ltda, s/d.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MEISEL, Adolfo, Esclavitud, mestizaje y hacienda en la provincia de Cartagena 1533-1851. In: BELL, Gustavo (ed). **El Caribe colombiano**. Barranquilla: Uninorte, 1986, pp. 69-138.

MESA, Darío. **El problema agrario en Colombia, 1920-1960**. Bogotá: Planeta, 1972.

MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione S. (Orgs). **Campos em disputa: história agrária e companhia**. São Paulo: Annablume, 2007.

MOTTA, Márcia; Zarth, Paulo (Orgs). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**, vol. II - Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

MOTTA, Márcia; SECRETO, M. V. (Orgs). **O direito às avessas: por uma história social da propriedade**. Niterói: Editora da Unicentro/EDUFF/Editora Horizonte, 2011.

NIETO, Mauricio; MUÑOZ, Santiago; DÍAZ, Sergio. **Ensamblando la nación: cartografía y política en la historia de Colombia**. Bogotá: Uniandes, Alfaomega, 2010.

OCAMPO, José Antonio. **Colombia y la economía mundial, 1830-1910**. Bogotá: Siglo XXI Editores / Fedesarrollo, 1984.

OEA. **Informe final. Carretera Panamericana. Las Animas - Palo de Letras**. Brown & Root Overseas Inc, Bogotá. 1966.

OSPINA VÁSQUEZ, L. **Historia económica en Colombia: un debate en marcha**. Bogotá, 1979.

OQUIST, P. **Violencia, conflicto y política en Colombia**. Bogotá: Instituto de Estudios Colombianos, 1978.

OVIEDO, Ricardo. **Historia de gente entintada**. Tumaco: Informe a Pnr-Ican, 1994.

PALACIO, Germán. **Fiebre de tierra caliente. Una historia ambiental de Colombia**,

1850-1930. Bogotá: UNAL-Amazonia-ILSA, 2007.

PÉCAULT, Daniel. **Orden y violencia: Colombia 1930-1954**, vol 1. Bogotá: Planeta Editorial, 1987.

PÉREZ, Felipe. **Selección de escritos y discursos de Santiago Pérez.** Bogotá: Ed. Biblioteca de Historia Nacional, 1950.

PÉREZ Arbeláez, Enrique. **Alejandro Humboldt en Colombia.** Bogotá: Ediciones de la Empresa Colombiana de Petróleos, Editorial Iqueima, 1959.

RESTREPO, Eduardo. **Teorías contemporáneas de la etnicidad Stuart Hall y Michel Foucault.** Popayan: Editorial Universidad del Cauca, 2004.

_____ Ethnicization of blackness in Colombia: toward de-racializing theoretical and political imagination. **Cultural Studies**, v. 18, n. 5, p. 698-715, 2004.

_____ Un océano verde para extraer aceite: hacia una etnografía del cultivo de la palma africana en Tumaco. **Universitas Humanistica**, v. 38, n. 58, p 72-81, 2004.

_____ **Políticas de la teoría y dilemas de los estudios de las colombias negras.** Editorial Universidad del Cauca. Popayán, 2005.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. **Afrodescendientes en Colombia. Compilación bibliográfica.** Popayán: Universidad Nacional, 2008.

RESTREPO, E; ROJAS, A. (org). **Conflicto e (in)visibilidad: retos de los estudios de la gente negra en Colombia.** Popayán: Editorial Universidad del Cauca.

RESTREPO, E; DEL VALLE, J. I. **Renacientes del guandal: grupos negros de los ríos Santinga y Sanquianga.** Bogotá: Proyecto Riopacífico, Ministerio del Medio Ambiente GEF-PNUD-UNAL, 1996.

RESTREPO, E. **Imágenes del “negro” y nociones de raza en Colombia a principios del siglo XX.** In: LEAL, Claudia e LANGEBAEK, Carl. **Historias de raza y nación.** Bogotá: Universidad de los Andes, 2010.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Petrópolis: Vozes, 1977.

SCHMITT, Carl. **El nomos de la tierra en el Derecho de Gentes del 'Jus publicum europaeum'**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1979.

SCOTT, James. **The moral economy of the Peasants: subsistence and rebellion in Southeast Asia**. New Haven, Yale University Press, 1976.

SHARP, William. La rentabilidad de la esclavitud en el Chocó 1680-1810. **Anuario colombiano de historia social y de la cultura**, (8), Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1976.

TAUSSIG, Michael. Peasant economics and the development of capitalist agriculture in the Cauca Valley, Colombia. **Latin American Perspectives**, v. 5, n. 3, p. 62-91, 1978.

_____ **El diablo y el fetichismo de la mercancía en Sudamérica**. Ciudad del México: Nueva Imagen, 1993.

TOVAR PINZÓN, Hermes. **Grandes empresas agrícolas y ganaderas**. Su desarrollo en el siglo XVIII, Bogotá, Ediciones CIEC, 1980.

_____ Algunos aspectos de la Sociedad Rural en Colombia: siglos XVIII y XIX. In: Instituto de Estudios Colombianos (IEC). **Historia Económica de Colombia: un debate en marcha**. Bogotá: Ediciones Banco Popular, 1980.

_____ **Relaciones y visitas a los Andes, siglo XVI**. Bogotá: Instituto de Cultura Hispánica, 1994.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____ **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____ **Economia moral da multidão na Inglaterra do século XVIII**. Lisboa: Antígona, 2008.

URREA, Fernando e BARBARY, Olivier (eds). **Gente negra en Colombia. Dinámicas sociopolíticas en Cali y el Pacífico.** Medellín: Cidse-Ird-Colciencias, 2004.

VELASQUEZ, Rogerio. **Fragmentos de historia, etnografía y narraciones del Pacífico colombiano.** Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, Ministerio de Cultura, 2000.

VELÁSQUEZ, R. Rivadeneira. **Macrocosmum carto-graphica. El arte de la cartografía.** Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2010.

VILLA, William. Movimiento Social de Comunidades Negras en el Pacífico Colombiano. La construcción de una noción de territorio y región. In: Maya, A. **Geografía humana de Colombia: los afrocolombianos.** Tomo VI. Bogotá: Instituto Colombiano de Cultura Hispánica, 2000.

VILORIA de La Hoz, Joaquín (ed). **Economías del Pacífico Colombiano.** Cartagena: Banco de la República, 2008.

WEST, Robert. **Las tierras bajas del Pacífico colombiano.** Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2000.

_____ Folk Mining in Colombia. **Economic Geography**, v. 28, n. 4, p. 323-330, 1952.

YACUP, Sonia. **Litoral Recóndito.** Buenaventura: Asociación del Pacífico, 1933.

ZAMBRANO, Catalina Gonzales. **De Negros a Afro Colombianos. Oportunidades políticas e dinâmicas de ação coletiva dos grupos negros na Colômbia.** Tese (Sociologia), Universidade de São Paulo, 2012.